

# A Defesa Nacional



EXÉRCITO — MARINHA — AERONÁUTICA

N. 565

BRASIL



## **DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1961/1964**

### **DIRETOR-PRESIDENTE**

**Gen Aurélio Alves de Souza Ferreira**

### **DIRETOR-SECRETÁRIO**

**Ten-Cel Flavio Martins Meirelles**

### **DIRETOR-GERENTE**

**Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Gen Armando Batista Gonçalves**

**Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu**

### **CONSELHO FISCAL**

**Cel Golbery do Couto e Silva**

**Major Amerino Raposo Filho**

**Major Sady de Almeida Vale**

### **SUPLENTE**

**Cel Olympio de Sá Tavares**

**Cel Floriano Moller**

**Major Germano Seidl Vidal**

### **CHEFIA**

**De Publicidade — Major Lauro Lima Santos**

## **PEDE-SE PERMUTA**

**PIDесе CANJE**

**SI RICHIEDE LO SCAMBIO**

**WE ASK FOR EXCHANGE**

**ON DÉMANDE L'ÉCHANGE**

**ONI PETAS INTERSAGON**

**MAN BITTET UM AUSTAUSCH**

# A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano  
XLVIII

Rio de Janeiro, GB — Agosto de 1961

Número

507

565

## SUMÁRIO

### ASSUNTOS MILITARES

- I — O Significado de Caxias — Maj Art Rubens Mário Gaggiano Jobim 3  
II — Logística e Mobilização — Ten-Cel Heitor Furtado Arnizaut de Mattos 7

### EXÉRCITO

- A Instrução na Cavalaria (II) — Cel Gilberto Pessanha ..... 11

### CANDIDATO A ECEME

- I — Novas Contribuições ..... 23  
II — Filosofia do Desenvolvimento do Processo Histórico (I) — Professor Angelo Raimundo ..... 25  
III — Uma Política Nacional para o Café — Compilação do Maj Ayrton de Carvalho Mattos ..... 29  
IV — Exercícios de Espanhol — Cel Darcy Villaça ..... 39  
V — Exercícios de Inglês — Ten-Cel Celso Meyer ..... 41

### DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA

- I — Guerra Revolucionária — Tel-Cel Bolivar O. Mascarenhas ..... 45  
II — Guerra Revolucionária (Ranger Mosby — Herói da Guerra de Secessão) — Tradução e comentários de: Cel A. J. Von Trompowsky e Maj Amerino Raposo Filho ..... 35

### ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

- Homenagem ao Sesquicentenário ..... 63

### GEOPOLÍTICA

- Caribe — O "Punctum Dolens" da Política Continental — Tel-Cel Carlos Ferreira Mattos ..... 73



## HISTÓRIA

O Estudo da História Militar pelo Candidato a Oficial e Officiais dos Diferentes Postos — Gen Tristão de Alencar Araripe .....	79
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

## GEOGRAFIA

Aspectos Geográficos e Militares da Fronteira Marítima da 10ª RM — Ten-Cel João Perboyre de Vasconcelos Ferreira .....	85
LAOS — Condensado da Revista "Infantry", — Ten-Cel Celso dos Santos Meyer .....	97

## CASOS DE ESPIONAGEM

Os Espiões de Moisés — Tradução do Maj Celso dos Santos Meyer .....	101
---------------------------------------------------------------------	-----

## ASSUNTOS DIVERSOS

I — O Livro Didático para o Instruendo Militar — Maj Taunay Drumond Coelho dos Reis .....	103
II — Aspectos da Deserção — Cap Geraldo Sampaio Vaz de Mello .....	105
III — Sugestão aos Leitores .....	109
IV — A maior realização dos últimos anos no campo da economia brasileira .....	111







## I — O SIGNIFICADO DE CAXIAS (\*)

MAJ ART RUBENS MÁRIO GAGGIANO JOBIM

Todos os anos festeja o Exército Brasileiro, contando com a valiosa cooperação da Liga de Defesa Nacional, a Semana de Caxias, que culmina, a 25 de agosto, data natalícia do grande militar, com as comemorações cívicas do "Dia do Soldado".

A Liga de Defesa Nacional, fundada pelo espírito lúcido e patriótico de Olavo Bilac, através palestras pelo rádio, discursos, conferências e festividades cívicas em praça pública, procura manter vivo o culto dos grandes vultos da nacionalidade — o culto daqueles a quem devemos o Brasil de hoje.

Caxias, herói de muitos títulos, Marechal do Exército, Duque, Grã-Cruz da Ordem da Rosa, Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro, é o Patrono do Exército Brasileiro. E, certamente, não o é por seus títulos apenas — mas pela posição ímpar que ocupa na história política e militar do Brasil. É, no dizer de Gustavo Barroso, "o homem-símbolo, o espírito da mais pura brasilidade".

De todos os seus títulos, queremos aqui ressaltar um, tão-somente, que o torna excelso, que pode parecer um paradoxo, mas que o coloca nos umbrais da imortalidade, com o porte dos deuses gregos — Caxias, Pacificador.

Esse título, éle o mereceu acima de todos; êsse título já não lhe pertence, a êle, mas ao Exército Brasileiro, que o tomou dêle e o trouxe

(\*) Nota da Redação — Palestra proferida, a convite da Liga de Defesa Nacional, na Rádio Copacabana, a 26 de agosto de 1961, pelo Major Art QEMA Rubens Mario Gaggiano Jobim, do QG-I Ex.



e o guardou para si, como Guia de seus mais altos destinos. Hoje, entre as comendas com que o Exército galardeia grandes patriotas, está a Medalha do Pacificador.

Caxias sustentou por longos anos o Império, combatendo e, mais que combatendo, pacificando. Morreu, entretanto, quase obscuro. Todavia, com seu gênio militar e seu temperamento magnífico, havia mantido de pé um grande povo. Uniu-o, consolidou-o e o fez respeitado. E, o que é mais, realizou tudo isso sem alarde e sem a violência abusiva e desnecessária. Não se embebedou na própria glória e no sangue derramado, mas lamentou esse mesmo sangue dos campos de batalha. Estava ungido do verdadeiro espírito da paz, que nasceu no continente americano.

Dêse espírito que elevou a Bolívar e a San Martín. De Bolívar pôde-se dizer, com justeza, que foi o precursor das Nações Unidas. "Não manieue guerra de conquistas, de religião, raciais ou de predomínio político, comercial ou marítimo. Todas suas campanhas desenvolveram-se sob a orientação precisa e única da liberdade continental". "Seis nações o admiram e veneram como pai e libertador". Também a San Martín são aplicáveis essas palavras. A Argentina, o Chile e o Peru nasceram sob sua proteção. Era um militar de gênio, mas despido de ambições pessoais. Não quis fazer desses países um império particular, como tantos conquistadores. Mas, dentro do pensamento americano, preferiu fundar três nações livres, recolhendo-se à vida privada com o título de "El Libertador".

Caxias não criou nações como seus antecessores sul-americanos. Encontrou já uma grande nação formada, mas a qual era preciso consolidar. E ao norte e ao sul interveio em todas as revoluções deste Brasil, então intranquilo, animado de elevado espírito mediador. Era o homem que levava, com sua ação político-militar precisa, paz às paragens sacudidas pela violência. Com seu indiscutível gênio, trouxe por cinco vezes a tranqüilidade construtiva à comunhão nacional — e isso sem violência, sem agressividade gratuita, sem desejo de vingança, sem se deixar embalar pelo sangue derramado. Manteve sempre a postura digna. Seus sentimentos elevados estão vivos neste incidente final da Guerra dos Farrapos. Estava em Bagé, vencedor de mais uma revolução, quando o pároco local quis saber a que horas celebrava o "Te Deum" em ação de graças pela vitória. Sua resposta foi magnânima:

— "... diga antes uma missa de defuntos que eu, com o meu Estado-Maior e a tropa que couber na sua Igreja, a iremos amanhã ouvir, pelas almas de nossos irmãos iludidos, que pereceram no combate".

Não era homem de embriagar-se na vitória. Seu espírito de paz — o verdadeiro espírito da paz — estava presente até mesmo nessas ocasiões em que outros o esquecem facilmente.

Tal foi sua linha de conduta durante toda vida militar. Revela-a mesmo nas campanhas contra os povos vizinhos — quando a nação se



lançava à guerra, não para a conquista, mas para revidar a afronta. Sua Ordem do Dia n. 18, de 3 de setembro de 1851, e a Proclamação que lhe seguiu, ao preparar-se para a campanha no Estado Oriental, são obras-primas de dignidade humana e poucas páginas as igualam na literatura militar de um povo. Muitas guerras tornar-se-iam menos sangrentas — guerras que ao homem não é dado ainda controlar — se não fossem esquecidas as recomendações de Caxias a seus soldados. Falando dos inimigos, diz: "... desarmados ou vencidos, são Americanos, são vossos irmãos e como tal os deveis tratar". Traça sua política militar em linhas precisas e de uma dignidade excelsa: "A verdadeira bravura do soldado é nobre, generosa, e respeitadora dos princípios de humanidade". "A propriedade de quem quer que seja, nacional, estrangeiro, amigo ou inimigo, é sagrada e inviolável e deve ser religiosamente respeitada pelo soldado (...) como sua própria honra". Entretanto, como tantos outros conquistadores, poderia ter começado a invasão, pisando firme com suas botas e marcando a terra infeliz com o risco de suas esporas. Poderia ter-se tornado um dominador. Mas, ungido do espírito da paz, restabeleceu a estabilidade política na nação vizinha e entregou-a à sua própria soberania. Isso é tanto mais dignificante, se nos lembrarmos que nem meio século antes a Banda Oriental, hoje República do Uruguai, fôra província brasileira e que, levado pela ambição, poderia ter alimentado a veleidade de reincorporá-la ao Império.

Na Guerra do Paraguai, já aos sessenta anos, é o mesmo Caxias. A guerra provocada pelo Paraguai, arrastou-se longamente, enquanto o Brasil, por política, o manteve afastado do comando. Nomeado Chefe, liquidou-a. E, naquele último ato de guerreiro, teve o último gesto de pacificador. A guerra estava ganha, mas o ditador inimigo, longe de se render, escapara-se ainda. O desejo de vingança, contra aquele que provocara uma guerra que se prolongara por cinco anos, levou a que fôsse ordenada sua perseguição como a um criminoso qualquer. Caxias, porém, em sua grandeza, não permitiu que o transformassem em capitão de mato. A paz poderia ser assinada quando se quisesse. Não lhe era concebível a caçada ao ditador, como a uma fera. Alegando seus sessenta anos adoentados, retirou-se, e esse seu último gesto de dignidade pessoal passou quase despercebido.

Essas idéias de Paz e Concórdia, porém, não pertenceram apenas a Caxias, ou, antes dêle, a Bolívar e San Martín. São idéias essencialmente americanas. Existiram, desde o primeiro dia, no coração dos povos dêste continente, ao sul e ao norte. Pode-se dizer, sem medo, que com o Novo Mundo nasceu um Mundo Novo. E os conceitos de Paz, de Liberdade, de Dignidade e de Direitos do Homem tiveram por aqui um novo sôpro. Até o grande Osório, esse General que devia toda sua glória às vitórias militares, teve essa frase lapidar de que "o dia mais feliz da minha vida será aquele em que as nações queimarem seus arsenais".

Caxias simboliza, acima de tudo, a Unidade Nacional, — dêste imenso País que êle ajudou a construir com sua espada pacificadora.



Homem prudente, sereno e de extraordinário bom senso, com sua firmeza de caráter e seu julgamento justo e oportuno construiu no passado o Brasil tranqüilo de hoje. Como reconhece Gustavo Barroso, "para unir numa mesma paz os brasileiros desunidos, como êle o conseguiu fazer, não bastava vencê-los pelas armas, era mister perdoar-lhes os desvios e erros. (...) Não acirrou ódios, aplacou-os: não semeou divergências, aplainou-as; não esporeou invejas, diluiu-as. Não prolongou com castigos, punições ou vinganças, as dores das contendas civis, mas suavizou-as com o bálsamo da anistia oportuna".

Tivemos no passado êsse Grande General que, por seu espírito excelso, simboliza o Exército de hoje. Caxias está sempre presente entre os soldados de nossos dias, a iluminar-lhes os passos — a mostrar-lhes o único caminho que pode ser percorrido sem pejo, antes com o orgulho daqueles que bem cumpriram seu dever.

Feliz a nação que tem entre seus heróis um Caxias, pois certamente um povo que o mereceu é um povo predestinado. Caminhará no concerto das nações com a mesma dignidade de seu grande herói e símbolo.

Eis o que devemos guardar como pertence muito nosso, como legítima glória de nossa nacionalidade. Caxias, herói epônimo, patrono do Exército Brasileiro, mais que ao Exército, pertence à Nação como benfeitor dádiva outorgada. Nossa mais alta expressão militar foi um General digno e sereno — como o deverá ser o Brasil de hoje, de amanhã e de sempre.

---

*"Não obstante ser o estudo da História próprio para os Príncipes (Chefes na época), êle não é menos útil aos plebeus. O homem de leis, o político, o guerreiro, que tem recorrido a ela aprenderam a conexão que os nossos presentes têm com as coisas do passado; êles adquiriram uma experiência prematura."*

FREDERICO, O GRANDE

*"O conhecimento superior da Arte da Guerra só é adquirido pela experiência e pelo estudo da história das guerras e das batalhas dos grandes capitães."*

*"Lêde e relêde as campanhas de ALEXANDRE, ANIBAL, CEZAR, GUSTAVO ADOLFO, TURENNE, Príncipe EUGÊNIO, FREDERICO e modelai-vos nelas. Eis aí o único meio de chegar a ser um grande capitão e de surpreender os segredos da Arte da Guerra."*

NAPOLÊÃO



## II — LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO

Ten-Cel HEITOR FURTADO ARNIZAUT DE MATTOS

Problema apaixonante, que provoca debates sem conta, dificilmente admite a unanimidade de aceitação. Dizem uns que Logística é tudo aquilo que não estiver incluído na compreensão e nas atividades concernentes à Estratégia e à Tática. Esta idéia, absoluta, como que anula, como que faz desaparecer a de Mobilização.

Tal compreensão acarreta uma expansão muito grande, demasiadamente grande mesmo, para a inteligência do que vem a ser Logística. No entanto, pacífico é admitir-se que a diversificação de problemas a serem resolvidos, de obstáculos a serem removidos ou desbordados, não lhe justificam tão elástica capacidade.

### — O que é Logística?

Dentro da compreensão do termo, esposada por várias autoridades e estudiosos, é “o conjunto de ações envolvendo o trato dos recursos de toda a ordem, tornados utilizáveis e disponíveis, para promover o atendimento das necessidades de guerra, nas condições exigidas pelos planos”.

Fazendo-se uma exegese ligeira desse conceito, dessa conceituação, diríamos melhor, ela implica em duas idéias simples: **guerra e provimento**.

A guerra, através dos planos e das necessidades determinadas em consequência, que vai possibilitar-lhe **PREVER** e **PROVER**, é o ambiente de sua vivência; aliás, Jomini dizia que a Logística era o ramo da arte militar que compreendia os detalhes de transportes, aquartelamento e suprimento de tropas em operações militares.

A II Guerra Mundial proporcionou o meio para que ela se expandisse e se completasse, atendendo às questões de vida, deslocamento e combate. Assim, contemporaneamente, as necessidades a que a Logística deve satisfazer (prover) são capituladas nas chamadas “funções logísticas”, a saber:

- Suprimento;
- Manutenção e reparo;
- Evacuação;
- Assistência médica;
- Construção;
- Transporte. (FA 4-02)



A determinação das necessidades é independente das disponibilidades. Visa saber o que se precisa para dar o apoio logístico considerado. Não fica adstrito ao que se tem. Não se busca condicionar ao que existe armazenado. Pelo menos, inicialmente. Apenas se arrola tudo o que fôr preciso prover às tropas constantes dos planos de guerra, seu ponto de partida.

Esses planos vão exigir recursos de toda a ordem para sua exeqüibilidade; recursos que poderemos qualificar de "utilizáveis", isto é, capazes de pronta utilização. Essa é uma condição necessária, mas não é suficiente, como se diz na discussão dos problemas da Matemática. É preciso que além de "utilizáveis" os recursos estejam "disponíveis" para fins de guerra.

Exemplificando: os recursos para fins de guerra devem, é óbvio, corresponder a qualificações e especificações preestabelecidas. Os recursos de uma nação podem ter, ou não, a especificidade desejada pelos planos de guerra. Alguns desempenham funções específicas nos diversos campos convencionais do poder e já estão sob a forma de "utilizáveis" para fins de guerra; são os considerados bivalentes. Outros recursos, porém, e é o que comumente ocorre, não são encontrados sob essa forma, como os canhões, os carros de combate, os mísseis, etc. Além disso, os já existentes, os utilizáveis, nem sempre atendem às exigências quantitativas.

O que não fôr obtido, após a procura, num processo inverso, poderá até condicionar o plano, seja modificando os prazos, seja substituindo certos itens, seja reduzindo o valor do efetivo ainda que temporariamente.

A guerra moderna não absorve somente os efetivos militares; ela, em nossos dias, abrange a vida nacional. Envolve, em variados graus, todos os campos de atividade de uma nação — político, econômico, psico-social e militar. Exige a mobilização, completa ou parcial, dos recursos totais de uma nação, para criar e sustentar suas forças militares.

Mas a Logística não dispõe de organismos que lhe digam onde existem os materiais que vai precisar para atender às necessidades a prover. Ela arrola tudo o que fôr considerado necessário e bate à porta de outra grande atividade, para conseguir ou pedir a satisfação das suas funções logísticas. É o grande elo entre a exigência de vida, movimento e combate das forças armadas e o disponível da Nação. Louvase do que pertence ao campo da Mobilização.

Assim, para atender aos meios necessários à condução das modernas e amplas operações militares, preciso se torna à Nação recorrer aos que existem em potencial e, mediante ajustamentos, expansões e transformações, tornar esses recursos de toda ordem "utilizáveis", para responder às necessidades de guerra, isto é, dar-lhes as características de especificações e de quantidade exigidas pelos planos. Ainda dentro do campo da mobilização.



No caso de guerra, a Nação não vai ser hibernada parcialmente, não vai paralisar tôdas suas atividades não-militares. Existem exigências da vida nacional a serem levadas em consideração, quanto à sua economia e à sobrevivência da população civil.

A Mobilização, no seu conceito mais amplo, abrangendo Pessoal, Economia, Indústria, etc., sabe o que a Nação dispõe, mesmo em potencial, suscetível de transformação em Poder, e procura criar, ajustar, desenvolver e adaptar para os fins de guerra, para atender às necessidades logísticas.

É ela que, conhecedora das exigências da economia nacional e das necessidades de sobrevivência das populações, poderá determinar aquilo que ficará disponível para as Forças Armadas e o que será necessário adquirir no exterior; o que será considerado material crítico ou estratégico; o que será preciso acumular em depósitos, enfim, capacitar a Nação a responder a todos os apelos, quer das Forças Armadas, quer da Economia de Guerra, quer da sobrevivência da Nação.

Eis aí, em largas pinceladas, a diferença entre Logística e Mobilização, e o seu entrosamento.

Poderíamos aduzir outros pontos para melhor esclarecimento, mas alinharemos um por nós considerado de grande monta. A Logística está prêsa a operações; a Mobilização, não. Fazem-se "planos logísticos" anexos aos planos de campanha; a Mobilização está ligada à concepção da guerra.

Uma Nação tem sua economia alicerçada na agricultura. Inicialmente à base do homem e da tração animal, graças ao advento da motorização, substitui os arados tracionados por animais e seus veículos hipomóveis, por tratores motorizados e patrulhas mecanizadas. Vê-se, de um momento para outro, cortado o afluxo de produtos petrolíferos, por um acidente da política internacional, numa situação aflitiva à beira do colapso. Que fazer? Apelar para a mobilização de homens afeitos àquela tradicional agricultura, tais como, ferradores, carroceiros, agricultores mais elementares, e também do material antigo, já abandonado pela moderna agricultura, bem como dos animais para tracioná-los, animais que já se encontram no quarto diedro.

O que foi feito? Logística? Não. **MOBILIZAÇÃO!**

Então, a **MOBILIZAÇÃO** é o conjunto de ações empreendidas e de normas disciplinadoras estabelecidas pelo Estado, no sentido de criar, ampliar, transformar e reunir os recursos nacionais, de toda ordem, para fazer face à guerra ou enfrentar outra grave emergência.

A Logística procura e adquire "produtos acabados" (utilizáveis e disponíveis), para os distribuir aos diversos usuários que reclamam tais meios para fazer a guerra.

A mobilização disciplina a utilização dos recursos gerais da Nação, estabelece normas adequadas, que venham patentear um judicioso balanceamento entre as solicitações advindas dos planos militares, as



exigências da economia e da população civil. O campo da mobilização indo até a disciplinação e triagem de pessoal para atender à reativação de fábricas e indústrias paralisadas, às necessidades de complementação dos efetivos das Forças Armadas e à imposição de aumento da produtividade dos recursos econômicos, fugindo-lhe, nunca é ocioso repetir, a produção em si, que é fator econômico.

Levantando a Logística as necessidades de guerra, batendo à porta da Mobilização, esta assinala as indisponibilidades e por elas é estimulada. Desencadeia sua atividade e trata de fazer desaparecer os óbices, que, por vêzes, em face da impossibilidade de atender integralmente às solicitações feitas, vai impor à primeira, por outro lado, limitações.

Enquanto a Logística se preocupa com as necessidades de guerra e sua satisfação, a Mobilização procura harmonizar as exigências da guerra com os imperativos da manutenção da vida da Nação. Além dessa interferência normativa do uso dos meios em face da guerra, cabe, ainda, à Mobilização, promover medidas que venham assegurar a necessária complementação dos recursos reclamados pela Logística, para atendimento das necessidades de guerra.

---

*“Existe um pequeno número de princípios fundamentais de guerra, dos quais não se pode desviar sem perigo e cuja aplicação, ao contrário, tem sido em quase todos os tempos coroada de sucessô. De tôdas as teorias da Arte da Guerra a única razoável é a que se fundamenta no estudo da história militar.”*

ANTOINE HENRI JOMINI

*“Os exemplos históricos esclarecem tudo e constituem prova convincente nas ciências experimentais. Isto é aplicável, melhor do que em qualquer outro assunto, na Arte da Guerra.” “... quanto mais retrocedemos na história da conduta da guerra tanto menos úteis serão para nós os pormenores, porque as formas de ataque e os métodos das batalhas mudam sempre com a evolução da técnica.”*

CLAUSEWITZ





## À INSTRUÇÃO NA CAVALARIA (II)

### COISAS QUE NÃO MUDARAM...

Cel GILBERTO PESSANHA

#### O RECONHECIMENTO

1. Das missões que lhe podem ser atribuídas, a que mais ressalta as características fundamentais da Cavalaria, suas propriedades essenciais e as qualidades dos seus quadros, da sua tropa e dos seus meios é, por certo, o Reconhecimento.

No Reconhecimento, seja o General Comandante da DC, seja o Tenente ou o Graduado Comandante de Patrulha, seja o simples soldado, todos têm oportunidade de demonstrar o conhecimento das possibilidades e limitações da Arma, seu modo de atuar e, acima de tudo, "a aptidão para as missões mais diversas e o gosto da iniciativa".

De fato, para lançar-se em profundidade no "*espaço* (aparentemente) *livre*", varar a "rede de contra-reconhecimento inimiga", discernir o encontro com a sua "rede de segurança", rompê-la nos pontos mais favoráveis e "tomar contacto" com os grossos adversos para colhêr as informações necessárias ao Comando, o cavalariano tem que demonstrar qualidades que se opõem — audácia e prudência, calma e vivacidade, além do sangue-frio e coragem imperturbável que deve manter diante das situa-

(II) — O primeiro artigo foi publicado no n. 556 de A DEFESA NACIONAL (Novembro de 1960). Os interessados poderão solicitá-lo à Direção da Revista — Nota da Direção.



ções mais diversas. Em suma, tem que aplicar — e bem — aquilo que a Doutrina e os exercícios lhe ensinaram, qualquer que seja a sua hierarquia, General ou Soldado.

2. Outrora, a missão de "Reconhecimento" denominava-se "Exploração", com as mesmas características e imposições que lhe dão hoje os atuais regulamentos: fornecer ao Comando os informes necessários ao desenvolvimento de seu Plano de manobra. Sua execução era realizada por elementos de efetivo variável que se denominavam "Reconhecimento", geralmente comandados por oficial, que eram lançados sobre regiões ou em direções importantes para o Comando necessitado de informações.

O desenvolvimento dos meios materiais, em particular o armamento e a aviação, bem como o progresso no emprêgo das forças terrestres, trouxe modificações à organização dos elementos de busca de informes. A DC, "em Exploração" passou a ser informada pelos *Destacamentos de Descoberta*, que lançavam "Reconhecimentos", e, em casos especiais, diretamente por Reconhecimentos, tudo constituindo a "Descoberta Terrestre" que operava em íntima ligação com a "Descoberta Aérea". A necessidade de repelir os elementos de reconhecimento e de segurança do inimigo, para possibilitar o contacto com os seus grossos determinava — face às prováveis reações que seriam encontradas — a organização de órgãos de busca capacitados não só a colher os informes, como a realizar ações ofensivas seja para abrir o caminho, seja para caracterizar a situação do adversário.

Atualmente, conforme a nomenclatura adotada nos nossos Regulamentos, a missão geral de Busca de Informes se denomina "Reconhecimento" e é realizada por meio de Destacamentos de Descoberta e por "Patrulhas de reconhecimento".

3. Sem a intenção de reabrir velha polêmica, — mas apenas com o desejo de esclarecer os "novos" — há que fazer alguns reparos à terminologia vigente, embora a nomenclatura ou a denominação do elemento examinado tenha pouca importância, quando a sua missão é bem definida. Afinal de contas, é esta (a missão) que vale...

O termo "patrulha" era, anteriormente, reservado aos pequenos elementos encarregados de *missões de segurança*: patrulhas de vanguarda, de retaguarda, de flanco, de postos avançados, de combate. Sob a "proteção" das patrulhas os elementos que as lançavam progrediam, marchavam ou prolongavam a segurança que lhes proporcionavam os postos fixos.

Tais patrulhas, ainda hoje, estão sempre ligadas à tropa a quem proporcionam segurança e à qual pertencem. Seus itinerários, direções de marcha e zonas de ação, são determinados e fixados; seus movimentos, permanentemente coordenados com os da tropa a que servem; sua missão — evitar surpresas à tropa, permitir-lhe tomar ou modificar seu dispositivo assinalando a presença ou a aproximação do inimigo e, se necessário ou se não houver ordens em contrário, engajar-se em combate com ele para ganhar tempo. Seus informes, sobre o terreno e sobre o



inimigo estão subordinados à zona de ação recebida e à distância a que devem se manter da tropa a que servem.

Vemos, então, que as Patrulhas ditas “de Segurança”, têm comportamento e ações inteiramente subordinados às ordens e prescrições recebidas da tropa em proveito da qual operam.

E o Reconhecimento, ou “Patrulha de Reconhecimento” como hoje se denomina? Ele nada tem a ver, senão indiretamente, com a segurança da tropa a que pertence — só se preocupa com o inimigo que procura ou com os informes que deve obter; nenhuma razão, além de ordem recebida, pode justificar o seu afastamento da missão que lhe foi dada, salvo o aprisionamento ou a destruição; sua missão — obter informe ou informes sobre o inimigo, sobre o terreno, ou o que fôr, à frente da rede de segurança amiga.

Normalmente o Reconhecimento evita o combate, caso este não seja o único modo de obter o informe desejado. Isolado no “espaço livre” entre a tropa amiga e o inimigo, o Reconhecimento deve esforçar-se por passar despercebido dos órgãos de contra-reconhecimento e de segurança do adversário; cuja presença e posição assinala e informa; seu efetivo reduzido, que lhe dá grande mobilidade, possibilita a dissimulação; além disso, não estando amarrado a itinerários fixos, nem tendo de garantir a segurança das tropas amigas, tem grande flexibilidade de escolha para atingir os pontos de onde se deseja informes; em consequência, não vasculha o terreno senão com o interesse de assegurar o seu próprio deslocamento.

Recusar o combate, num encontro inopinado com o inimigo, desviar-se dele para cumprir a sua missão de busca mais além, conforme a ordem recebida, não constitui desonra para nenhum Comandante de Reconhecimento. Os informes a colher, indicados na missão, é que o governam — tudo que impedir a sua obtenção deve ser evitado; o Chefe que deles necessita assim o espera. Lançados diretamente pela DC ou por qualquer outro escalão, as missões dos Reconhecimentos são semelhantes e o seu modo de operar não varia. VER e INFORMAR é a sua preocupação.

Vemos, então, que as Patrulhas ditas “de Reconhecimento” não estão subordinadas às ações da tropa à frente da qual operam; sua ação se subordina às necessidades de informes do Chefe que os lançou. Assim parece-nos, o termo “Patrulha”, ligado tradicionalmente a elementos que realizam Segurança, não deveria receber o qualificativo “de reconhecimento”. A expressão assim formada, representa, do ponto-de-vista operacional, uma antinomia, em que pese algumas similitudes de modo de ação das patrulhas e dos reconhecimentos.

4. Algumas normas regulamentares (e tradicionais) regulam o procedimento dos Reconhecimentos e de seus Chefes:

(1) É o Cmt do reconhecimento que cumpre a missão — ele é que deve ver para informar.



(2) O lugar do Cmt do Reconhecimento não é fixo; êle se desloca onde possa ver (em segurança), tomar decisões, comandar seus homens e completar os informes dêstes.

(3) O Reconhecimento marcha por lanços, progredindo de um ponto de observação favorável a outro, onde se detém momentaneamente para observar.

(4) Desde que, por algum motivo, a dispersão não se imponha, o reconhecimento marcha concentrado — o que não quer dizer, como um bloco — com todos os homens à vista do Cmt, permitindo maior mobilidade e aproveitamento das cobertas.

(5) Se fôr necessário, o reconhecimento deve ser imprudente para ver e observar — só se pode ver de onde se tenha vistas.

(6) Em caso de encontro inopinado com o inimigo, ou quando fôr emboscado, o reconhecimento procura escapar, lançando-se com todos os seus meios sôbre o adversário e atirando para matar.

(7) Todos os componentes do reconhecimento devem conhecer a sua missão e manter-se permanentemente orientados durante o deslocamento.

(8) O informe mais completo e importante perde todo interêsse se fôr enviado com retardo.

(9) Enviar sômente os informes que interessem ao Chefe que o destacou — os que a missão exige e os que com êstes tenham ligação.

(10) Uma vez descoberto o inimigo, acompanhá-lo, observá-lo sem se deixar surpreender e manter o Chefe informado.

(11) Em qualquer situação, passar despercebido — o caminho mais longo é, quase sempre, aquêlle que leva o reconhecimento ao local de onde deve informar. Máximo de velocidade nos deslocamentos, para poder *parar e bem observar* nos observatórios selecionados. Não olvidar a Missão: **INFORMAR, INFORMAR, INFORMAR...**

### 5 — Um Exemplo Histórico

Muito de propósito, escolhemos um exemplo quase centenário, para mostrar que há “Coisas que não mudaram...”

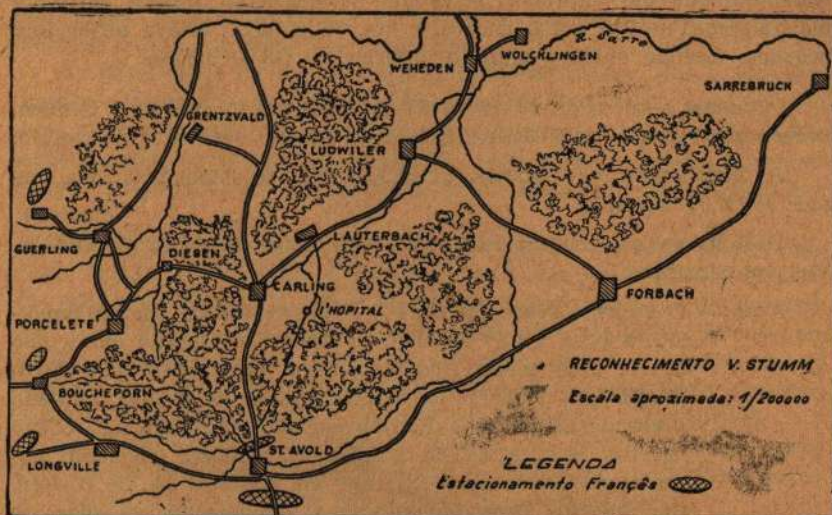
#### O RECONHECIMENTO DO TENENTE VON STUMM

(VER CROQUIS)

Na manhã de 6 de agosto de 1870 — dia da Batalha de FORBACH, na Guerra Franco-Germânica — o 7º C. Ex. do I Ex Alemão, se achava em duas colunas que se deslocavam para o Rio SARRE; a coluna da direita, constituída pela 13ª Divisão, deveria desembocar ao S do rio por WOLKLINGEN.

Sabia-se que os Franceses haviam evacuado SARREBRUCK e supunha-se o grosso de suas forças estivesse entre FORBACH e ST AVOLD. Não havia informações precisas a respeito dos movimentos franceses e o Cmt do I Ex não se havia preocupado em esclarecer-se naquele eixo, como seria óbvio.





O Cmt da Vanguarda da 13ª Divisão, julgando necessário obter informações sobre ST AVOLD, deu ao Ten VON STUMM, do 8º Regimento de Hussares, a seguinte ordem:

“Com um Suboficial e 12 homens, reconhecer a margem esquerda do SARRE e, agindo como um grupo independente, atingir o mais rapidamente possível ST AVOLD, onde se supõe que se encontrem as forças principais do inimigo, cujas posições, tanto quanto possível, devem ser reconhecidas pela retaguarda e flanco esquerdo.

Conforme as necessidades, o reconhecimento deverá ficar dois ou três dias ausente, seu Cmt ficará inteiramente independente, agirá por sua própria iniciativa e enviará freqüentemente e o mais cedo possível informações à retaguarda.”

*Nota* — Observar o modo arcaico pelo qual a ordem foi redigida e, ao mesmo tempo, a inteira liberdade que foi dada ao reconhecimento para cumprir a missão — bem caracterizada — reconhecer ST AVOLD.

— As informações pedidas seriam particularmente úteis aos escalões superiores. Para a 13ª Divisão, não teriam utilidade imediata: ela iria deslocar-se no eixo WOLKLINGEN-LUDWEILER-CARLING e, para as suas necessidades, o que importava era saber o que se passava em CARLING.

O Reconhecimento transpôs o SARRE ao meio-dia; deslocando-se pela estrada WEHEDEN-LUDWEILER-CARLING, atingiu esta última localidade, sem tropeços, quase no fim da tarde.

Deixando CARLING, o Ten VON STUMM marchou para ST AVOLD pela estrada que liga as duas localidades. Nessa estrada, encontrou um



viandante que lhe informou haver um destacamento francês instalado mais adiante, de 300 a 400 metros, e que ST AVOLD estava fortemente ocupada. Redigiu então o seguinte informe, às 18,00 horas:

"Cheguei a cerca de 6 km de ST AVOLD e não encontrei inimigo. Parece que ele está em FORBACH, de cuja direção ouço tiros de canhão.

A última patrulha francesa, em CARLING, foi assinalada esta manhã às 07,00 horas.

Deve haver uma centena de homens num campo diante de ST AVOLD. Vou aproximar-me."

*Nota* — O informe sobre CARLING, negativo, era de grande importância para a 13ª Divisão, se houvesse chegado em tempo útil... Não tendo sido informada, desviara-se para FORBACH para cooperar na batalha que ali se travava. Lançado a grande distância, o Reconhecimento VON STUMM, e não havendo, na região de FORBACH, nenhum elemento encarregado da busca de informes em proveito da 13ª Divisão, esta unidade teve que aplicar o *mandamento* da época, à falta de ordens ou de informações... "marchar para onde troa o canhão..." Outra teria sido a decisão do seu Cmt, se o informe de VON STUMM tivesse chegado em tempo.

Tendo despachado o Estafeta que levava o informe, o Ten VON STUMM ordenou ao pessoal que desembainhasse espadas e prosseguiu ao trote pela estrada para ST AVOLD. Algumas centenas de metros, logo adiante, foi recebido por violento fogo de infantaria. Atingido de raspão por uma bala, ordenou meia volta aos seus homens e, ao galope, penetrou no bosque à W da estrada. Esgueirando-se com o reconhecimento por dentro do bosque, atingiu sua orla Sul, cerca de 800 metros do Posto de Segurança cujos elementos avançados o haviam recebido a tiros. Dali pôde observar ST AVOLD.

Dois grupamentos de tôdas as armas bivacavam, um ao Norte da cidade e outro nas colinas ao Sul dela. Um trem militar estava parado na via férrea. VON STUMM redigiu então o seu segundo informe e o enviou para LAUTERBACH, orientando o estafeta para que atingisse a localidade utilizando as estradas que cortavam os bosques.

Ao retrair-se para CARLING, já ao escurecer, VON STUMM soube, por camponeses, da existência de outro bivaque de tropas em BOUCHEPORN, tendo decidido, apesar da falta de luz, deslocar-se para essa região. Atravessou CARLING ao galope e tomou o caminho para DIESEN. Ao desembocar da floresta, encontrou um moinho onde requisitou víveres e forragens para o reconhecimento; seus homens não comiam desde a refeição matinal, antes da partida.

Enquanto os homens e os animais comiam, o Tenente STUMM, sozinho, deslocou-se pela orla do bosque até que percebeu fogos de bivaque nas alturas de BOUCHEPORN. Redigiu, então, o seu terceiro infor-



me e o enviou por dois estafetas. Em seguida, retirou-se com o reconhecimento para dentro do bosque, onde passou a noite com os cavalos ensilhados, rédeas nas mãos dos cavaleiros.

As 04,00 horas do dia 7, VON STUMM infiltrou-se com o reconhecimento pelo bosque, na direção da herdade de GRINHOF, onde contava obter víveres. Quando redigia a requisição, ouviu tiros; seus exploradores de ponta, que observavam pouco adiante, regressaram a galope informando que se aproximava um Esquadrão de Dragões franceses seguido por infantaria.

Reunindo seus homens, VON STUMM voltou com o reconhecimento a todo galope para DIESEN e, daí, procurou o local onde passara a noite. Mas o Reconhecimento já estava assinalado e os Dragões lhe deram caça. VON STUMM lançou-se, então, rapidamente para CARLING que já encontrou ocupada por dois esquadrões inimigos; penetrou novamente no bosque e procurou a direção de CREUTZVALD de onde pôde observar, ao longe, grandes movimentos de tropa na região de LONGVILLE.

Em CREUTZVALD, o Tenente redigiu seu quarto informe, muito minucioso e o expediu às 07,00 horas para o Cmt da Vanguarda da 13ª Divisão, que o recebeu em FORBACH às 09,30 horas.

A partir dessa última mensagem, a missão de VON STUMM perdeu o interesse para a 13ª Divisão; logo depois, em CREUTZVALD, êle recebeu ordem para recolher-se à sua unidade.

#### 6 — Observações

A — do ponto-de-vista operacional, muito embora considerados a época e os meios utilizados, o caso que apresentamos mostra muito bem:

(1) que um reconhecimento não deve ser lançado a uma distância tal que não possa ser apoiado ou acolhido pela tropa que o lançou, seja para completar os informes já colhidos, seja para aprofundar a busca no sentido da missão imposta;

(2) que a busca profunda de informes deve ser determinada pelo escalão ao qual interessassem tais informes; os informes de VON STUMM interessavam muito mais ao 7º C Ex e ao I Ex do que à 13ª Divisão que o havia lançado a mais de 20 km de distância e não pôde tirar partido deles; ficou patenteado que — caso, na época, fôsse usual o seu emprêgo — tal missão deveria ter sido realizada por um Destacamento de Descoberta, lançado, no mínimo, sob as ordens do 7º C Ex. Impulsionado pelo Chefe que realmente estivesse necessitado dos informes, tal elemento poderia produzir todos os frutos esperados;

(3) que um reconhecimento não pode estar em tôda parte — êle não tem o dom da ubicuidade — é enviado a um ponto para esclarecer uma situação. VON STUMM assinalou tropas importantes em ST AVOLD, em BOUCHEPORN e, mais tarde, em LONGVILLE. A permanência da busca de informes no objetivo do reconhecimento — ST AVOLD — não pôde ser mantida. Os contactos interessantes estabelecidos pelo reconhecimento demonstraram quanta utilidade teria uma busca organizada a base de reconhecimentos apoiados por um elemento de coordenação.



Tendo recolhido o reconhecimento, por ordem superior, e não havendo outros elementos de busca lançados na região, interrompeu-se o contacto com o inimigo que teria valor inestimável para o prosseguimento da operação.

B — Do ponto-de-vista da execução, verifica-se:

(1) a primeira mensagem enviada teve por base os informes de viandantes que não foram verificados nem cotejados; ela foi expedida 6 horas após o início da missão. Além disso, sua redação era imperfeita. Não tendo chegado até ST AVOLD e somente por ter ouvido tiros de canhão que supôs em FORBACH, STUMM redigiu — “parece que êle (o inimigo) está em FORBACH”... Apesar do indício fornecido pelo seu informante (destacamentos inimigos logo adiante e ST AVOLD fortemente ocupada) que, também, contraditóriamente, constava do seu informe;

(2) embora informado da presença de elementos inimigos na estrada, à frente de ST AVOLD e na própria localidade, VON STUMM prosseguiu por ela, ao trote, tendo ordenado “desembainhar espadas”... Com isso poderia ter comprometido o êxito do reconhecimento, poderia perder homens ou vê-los aprisionados. Um reconhecimento deve ser como um fantasma...; pressentida a presença do inimigo ou informado disso, o reconhecimento deve prosseguir por itinerários que o ocultem a fim de buscar um local de onde possa observar sem ser pressentido, colhendo, destarte, o máximo de informes;

(3) o segundo informe enviado foi fruto da boa técnica de reconhecer; mergulhando no bosque a NO de ST AVOLD, o reconhecimento desbordou a estrada e os elementos de segurança avançados e pôde observar a localidade sem que o Posto de Segurança, 800 metros à L, pudesse pressenti-lo. O que foi visto contradizia a informação anteriormente enviada; era importante, portanto, que a nova mensagem fôsse despachada rapidamente e com as maiores possibilidades de chegar ao destinatário; no caso, dois estafetas a conduziriam, por itinerários diferentes; o informe era inapelavelmente real.

Nota — A respeito da regra — VER, PARA INFORMAR — a tradição oral da nossa Cavalaria assinala um fato bem característico. Num dos movimentos revolucionários da década dos 30, um dos nossos mais destacados Chefes, já falecido, comandava um RC que operava em S. PAULO. Tendo recebido ordem para restabelecer o contacto com o “inimigo”, rompido havia 48 horas, o Regimento foi lançado por um eixo que seguia a direção geral da via-férrea, tendo enviado reconhecimentos sobre as regiões onde, possivelmente, o “inimigo” poderia ser encontrado. O Reconhecimento que se deslocava no eixo geral de marcha do Regimento utilizava, para transmissão dos informes, do “selétivo” da estrada de ferro, além dos outros meios normais. Deslocando-se com a Vanguarda do Regimento, ao passar por uma das Estações



ferroviárias, o Cmt foi cientificado de que o Tenente Comandante do Reconhecimento desejava informá-lo urgentemente. Indo até o local onde se achava o "seletivo", o Cel entrou em ligação com o Tenente, estabelecendo-se o seguinte diálogo:

— Ten: Fui informado de que cerca de 2.000 "inimigos" estavam ontem na região de... e iam se deslocar na nossa direção. Pela conversa que mantive com os informantes, é possível que essa força esteja a 1 km, mais ou menos, daqui onde estou.

— Cel: (que constataria um "certo nervosismo" no Ten) Você já viu isso tudo, ou mandou alguém verificar? Algum outro indício, além da informação dos "paisanos"?

— Ten: Não, Sr. Cel; desde que recebi êsse informe estou parado aqui para transmiti-lo e receber novas ordens...

— Cel (pachorrentamente...) Tenente... Toque para diante e vá ver isso de perto... Se fôr possível, faça um "esboço" da localização... Dentro de meia hora, ou pouco mais, estarei com o Regimento aí por perto... Até logo.

(O Tenente *foi ver* o que havia no tal lugar e nada encontrou...).

(4) o aproveitamento das cobertas permeáveis, aliada à mobilidade do Reconhecimento, constitui a melhor segurança, porque possibilita iludir a vigilância dos postos inimigos ou de suas patrulhas, furtar-se à perseguição e *ver sem ser visto* — condição ideal para uma observação calma, minuciosa e durável.

(5) operando isoladamente na "terra de ninguém", o Cmt de Reconhecimento deve ter sempre em mente a MISSÃO e os informes que ela exige. A carta da região é um elemento primordial para orientar o Reconhecimento e para a escolha — grosso modo — dos pontos de observação favoráveis ao cumprimento da missão de informar. Caso VON STUMM tivesse pensado na sua Missão — VER ST AVOLD — e consultado a carta, chegaria à conclusão de que não haveria necessidade de ir até a localidade para saber o que ali se passava; agindo contrariamente, recebeu tiros, foi ferido e — o que era muito pior — *revelou sua presença*. No dia seguinte era caçado, primeiro em DIESEN, depois em CARLING, o que o obrigou a abandonar o eixo geral de reconhecimento.

(6) em todas as ocasiões que se apresentaram, VON STUMM muito acertadamente furtou-se ao combate. A missão do reconhecimento não o impõe. Somente na iminência de ser aprisionado o Reconhecimento deve, por todos os modos, combater e lutar para escapar.

(7) durante a noite, após obter víveres e forragens, VON STUMM retirou-se para um local coberto e manteve o Reconhecimento pronto para deslocar-se a qualquer momento. O repouso, no cumprimento da missão de



reconhecer, é relativo e os bosques e matas oferecem boa cobertura e abrigo, muito particularmente à noite. As localidades são quase sempre excelentes "ratoeiras" e, tanto de dia, quanto de noite, o Reconhecimento deve manter-se afastado delas.

(8) o material e o equipamento conduzido pelo Reconhecimento deve ser o mais sumário possível, apenas o imprescindível, inclusive quanto à alimentação. Vimos que VON STUMM e seus homens e animais passaram um dia inteiro sem comer; o sistema da época, *viver dos meios locais*, obrigou-o a requisitar o que necessitava de pessoas cuja lealdade era problemática; com isso, *mostrou* o Reconhecimento e possibilitou uma identificação desnecessária. A História não registra se foi, ou não, o moleiro das proximidades de DIESEN que denunciou a presença de VON STUMM às tropas francesas que, na manhã do dia 7 de agosto, o atacaram próximo a GRINHOF e já ocupavam CARLING, por onde procurara retrair... Passar despercebido, continua a ser uma boa regra...

(9) as melhores e mais completas informações tornam-se inúteis se não são enviadas a tempo de serem utilizadas.

#### HAVERÁ SEMPRE UMA CAVALARIA...

Acompanhando o progresso tecnológico e a evolução que os novos meios materiais vêm trazendo às organizações militares, a Cavalaria vai abandonando o cavalo para adotar as viaturas de todos os tipos que constituem hoje, ao lado de outros materiais, o seu equipamento normal. Mas tem sabido conservar intacto o *espírito* pelo qual se materializou a luminosa tradição de glória acumulada nos campos de batalha, pelo mundo afora, em todas as épocas.

Os soldados de Cavalaria são, por hábito histórico, exemplos da mais dinâmica e desprendida audácia. Embora com novos meios de luta, a Cavalaria **É, E SERÁ SEMPRE, A ARMA DO MOVIMENTO, DA MANOBRA, DA SURPRESA!** Permaneceram aquelas suas missões tradicionais — RECONHECER, TOMAR CONTACTO, PERSEGUIR, RETARDAR — que a Arma, ANTIGA E NOVA, cumprirá com a paixão romântica de ontem e o rigor técnico de hoje!

O fiel e antigo companheiro, que tantas vezes levou os cavaleiros à vitória ou ao sacrifício, encetou o seu Adeus aos campos de batalha mas permanece o meio animado do esporte apaixonante e audacioso que educará e incutirá nos jovens o gosto pelo perigo, o espírito de decisão e de iniciativa, a audácia e a obstinação no cumprimento das missões.

Que os modernos Cavalarianos Blindados, nos seus Carros e viaturas, permaneçam fiéis, **EM ESPÍRITO E EM PROCEDIMENTO OPERACIONAL**, ao antigo imperativo da Arma — **JOGAR A ALMA ALÉM DO OBSTÁCULO...**





*Seção*

do

CANDIDATO à

ESCOLA DE COMANDO E  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Cópia - 2ª Ed. 1964

110 / 23-50-954

Coordenador: Maj GERMANO SEIDL VIDAL

## SUMÁRIO

- I — NOVAS CONTRIBUIÇÕES
- II — HISTÓRIA DO BRASIL — FILOSOFIA DO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO HISTÓRICO  
Prof. ANGELO RAIMUNDO.
- III — UMA POLÍTICA NACIONAL PARA O CAFÉ  
Maj AIRTON DE CARVALHO MATTOS.
- IV — EXERCÍCIOS DE ESPANHOL  
Cel DARCY VILLAÇA.
- V — EXERCÍCIOS DE INGLÊS  
Ten-Cel CELSO MEYER.





## DOCUMENTOS BÁSICOS PARA O PREPARO DO CANDIDATO A ECEME

### GEOGRAFIA

- Geografia do Brasil — Delgado de Carvalho  
Geografia Regional do Brasil — Delgado de Carvalho  
Geografia Humana de 1934 — Aroldo de Azevedo  
Geografia Humana do Brasil — Pierre Deffontaines  
Notas de Geografia Militar Sul-Americana — P. de Paula Cidade  
História Econômica do Brasil — Roberto Simonsen  
Realidades Econômicas do Brasil — Pires do Rio  
Partes da Geologia da História Natural — Waldemar Potsch  
Geologia do Brasil — Avelino — Oliveira e Othon A. Leonardos  
As Grandes Regiões do Brasil — Conselho Nacional de Geografia  
Alguns Problemas brasileiros (subsídios para o seu estudo, coligidos pelo Conselho Técnico Consultivo da Confederação Nacional do Comércio — 1955)  
Aspectos geográficos sul-americanos ou Projeção continental do Brasil — Mário Travassos  
O Domínio da Bacia Hidrográfica do Prata — Francisco de Paula Cidade (Rev Mil Brasileira — Jan, Mar, Jun, Jul e Set 1930)  
Sobre os fundamentos para o estudo dos aspectos militares da Bacia do Prata — Cel R1 João Batista de Magalhães (idem Jan-Jun 1940)  
Perspectivas da Economia Brasileira — Industrialização da Economia Nacional — ISEP — 1958.

### HISTÓRIA

- História do Brasil — João Ribeiro (Curso Superior)  
Manual de História do Brasil — Basílio de Magalhães  
História do Brasil — Barão do Rio Branco  
História Geral do Brasil — Visconde de Pôrto Seguro, anotada por Rodolpho Garcia  
História do Brasil — Rocha Pombo  
História de Brasil — Pedro Calmon  
Evolução do Povo Brasileiro — Oliveira Viana  
História das Américas, publicada sob a direção de Ricardo Levone, Ed Bras dirigida por Pedro Calmon, 14 vol (Ed Jackson) — 1947  
História da América — Gastão Ruch  
(Das Instruções para o Concurso, atualmente em vigor)



## I — NOVAS CONTRIBUIÇÕES

Esta Seção tem insistentemente apelado para os camaradas "já cursados" no sentido de enviarem colaborações. O programa do Concurso de Admissão à EsCEME é vasto, eclético e complexo pela circunstância de abraçar assuntos de Cultura Geral e Profissional que só podem ser assimilados em muitos anos de estudo. Assim, essa colaboração solicitada é indispensável para se manter as páginas d'A DEFESA NACIONAL como valioso repositório de lições aos que desejam aprimorar aquêles conhecimentos.

Muitos são os que nos escrevem, mas para sugerir que a Seção mantenha mais variada gama de assuntos, aborde problemas específicos dos "pontos" do Concurso, enfim, realize um verdadeiro Curso por Correspondência...

Tais anseios, muitos justos, não podem, entretanto, ser atendidos pelo Coordenador da Seção, nem são (verdade se diga) objetivos da Revista. Pretendeu-se, sim, complementar os estudos dos candidatos, dando-se guarida nestas páginas a trabalhos que venham facilitar e, particularmente, estimular o aprimoramento da Cultura Geral e Profissional dos companheiros, candidatos aos quadros de EM e aos altos comandos do Exército.

Todavia, sentimos falho o nosso trabalho e não compensado nosso esforço pela pobreza de novas contribuições para estas páginas. O registro desse fato tem hoje contrapartida para que as esperanças de muitos não sucumbam, ampliando o número de desencantados pela vida militar.

Trata-se de nova e efetiva contribuição que esta Seção recebeu do "Curso de Preparação à EsCEME" do Departamento Cultural do Clube Militar. Há alguns anos que o dirige o Ten-Cel Inf JOAQUIM AUGUSTO DE MONTENEGRO que, compreendendo o valor da divulgação por esta Revista dos trabalhos daquele Curso, propiciou-nos contato direto com os seus conferencistas e professores para atingir aquele desiderato.

Dessa forma, pretendemos enriquecer esta Seção com novas contribuições, visando atender aos reclamos dos camaradas, leitores assíduos destas páginas.

Fica, entretanto, de pé o velho apêlo a todos os demais companheiros, que possam colaborar com o propósito desta Seção, para a remessa de outros trabalhos pertinentes ao preparo do Candidato à EsCEME.

O Redator



## UM APÊLO

PREZADO COMPANHEIRO,

apelamos para **você**, que pode ajudar à Seção do Candidato à ECEME de "A DEFESA NACIONAL".

Buscamos orientação para o próximo ano, que atenda aos anseios dos candidatos e esteja apoiada na valiosa e indispensável contribuição dos oficiais de EM, dos alunos da ECEME e dos próprios candidatos.

Encarecemos o valor de sua ajuda, através da remessa de ensaios, resumos ou questões resolvidas.

Precisamos de suas críticas e de suas sugestões.

Folgaremos em divulgar os trabalhos remetidos e em vitalizar o intercâmbio de idéias que concorram para o fim precípua destas colunas: Servir ao Candidato!

Dirija-se ao Major G. Vidal — 5ª Seção — EME — Palácio da Guerra — GB.

O Redator



## II — FILOSOFIA DO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO HISTÓRICO (1)

Professor ANGELO RAIMUNDO

### METODOLOGIA

Antes de iniciarmos este curso de História do Brasil parece-nos necessário esclarecer como entendemos o estudo da História. Com esse esclarecimento expomos nosso ponto de vista, obtendo, assim, dos que nos ouvem ou lêem, a compreensão do que pretendemos e aquela identificação que deve existir entre quem expõe uma tese e seus interlocutores, pelo conhecimento antecipado que têm estes, do plano geral de orientação.

Não será, pois, um caminhar às cegas, numa dependência contínua de fontes subsidiárias de cultura que ajudem a esclarecer, dar forma e lógica ao desfilar dos acontecimentos, sem perceber o rumo dos fatos. Sabemos que um indivíduo, no pequeno recanto da sua montanha, tem o conhecimento perfeito de tudo o que o rodeia, numa área mais ou menos extensa, junto à casa onde vive. E quanto mais estenda esse conhecimento e o aprimore, tanto mais se debruçará sobre seu próprio meio, sem tempo, modalidades ou recursos, para transcender a região local.

Entretanto, as montanhas fazem parte de grandes sistemas, de grandes cadeias de serras, com direções exatas; outros relevos, sobre outras terras, estados, condições, climas. Não se pode aferir o geral pelo particularizado e o indivíduo de um recanto local não pode ter a idéia de conjunto e de relações do sistema onde está localizada a sua casa. tem muitas facetas. Ver a verdade por uma só, restringe o conhecimento geral do sistema, para se poder situar com precisão e dele ter conhecimento objetivo e lógico.

De muitas verdades se compõe a verdade inteira. Como um diamante tem muitas facetas. Ver a verdade por uma só, restringe o conhecimento, parcializa.

Tudo isto, que todo o mundo sabe, para defender meu ponto de vista de que a História precisa de ser vista, analisada e interpretada de diversos ângulos. De diversas ciências se compõe o conhecimento geral do processo social e a História é uma dessas ciências que, por sua vez, exige a contribuição de muitas outras disciplinas. Conhecer História na sequência de fatos e datas é muito pouco. É o mínimo.

A História é a própria vida do homem, rica de ensinamentos que a qualquer momento podem ter aplicação proveitosa, considerando-se, sempre, para não incidir em erro, as novas condições econômicas, sociais, culturais e de tempo, de cada etapa histórica.

"Um barco não navega duas vezes seguidas na mesma corrente", como já ensinava Heráclito; mas adquire uma experiência teórica que deve ser aproveitada. Com outras experiências, fará parte de um corpo de conhecimentos sempre úteis de compulsar, em circunstâncias dadas ou antes de se realizar uma experiência similar.

E se a História é a própria vida do Homem, estudemos, primeiramente, as condições sociais de sua existência, da sociedade em seu de-

(1) — Contribuição do "Curso de Preparação à ECEME" do Clube Militar.



envolvimento, firmando, assim, um sentido de posição em face de um plano geral de investigação e análise e, com a posição, um sistema e um método decorrentes.

### A HISTÓRIA TAMBÉM É CIÊNCIA

Inicialmente, consideremos que a História também é ciência, ao contrário de muitos autores que querem ver, apenas, nesse ramo do conhecimento, uma sequência de fatos e acontecimentos, sem se dignarem à investigação de suas causas.

Se a História não possui as verdadeiras características e critérios de generalidades comuns a todas as ciências, é ciência pelos métodos que emprega no estudo e análise desses mesmos fatos e feitos que congregam as manifestações sociais, econômicas, políticas, morais, religiosas e intelectuais de um povo ou da Humanidade. Sociólogos, antropólogos, psicólogos, economistas e demais estudiosos têm procurado, dentro de suas disciplinas e, transcendendo-as, esquematizar um plano geral de compreensão interdisciplinar, através dos chamados "fatores sociais", dando à sociedade uma configuração *tridimensional*: cultura-social e motivacional.

Para esclarecimentos da matéria, existe um grande número de estudos parciais, tanto teóricos como de investigação, uma copiosa literatura a respeito, sem que, até hoje, se tenha conseguido uma teoria científica do desenvolvimento do processo histórico.

Permanece, pois, o campo aberto a todas as disciplinas e a todas as teses, podendo ser estudado pelos mais diversos e até antagônicos pontos de vista. Sob todos os ângulos pode ser estudada a História e quando dizemos "ângulos", queremos expressar teorias. Por esse motivo preferimos o campo mais vasto de um certo ecletismo científico para a investigação e análise da História, sem filiação cultural, por nos parecer que, assim, eliminaremos o dogmatismo de pontos preconcebidos.

Materialistas e idealistas estão num beco sem saída. O racionalismo de Descartes, em reação à metafísica escolástica, atribuindo primazia à razão, acabou fechando-se em si mesma com a construção de toda uma metafísica de qualidade e mecanicista.

A teoria materialista, que tinha por base a concepção fundamental do elemento *matéria* como constituinte do mundo, também ruíu. Essa concepção materialista, com o desenvolvimento da Física, esboroou-se, pois o conhecimento da estrutura íntima do mundo não revelaria partícula alguma de matéria, mas, exclusivamente, subdivisões cada vez mais ínfimas, até se desfazerem em *processos de transformação contínua em formas ondulatórias*, sem representação possível, a não ser pela matemática. Afinal, se não há matéria, também não existem categorias nem formas incorpóreas.

### PROCESSOS

Sem nos filiarmos, pois, a este ou àquele campo, vamos para o ecletismo geral das ciências, certos sempre de que a História, também em si, é um processo. O processo do desenvolvimento social do Homem.



## OS FATORES SOCIAIS

Fixada a nossa posição, estabelecemos, como método pessoal do estudo do processo histórico, esquema com o qual pretendemos sistematizar esse estudo, damos à sociedade uma configuração *quadridimensional*, através dos seguintes fatores: *econômico-social-cultural-epocal*.

*Econômico*: as formas de "status" e de relações econômicas condicionam, principalmente nos estágios primitivos, toda a estrutura social pela qual se processa o desenvolvimento de qualquer coletividade. Nos organismos mais desenvolvidos é sempre patente a sua influência, embora disfarçada em outras roupagens de ordem motivacional.

*Social*: campo onde se verificam as transformações, os embates, as contradições e as lutas dos grupos e das coletividades. De onde se originam as coordenadas emocionais dos grandes movimentos, que acabam por romper o equilíbrio das estruturas já assentes e que não mais abarcam as mutações operadas, nem as contêm.

*Cultural*: contendo todo o acervo dos valores, normas, hábitos e tradições, dos conhecimentos, tendências e heranças morais, espirituais e materiais da sociedade. Junto com o fator social, adquire uma dinâmica terrível, com uma tremenda carga explosiva.

*Epocal*: sentido direcional sob o fluxo orientador e coordenador da época.

No plano "sócio-cultural" é a matriz da tensão política, tensão dos interesses em choque, onde os fatos ganham um relevo e vulto maiores, devido à contradição e à força dos grupos em oposição, grupos internos ou externos, na luta para manter a continuidade histórica de seus interesses e privilégios.

Por esse motivo, pela riqueza variada e contínua de episódios e lances dramáticos, se deixam muitos absorver pelo conteúdo *cênico*, digamos assim, da reunião dos dois fatores, formando binômio sócio-cultural, relegando a segundo plano o fator econômico e o epocal. Pelo luxo de detalhes que oferecem e por cálculo, porque a História, até aqui, tem sido escrita de acordo com interesses de grupos, classes e de nações.

Os quatro fatores, a nosso ver, são polivalentes e não damos primazia a este ou àquele, porque, todos eles se interpretam e, de per si, em determinados momentos, assumem a liderança das ações. Neste fértil campo sócio-cultural é onde se manifestam as grandes crises, as grandes transformações. Em última análise, a passagem de uma sociedade em equilíbrio para um outro estágio de desenvolvimento histórico. A chamada "crise", em verdade, é a etapa de *transição* entre um estágio e outro.

As sociedades, como verdadeiros sistemas, possuem suas coordenadas próprias, suas leis e qualquer alteração no quadro dessas coordenadas estabelece a ruptura da lei do equilíbrio em que viviam, produzindo agitações, episódios, lutas.

Quando a "crise" vem acompanhada de modificações direcionais e com velocidades diferentes, o fenômeno da *transformação* torna-se mais



grave e transições políticas existem que, devido a êsses impactos multidirecionais, paradas bruscas, velocidades diferentes e outros fatores, se transformam num grave processo cumulativo que acaba por deflagrar, depois de amalgamar todos os setores sociais e econômicos, num só rumo e com uma velocidade que leva tudo de roldão.

As crises costumam acontecer quando as camadas sociais que se "desajustaram" ainda não encontraram o denominador comum de evolução. É quando o fator epocal acaba por prevalecer, impondo a sua supremacia momentânea, por ser resultante direta da dinâmica de todos os outros fatores. Prevalece, impondo seus ideais às mais variadas coletividades, fazendo tábua-rasa de seus graus de cultura e adiantamento, ciclo histórico de desenvolvimento econômico. Assim, na Idade Média, cujo ambiente epocal a tôdas as nações se impunha. Assim na Renascença, na Idade Moderna, no século XIX, o século da libertação política da América Latina, como nesta segunda metade do século XX assistimos à libertação econômica da Ásia e da África.

Para se verificar a justeza do fator epocal, observa-se que dezenas de milhões de negros, com uma minoria ínfima com cultura superior, neste momento, na África, se irmanam no ideal comum de libertação política e econômica. Com uma maioria esmagadora vivendo nos baixos escalões de cultura e desenvolvimento, sem noções corretas de liberdade e de autodeterminação dos povos, a raça negra estremece de ponta a ponta no continente africano, possuída pelo ideal da libertação. É o fator epocal com o seu ideário político agitando as massas negras do continente, como aqui, na América Latina, perseguindo o ideal da libertação através do desenvolvimentismo.

Na África desdobra-se o fenômeno de *transformação* através da atual "crise", numa só direção — independência — e com a mesma velocidade, não obstante as forças que lutam contra o movimento, aqui e ali, conseguindo frear, em certos setores, a rapidez do movimento, sem conseguirem quebrar, no conjunto, a sua uniformidade. Se numa coletividade se torna mais lenta, noutra se acelera violentamente, como que por compensação.

Todos êsses movimentos se refletem, como vemos, no campo sócio-cultural, levando os mais superficiais ou os interessados, a fazerem exclusivamente a crítica dos fatos e dos acontecimentos, esquecendo, por ignorância ou preconcebidamente, o fator econômico que tão bem se sabe integrar no fator epocal, se viático, seu conduto passional e emocional. Assim, neste momento, assistimos à primazia, na África, na Ásia e na América Latina, ao sentido dinâmico do fator epocal.

Uma vez feito êste esclarecimento do método agora servir-nos-á de rumo e plano, sem descurarmos de todos os demais recursos culturais que nos auxiliem na investigação e análise histórica que pretendemos.

Entrando na fase da História, vejamos de que povo descendemos, marcando-lhe as características, a história e seu quadro de desenvolvimento na segunda metade do século XV. (2)

(2) No número de outubro publicaremos a palestra do autor sobre "Formação das Nacionalidades Sul-Americanas".



### III — UMA POLÍTICA NACIONAL PARA O CAFÉ

Compilação do Major AYRTON DE CARVALHO MATTOS

#### 1. INTRODUÇÃO

- 1.1 — O café, pelo que representa, diretamente, para extensa área do País, e pelo fato de contribuir com 60% de nossa receita em dólares, condicionando, assim, fortemente, nossa capacidade de importar, exerce ponderável influência em nosso desenvolvimento econômico, vale dizer, no fortalecimento do potencial nacional.
- 1.2 — Justo, portanto, que procuremos adquirir uma soma de conhecimentos capaz de nos permitir acompanhar as discussões que se travam em torno do assunto.
- 1.3 — A divulgação deste trabalho, que teve por base:
  - as "Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil", referentes a 1957 e a 1958, do Conselho Nacional de Economia;
  - depoimento do Presidente do Instituto Brasileiro do Café (Senhor RENATO DA COSTA LIMA), na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados (sessão de 4 de junho de 1959);
  - instruções e planos formulados pelo Instituto Brasileiro do Café; e
  - pronunciamentos diversos, feitos por autoridade e interessados, objetiva sua possível utilização, como esquema, para que cada um desenvolva os diversos aspectos, nele ventilados, na medida que a respectiva curiosidade, necessidade ou possibilidade indique.

#### 2. RESUMO HISTÓRICO

- 2.1 — A Lei n. 1.779, de 22 de dezembro de 1952, que criou o Instituto Brasileiro do Café, diz, em seu art. 1º, caber a esse órgão realizar, através das diretrizes constantes da citada lei, a política econômica do café brasileiro, no país e no estrangeiro; o art. 2º especifica quais as diretrizes a serem seguidas pelo IBC.



- 2.2 — Isso, no entanto, não tem sido bastante porque, à falta de uma política a longo prazo para o café, os eventuais responsáveis por esse setor, no presente como no passado, vêm mudando de orientação, de acôrdo com suas idéias pessoais ou as do grupo a que se filiam, buscando soluções para situações de momento, que, no entanto têm, sempre, acarretado reflexos negativos, com o correr do tempo. Um dos exemplos mais importantes dessa instabilidade de orientação diz respeito aos preços-ouro.
- 2.3 — “Com efeito, a chamada política de estabilização dos preços-ouro só foi bem sucedida por períodos relativamente curtos, do ponto de vista da maximização da receita cambial brasileira. Mas seus efeitos estenderam-se por tempo suficientemente longo para estimular o plantio fora do Brasil e, conseqüentemente, determinar a queda de nossa participação, no consumo mundial, como mostra o quadro a seguir”.

MÉDIAS ANUAIS	MILHÕES DE SACAS		
	Consumo Mundial	Exp. Brasileiras	Exp. outros Países
1900/09	16,3	12,4	3,9
1910/19	17,9	13,3	4,6
1920/29	21,2	13,8	7,1
1930/39	27,4	15,0	12,4
1940/49	24,2	13,6	10,6
1950/57	33,2	14,2	18,4

- 2.4 — Por outro lado, os preços altos estimularam o aparecimento de novas plantações, no país, gerando a superprodução e a inobservância dos preceitos de técnica e de produtividade que regem a lavoura do café. Deslocaram-se os cafezais para regiões de clima e solo inadequados e cada vez mais afastadas dos portos de embarque, com o completo descaso pela qualidade do produto e seu preparo para a comercialização.
- 2.5 — Examinando-se o quadro abaixo, “pode ser verificado facilmente que os ciclos do café no mercado mundial resultam da conjugação entre as oscilações que se processam por efeitos naturais, com as modificações introduzidas na sua evolução pela política de defesa praticada pelo Brasil, desde o comêço do século. Destaca-se a correlação entre os fatos: preços em baixa — política de defesa — aumento das plantações — superprodução — excesso de oferta — tendência à nova baixa de preços”.



Período	MILHOES DE SACAS		COTAÇÕES DO SANTOS-4		INFLUENCIA DO BRASIL (As intervenções do Governo estão em letras maiúsculas)		Prod. Brasil (Milhões de sacas)
	Consumo Mundial 2	Produção Mundial 3	New York Cents/lb 4	Cr\$ /10kg 5	Recuperação dos preços-ouro	6	
1							
1899	...	...	5,00	8,20			...
1900	14,0	15,1	6,70	5,75			11,3
1906	17,1	23,8	8,60	4,82	CONVENIO DE TAUBATÉ		20,3
1910	17,2	14,5	7,90	3,98	Retirada de 11 milhões de sacas, FINANCIAMENTO ATRAVÉS EM-PRÉSTIMO DE 75 MILHOES DE DÓLARES		10,6
1912	17,1	16,4	13,30	7,68	Liquidação dos estoques		12,1
1914	21,7	17,9	11,46	5,20	Geada		13,5
1916	13,0	16,7	10,55	6,46	Geada		12,7
1917	14,8	18,8	10,16	5,40	RETIRADA DE 4 MILHOES DE SACAS DO MERCADO		15,2
1918	16,0	14,2	12,71	7,18	(Geadas — Liquidação dos estoques)		9,7
1919	18,5	15,2	24,78	15,33	Estocagem de 13,5 milhões de sacas		7,5
1927	23,5	35,6	18,50	27,08	Abandono do esquema de sustentação.		27,6
1930	25,7	26,1	12,87	20,29	(INICIO DA QUEIMA, 1931 a 1944 — 84 milhões de sacas)		17,4
1942	16,2	28,5	13,37	43,11	ACORDOS DE WASHINGTON		13,6
1945	21,0	25,2	13,37	55,01	(Fixação dos preços-ouro)		12,7
1949	32,9	30,5	27,37	111,10	Liquidação dos estoques		16,3
1950	29,3	32,7	49,50	184,90	Início do 5º ciclo		16,8
1953	33,8	33,2	55,95	229,44	Geada		15,1
1954	30,3	33,8	78,75	422,25	TENTATIVA DE VALORIZAÇÃO ARTIFICIAL APROVEITANDO A ESCASSEZ		14,5
1955	33,8	41,9	57,00	411,25	Queda dos preços — Geada		22,1
1956	37,8	35,6	58,00	439,25	Fortalecimento dos preços		11,8
1957	38,0	42,0	57,20	443,40	TENTATIVA DE ESTABILIZAÇÃO — ACORDO DO MÉXICO		19,0



### 3. CONJUNTURA ATUAL

Caracteriza-se pelos seguintes fatos.

- 3.1 — Participação crescente, no mercado mundial (em detrimento do café brasileiro) dos cafés finos da Colômbia e da América Central, e dos cafés africanos de baixa qualidade, particularmente estes, que nos fazem maior concorrência, pois gozam de medidas protecionistas das metrópoles européias e, por extensão, da Comunidade Européia.
- 3.2 — Altos custos de colocação do café nos portos de embarque, como resultado da baixa produtividade e (ou) da organização de lavou-  
ras em regiões inadequadas, seja pela ocorrência sistemática de condições climáticas adversas, seja pelo seu afastamento daqueles portos, agravado pelas deficiências do transporte ferroviário.
- 3.3 — Produção que excede largamente o consumo mundial, ou por superprodução ou por subconsumo, ficando o Brasil com imensos estoques que representam cerca de 80% do excesso, no cômputo total. Queda acentuada das cotações internacionais e, consequentemente, da receita, em dólares, decorrente das exportações de café.
- 3.4 — O acôrdo em vigor que prevê para o Brasil a colocação nos mercados tradicionais, da quota anual de 17 milhões de sacas e considera mercados novos e, portanto, abertos, entre outros, a URSS, a China, o Japão e a Polônia.
- 3.5 — A fase de grande desenvolvimento industrial que o Brasil atravessa, tornando imprescindível a importação de maquinaria, equipamentos, petróleo e outras matérias-primas que sustentam esse esforço.
- 3.6 — "Instabilidade de orientação que se tem manifestado desde os critérios de financiamento das safras e dos estoques aos de fiscalização dos registros dos cafés embarcados em diferentes épocas e regiões do país".

### 4. CONCLUSÃO

Do que aqui foi exposto, é lícito concluir-se, então, pela necessidade de ser estabelecida, quanto antes, uma política a longo prazo que, proporcionando a sensação de segurança, tão necessária a quem produz, "reduza a amplitude das oscilações naturais de preços e evite os desequilíbrios causados no mercado pelo excesso de oferta, de que têm sido responsável o estímulo à produção pela sustentação artificial de cotações. E, diante da inevitabilidade de uma concorrência permanente e crescente nos mercados externos, convém ter em vista obter-se mais vantajosa participação do produto brasileiro, no quadro do consumo mundial provável". Daí, para cogitações, a formulação da seguinte.



## POLÍTICA NACIONAL PARA O CAFÉ

### 1. OBJETIVO NACIONAL ATUAL

Reconduzir o Brasil, no prazo de seis anos, à posição de supridor de 60% das importações mundiais de café.

### 2. POLÍTICA DE CONSECUÇÃO

2.1 — Racionalizar a cafeicultura com vistas a aumentar-lhes a produtividade, melhorar a qualidade do produto e reduzir-lhe os custos. Controlar o volume da produção, em função do total previsto para o consumo interno, para as exportações e para um estoque de segurança. Com essas finalidades e tendo por base, precipuamente, o crédito adequado:

- fomentar a melhoria do nível técnico das lavouras de café;
- proporcionar o maior amparo à renovação das lavouras que, localizadas em zonas de ecologia mais indicada, apresentem, também, situação favorável de mão-de-obra e condições que facilitem o transporte e as comunicações com os portos;
- estimular, por todos os meios, a substituição das lavouras de café, em zonas que não satisfaçam àquelas condições, por outras de grande importância para o abastecimento interno. (Política de Produção).

2.2 — Adotar providências que visem a:

- controlar o escoamento das safras de maneira a permitir a mais demorada retenção possível nos centros de produção;
- intensificar o mercado interno;
- mantendo-se nos termos do acôrdo internacional que vigorar, aumentar o volume das exportações, atuando com agressividade, seja nos mercados tradicionais, seja nos novos, recorrendo, mesmo, na área das moedas inconvertíveis, a transações de natureza bilateral;
- realizar uma política de preços do café exportável que facilite o escoamento do produto, sem prejuízo das necessidades de divisas, do país. (Política de Comercialização).

2.3 — Fomentar a industrialização do café, de maneira a permitir a colocação, nos mercados internos e externos, de maiores quantidades de produto acabado (torrado e solúvel e a aproveitar os cafés inferiores para a obtenção de subprodutos (óleo, cafeína, torta e outros). (Política de Industrialização).

### 3. DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS

3.1 — Ao Instituto Brasileiro do Café

No setor produção

3.1.1 — Atualizar e intensificar o plano de renovação das lavouras cafeeiras do país, de maneira a possibilitar,



dentro de 6 anos, aumento da produtividade média, para cerca de 80 arrôbas por 1.000 pés, e média anual de produção, de 42.000.000 de sacas beneficiadas (inclusive expurgo). O plano deve supor a substituição de 5 árvores por 1 e implicar na eliminação gradativa de 1.800.000.000 cafeeiros e no plantio de 350.000.000 novos e dar prioridade às zonas de melhores condições ecológicas para a cafeicultura. Na execução do plano, deve-se levar em conta a necessidade de uma safra anual média, durante o sexênio, de cerca de 33 milhões de sacas (exclusive expurgo).

- 3.1.2 — Fomentar a melhoria do nível técnico, das lavouras de café, mediante uso mais apropriado de adubos, inseticidas, processos conservacionistas e mecanização do cultivo.
- 3.1.3 — Promover estímulos à melhoria da produtividade da mão-de-obra cafeeira.
- 3.1.4 — Estimular a melhoria do produto, criando condições para a intensificação da despulpa e o melhor trato do café de terreiro, bem como para a criação de usinas centrais de beneficiamento, rebeneficiamento, classificação e padronização dos cafés, incumbindo-se inclusive da padronização dos seus próprios estoques, visando torná-los mais atraentes para as transações nos mercados externos.

No setor da comercialização:

- 3.1.5 — Promover uma política de escoamento e armazenagem que retenha, o mais possível, os cafés produzidos no interior, próximo das áreas de produção, de maneira a que desçam para os portos apenas cafés vendidos ou de fácil e rápida colocação.
- 3.1.6 — Criar um "Serviço de Amostra Certificada" a fim de possibilitar, nas operações de café, mediante amostras a garantia oficial do tipo, fava e bebida dos lotes representados, em qualquer mercado interno ou externo.
- 3.1.7 — Intensificar promoções para aumento do consumo interno de café, monopolizando, quando necessário e possível, o suprimento das torrefações, visando fornecer-lhes produto a preços acessíveis e de boa qualidade.
- 3.1.8 — Promover gestões, junto aos demais países produtores, no sentido de que caiba ao Brasil crescente participação percentual no aumento do consumo de café nos mercados tradicionais, dentro da disciplina do acôrdo internacional, e procurar atrair para êste, todos os países produtores e as grandes nações consumidoras.



- 3.1.9 — Conquistar mercados novos, fora da disciplina do Acôrdo Internacional, inclusive mediante transações de natureza bilateral.
- 3.1.10 — Intensificar as chamadas "operações casadas" nos mercados novos e velhos, com o objetivo de assegurar posições e ampliar a venda do café brasileiro.
- 3.1.11 — Criar novos entrepostos de café no exterior, como processo de democratização de nossas vendas, ampliando o mais possível o raio de sua ação, inclusive mediante acesso a eles, de cafés de exportadores particulares do Brasil.
- 3.1.12 — Estender a sua rede de escritórios, de maneira que tenhamos nas áreas de consumo mais indicadas órgãos eficientes da investigação, informação e promoção, visando a popularizar o mais possível o café brasileiro, inclusive mediante participação em provas e festejos populares.
- 3.1.13 — Intensificar contatos com os demais países produtores, visando conhecer-lhes as condições cafeeiras, da área agrícola à dos mercados.

No setor da industrialização:

- 3.1.14 — Executar as resoluções 160 e 161, que se referem respectivamente, ao fomento à industrialização da cota de expurgo e à produção de café solúvel.
- 3.1.15 — Promover a modernização da indústria de torrefação e moagem de café, visando inclusive aos mercados externos, mediante estímulos especiais à iniciativa privada.

### 3.2 — Ao Ministério da Fazenda

No setor da produção:

- 3.2.1 — Proporcionar mediante utilização do produto das vendas dos cafés em poder do IBC, e através da rede do Banco do Brasil, os recursos necessários para o plano de renovação previsto no item 3.1.1 e as despesas e investimentos necessários ao cumprimento do que se dispõe nos itens 3.1.2, 3.1.3 e 3.1.4.
- 3.2.2 — Promover gestões no sentido de processar-se uma reforma do crédito agrícola no Brasil, visando democratizá-lo e interessá-lo nos investimentos de melhoria.
- 3.2.3 — Incentivar, mediante crédito especializado e garantia efetiva de preços, a diversificação da agricultura brasileira, que tenderia a intensificar-se nas áreas do centro-sul (cafeeiras), na medida em que se liberasse terra de boa qualidade, atualmente ocupada por cafezais.



No setor da comercialização:

- 3.2.4 — Promover, sempre que preciso, um ajuste cambial, de maneira a melhorar a posição competitiva do café do Brasil no exterior, e evitar que o cafeicultor brasileiro subsida os produtores das nações concorrentes e a permitir que a cafeicultura desempenhe, cada vez melhor, o seu tradicional papel de base da agricultura na região mais rica do Brasil e de financiadora do desenvolvimento econômico nacional.
- 3.2.5 — Promover a revisão da política tarifária, de maneira a evitar proteções excessivas e indefinidas a indústrias que não sejam de interesse básico do país e a permitir condições para incentivo do comércio internacional do Brasil, particularmente do café, entendido como instrumento da nossa política de desenvolvimento.
- 3.2.6 — Adotar medidas de financiamento do café, que favoreçam a política de escoamento preconizado no item 3.1.5.
- 3.2.7 — Prestigiar a ação do IBC na adoção de medidas relativas aos itens 3.1.7, 3.1.8, 3.1.9, 3.1.10, 3.1.11 e 3.1.12.
- 3.2.8 — Providenciar no sentido de que a SUMOC permita o fechamento do câmbio somente no ato da entrega do café no exterior, quando se trate de produto depositado, por exportadores particulares do Brasil, em entrepostos do IBC, previstos no item 3.1.11.

No setor da industrialização:

- 3.2.9 — Possibilitar recursos, oriundos de estoques de café do IBC, para que este promova a política de fomento à industrialização prevista nos itens 3.1.14 e 3.1.15, procurando ainda obter financiamentos internacionais para tal objetivo.

3.3 — Ao Ministério da Viação e Obras Públicas

No setor da produção:

- 3.3.1 — Atualizar, de acordo com as necessidades da população e do comércio, a rede de transportes ferroviários, rodoviários e aéreos e a de comunicações postais, telegráficas e telefônicas, nas zonas produtoras, e destas com os principais mercados internos e os portos de exportação.

No setor da comercialização:

- 3.3.2 — Aparelhar devidamente os portos do País, notadamente os de Paranaguá e Vitória, que não dispõem de aparelhamento à altura do seu movimento atual de café.



- 3.3.3 — Cooperar tècnicamente com o IBC para execução da finalidade prevista no item 3.1.5, no que se refere à construção de armazéns.

3.4 — *Ao Ministério das Relações Exteriores*

No setor da comercialização:

- 3.4.1 — Manter um contínuo serviço de investigações e de informações sôbre as condições da cafeicultura, em tôdas as zonas produtoras de café do mundo.
- 3.4.2 — Manter um contínuo serviço de investigações e de informações sôbre os mercados mundiais de café, particularmente em questões relacionadas com óbices criados à comercialização interna do produto (barreiras alfandegárias, impostos e taxas internas, contrôles quantitativos, imposição de preços elevados, concorrência dos sucedâneos, etc.)
- 3.4.3 — Defender, nas conferências internacionais, particularmente no GATT, tratamentos aduaneiros e outros que facilitem a expansão do consumo do café brasileiro nos mercados mundiais.
- 3.4.4 — Cooperar tècnicamente com o IBC, prestigiar a ação dêste e tomar iniciativas próprias, na esfera de sua competência, para a execução das finalidades previstas nos itens 3.1.6, 3.1.7, 3.1.8, 3.1.9, 3.1.10, 3.1.11, 3.1.12 e 3.1.13.

No setor da industrialização:

- 3.4.5 — Cooperar com o IBC no sentido de se expandirem as exportações de café solúvel, torrado e moído e produtos industrializados, originários do café e produzidos no Brasil, bem como no Ministério da Fazenda para a obtenção de financiamentos internacionais à industrialização do café.

3.5 — *Ao Ministério da Agricultura*

No setor da produção:

- 3.5.1 — Cooperar tècnicamente com o IBC para execução das finalidades previstas nos itens 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3 e 3.1.4.

No setor da comercialização:

- 3.5.2 — Cooperar com o IBC para a execução do serviço previsto no item 3.1.6 e item 3.1.7.



### 3.6 — Ao Ministério do Trabalho

No setor da produção:

3.6.1 — Cooperar tècnicamente com o IBC para execução da finalidade prevista no item 3.1.3.

No setor da comercialização:

3.6.2 — Cooperar com o IBC para execução da finalidade prevista no item 3.1.7.

### 3.7 — Ao Ministério da Indústria e Comércio

No setor da produção:

3.7.1 — Cooperar tècnicamente com o IBC para execução da finalidade prevista no item 3.1.4.

No setor da comercialização:

3.7.2 — Cooperar tècnicamente com o IBC, para execução das finalidades previstas nos itens 3.1.6, 3.1.7, 3.1.8, 3.1.9, 3.1.10, 3.1.11, 3.1.12 e 3.1.13.

No setor da industrialização:

3.7.3 — Cooperar tècnicamente com o IBC para a execução das finalidades previstas nos itens 3.1.14 e 3.1.15.

### 3.8 — Ao Serviço Social Rural

No setor da produção:

3.8.1 — Contribuir para que se criem condições educacionais e sanitárias no meio rural, de maneira a facilitar o cumprimento, pelo IBC, das finalidades referidas nos itens 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3.

### 3.9 — Aos Ministério da Educação e da Saúde e às Secretarias correspondentes nos Estados e Municípios

No setor da produção:

3.9.1 — Cooperar com o SSR para o cumprimento da finalidade prevista no item 3.8.1.



## IV — EXERCÍCIOS DE ESPANHOL

Cel DARCY VILLAÇA

### TRADUZIR

#### "INFLUENCIA DEL TERRENO Y DEL CLIMA EN LAS OPERACIONES MILITARES"

Para acelerar la retirada será conveniente disponer de una rede de caminhos y sendas apropiadas, que los sapadores prepararán con antelación. Los caminos y sendas solo podrán ser utilizados durante el día si la aviación propia tiene el dominio local del espacio, de lo contrario deberá realizarse la marcha retrógrada através del monte por líneas hábilmente preparadas los caminos y sendas a seguir por cada unidad deben ser señalados con precisión. Las marchas de noche tienen menor rendimiento. Dada la estrechez de ciertos caminos y de las sendas conviene disponer una rigurosa disciplina de tránsito.

Para impedir o demorar la persecución desbordante del enemigo es necesario interceptarle todos los caminos y sendas que la faciliten. Las interceptaciones presentarán dificultades para ser rodeadas si junto a ellas grupos con armas automáticas y aun tropas mecanizadas contienen al adversario.

Si el comando ha resuelto resistir en una nueva posición, dependerá de la situación táctica, de sus intenciones y de la profundidad del manto arbóreo, que ésta quede comprendida en el monte o fuera de él.

Una resistencia en el monte sólo es apropiada si la nueva posición tiene adelante un curso de agua de orillas despejadas sobre el cual se puedan efectuar fuegos de eficacia y obligue en consecuencia al enemigo a efectuar nuevos preparativos para el ataque y si la persecución desbordante ha sido contenida. En dicho caso se tratará de aumentar los obstáculos naturales del curso de agua y adoptar un dispositivo que permita la concurrencia de los fuegos de todas las armas sobre al mismo.

---

(1) Contribuição do "Curso de Preparação à ECEME" do Clube Militar.



## TRADUÇÃO (UMA SOLUÇÃO)

### "INFLUÊNCIA DO TERRENO E DO CLIMA NAS OPERAÇÕES MILITARES"

Para acelerar a retirada será conveniente dispor de uma rede de caminhos e picadas apropriadas que os sapadores prepararão com antecedência. Os caminhos e picadas só poderão ser utilizados durante o dia se a aviação amiga tem o domínio local do espaço, caso contrário deverá realizar-se a marcha retrógrada através da mata por linhas habilmente escolhidas; os caminhos e picadas a serem seguidos pelas unidades devem ser assinalados com precisão. As marchas noturnas têm menos rendimento. Dada a estreiteza de certos caminhos e picadas, convém estabelecer uma rigorosa disciplina de trânsito.

Para impedir ou retardar a perseguição desbordante do inimigo, é necessário interceptá-lo em todos os caminhos e picadas que a facilitem. As interceptações apresentarão dificuldades para serem contornadas se junto a elas grupos com armas automáticas e mesmo tropas mecanizadas contenham o adversário.

Se o comando resolveu resistir em uma nova posição dependerá da situação tática, de suas intenções e da profundidade do manto arbóreo que esta fique compreendida na mata ou fora dela.

Uma resistência na mata só é apropriada se a nova posição apresenta na frente um curso de água de margens limpas, sobre o qual se possam efetuar fogos de eficácia e obrigue, em consequência, o inimigo efetuar novos preparativos para o ataque e se a perseguição desbordante foi contida. Neste caso se tratará de aumentar os obstáculos naturais do curso de água e adotar um dispositivo que permita a convergência dos fogos de todas as armas sobre o mesmo.

## DEVER MILITAR E POLÍTICA PARTIDÁRIA

UM LIVRO PARA MILITARES E CIVIS

pelo

MARECHAL E. LEITÃO DE CARVALHO

Livraria Civilização Brasileira

Cr\$ 250,00

RUA 7 DE SETEMBRO, 97

RIO DE JANEIRO



# V — EXERCÍCIOS DE INGLÊS

Ten-Cel CELSO MEYER

## 1. TRADUZIR

Mountain warfare is characterized primarily by difficulties which terrain offers to movement. The restricted nature of narrow valleys and defiles limits the strength of forces which can operate efficiently therein.

The inadequate road found in sparsely settled mountain areas enhances the military value of existing roads, adds importance to heights which dominate them and slow down the operations. Critical terrain features consist of heights which dominate valleys and lines of communications with their observation and fire; passes which permit movement through mountains and roads and railroads which must be secured for supply purposes.

In mountain combat, the commander is limited by terrain as to the means which he may employ. Success depends more upon proper adaptation of available means to the terrain than upon their power. Maneuver of small units and the initiative and leadership of subordinated commanders are of the highest importance in mountain warfare. Small units are favored by the concealment which is available for movement, by the diminished effect of hostile firepower resulting from defilade and by facilities for observation.

The plan of maneuver for the force as a whole is more closely subject to considerations of terrain than in ordinary regions. The problem often resolves itself into a matter of striking hostile routes of communications and of defending one's own routes. The actions of small, semi-independent units in seizing or defending heights which dominate lines of communications or of fighting to seize or block passes and other defiles on routes of communications are of increased importance.

## 2. VERTER

- a) Há dois tipos básicos de defesa, a defesa de posição e a defesa móvel. As diferenças fundamentais entre esses dois tipos são a maneira pela qual as forças são dispostas e a forma (método) de manutenção da posição defensiva.
- b) A defesa móvel é o método de defesa no qual as posições defensivas avançadas são ocupadas pelo mínimo de forças necessário para alertar do ataque iminente, para canalizar as forças atacantes para terreno menos favorável e para bloquear e deter essas forças (as forças atacantes), enquanto o grosso das forças defensivas é empregado em ação ofensiva contra o inimigo, no local e momento mais favorável para o defensor.

---

(1) Contribuição do "Curso de Preparação à ECEME" do Clube Militar.



## UMA SOLUÇÃO

### 1. TRADUÇÃO

A guerra de montanha caracteriza-se, principalmente, pelas dificuldades que o terreno oferece ao movimento. A natureza restrita dos estreitos vales e desfiladeiros limita o efetivo das forças que aí podem operar eficientemente.

A inadequada rede de estradas encontrada nas regiões montanhosas escassamente povoadas, aumenta o valor militar das estradas existentes, dá importância às elevações que as dominam e retardam as operações. Os pontos críticos do terreno são as alturas que dominam os vales e as vias de transporte pela observação e pelo fogo, os passos que permitem o movimento através das montanhas e as rodovias e ferrovias que devem ser asseguradas para o suprimento.

No combate em montanha, o comandante é limitado pelo terreno quanto aos meios a empregar. O sucesso depende mais de apropriada adaptação dos meios disponíveis ao terreno, do que sua potência. A manobra de pequenas unidades e a iniciativa e chefia dos comandos subordinados são da mais alta importância na guerra de montanha. As pequenas unidades são beneficiadas pela proteção existente para o movimento, pela diminuição do efeito do fogo inimigo em consequência do desenfiamento e pelas facilidades de observação.

O plano de manobra geral (de toda a força) está mais intimamente subordinado às considerações de terreno do que nas regiões normais. O problema, freqüentemente, transforma-se numa questão de ataque às vias de comunicações inimigas e de defesa de nossas próprias vias.

As ações de unidades pequenas e semi-independentes para conquistar ou defender as alturas que dominam as vias de transporte ou para disputar ou bloquear passos ou outras gargantas das referidas vias, são da maior importância.

### 2. VERSÃO

- a) There are two basic types of defense, the position defense and the mobile defense. The fundamental differences between these two types are the manner in which forces are disposed and the method of maintaining the defensive position.
- b) Mobile defense is that method of defense in which forward defensive positions are occupied by the minimum necessary to ward off impending attack, canalize the attacking forces into less favorable terrain and block or impede the attacking forces, while the bulk of the defending forces is employed in offensive action to the enemy at the time and place favorable to the defender.





Ano III — N. 7  
(Agô — 61)

Coordenador: Maj AMERINO RAPOSO FILHO

## SUMÁRIO

### GUERRA REVOLUCIONÁRIA

#### I — GUERRILHA — GUERRA INSURRECIONAL

TEN-CEL BOLIVAR O. MASCARENHAS

#### II — RANGER MOSBY — HERÓI DA GUERRA DE SECESSAO

VIRGIL C. JONES

Tradução e Comentários de :

Cel A. J. VON TROMPOWSKY

Maj AMERINO RAPOSO FILHO





## TEORIA DE GUERRA

*Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenômeno por excelência social, que é a Guerra.*

*A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.*

## DOCTRINA DE GUERRA

*Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos mostra-nos, desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo, então, somente aplicável àquele país e numa determinada época.*

*Sendo a Guerra um fenômeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo, assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.*

## REGULAMENTO

*Ao executante não interessa o domínio das concepções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.*

*Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operatório em situações diversas. Constitui um todo harmônico e homogêneo.*



# I — GUERRA REVOLUCIONÁRIA

## I — GUERRILHA — GUERRA INSURRECIONAL

Ten-Cel BOLIVAR O. MASCARENHAS  
Do 11º RI

### SUMÁRIO

#### I — HISTÓRICO

#### II — CONCEITUAÇÃO

#### III — DOUTRINA

- A) Definição
- B) Razões Estratégicas
- C) Calcanhar de Achilles
- D) Problema do Contrôlo
- E) Características
- F) Normas Gerais de Ação
- G) Princípios Táticos
- H) Condições de Chefia
- I) Desenvolvimento e Contrôlo de Comando
- J) Guerra Limitada

#### I — HISTÓRICO

Durante a última Grande Guerra vimos surgir o "Combate nas áreas de retaguarda" com aspectos e importância que o situou como um 4º tipo de luta a par das operações terrestres, aéreas e navais.

No início da guerra na Polónia, na Bélgica e na França, operando como força de desmoralização, bloqueando estrada, interrompendo comunicações e paralisando transportes na retaguarda das frentes por onde atacava o exército alemão, foi peça de capital importância no mecanismo das suas fulminantes ofensivas, logrando através de um espetacular desempenho foros de novidade a ser levada a crédito de uma genial organização militar, que parecia surpreender o mundo e demolir os conceitos convencionais da guerra — Era a 5ª coluna.

Mais adiante, eram as forças alemãs — em contraste com as 20 Divisões que tinham precisado para, em poucos dias, destruir os exércitos da Iugoslávia e da Grécia — que necessitavam de 45 Divisões para ocupação e policiamento desses países face a organização e progressivo fortalecimento da resistência desses povos em aceitar a dominação do vencedor, confrontado agora com mesma técnica de combate nas áreas de sua retaguarda — Eram os "Partisans", pondo em choque as forças alemãs de ocupação.



Idêntica resistência à dominação inimiga, surgiria, no prosseguimento da guerra, na França com os "Maquis" e na Rússia com os "Guerrilheiros".

Contudo, nada de novo foi trazido pelos "5ª Colunas", "Partisans", "Maquis" ou "Guerrilheiros"; eles apenas fizeram aperfeiçoar e, de certo modo, sistematizar processos utilizados através de toda a história da humanidade.

O chinês Sun Tsu, no mais antigo tratado de estratégia que se conhece, já mencionava "ações subversivas" a propagar no campo inimigo.

Gedeão e David, na Bíblia, se revelam notáveis condutores de ações, em áreas de retaguarda, nitidamente irregulares em comparação com as normas da guerra clássica e convencional.

E, no decorrer dos séculos, um pouco de tais empreendimentos foi realizado em todos os recantos do mundo por Alexandre, César, Gêngis Khan, e outros grandes capitães da história.

A Espanha, em época mais aproximada, empregou a guerra clandestina e a guerrilha contra os exércitos de Napoleão.

Clausewitz, inspirado na insurreição prussiana contra a ocupação francesa, consagrou, em seus estudos, um capítulo à "guerra popular".

O próprio Napoleão empregou, a seu modo, uma "estratégia revolucionária" durante a campanha do Egito, quando tentou semear a subversão nos diversos setores do Oriente Médio.

O Cel T. E. Lawrence, o genial aventureiro e autor dos "Sete Pilares da Sabedoria", realizou, com a "revolta árabe", uma obra prima de "guerra insurrecional", em fins da 1ª Grande Guerra.

Finalmente, no Brasil, na guerra contra holandeses, temos um ótimo exemplo do emprêgo bem sucedido da "guerrilha" e — nas figuras de Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão — de autênticos chefes de guerrilheiros.

## II — CONCEITUAÇÃO

Destas breves considerações à margem da História, ressalta a ocorrência de 2 ações diversas, conquanto, algumas vezes, empregando meios semelhantes:

- 1 — Ações em áreas de retaguarda de uma frente de ataque (5ª coluna e Comandos).
- 2 — Ações de resistência ao domínio de um invasor (partisans, maquis e guerrilheiros).

Estas ações, na maioria da literatura militar, de após-guerra, têm sido insatisfatoriamente grupadas como "Guerra Irregular", em oposição ao velho estilo da guerra convencional.



A definição corrente, "um modo irregular de conduzir a guerra, por meio de constantes ataques de grupos independentes" não basta.

Permanece a confusão entre os "guerrilheiros" atuando em sua terra natal, como ação de resistência ao domínio do invasor, e os incursores do tipo "comando" ou "5ª coluna", como ações de combate em áreas imediatas de retaguarda, as quais, a despeito da semelhança das respectivas táticas, são ações inteiramente diversas.

Os "comandos" em geral são tropas muito bem organizadas e muito bem instruídas. Vêm de fora do lugar onde atuam, usualmente são apoiadas por elementos do exterior, ou conduzem os seus próprios suprimentos; normalmente têm um objetivo limitado, que destroem por meio de rápida concentração de força, momentaneamente superior, procurando, em seguida, reunir-se às forças do seu país. Não são irregulares, são forças regulares de escol operando independentemente.

Enquanto a "guerrilha", ao contrário, é feita no próprio território. Realiza-se na região de origem dos componentes e a defesa da terra natal é o objetivo estratégico de suas operações.

Com estes fatos se deparam os escalões responsáveis de todas as forças armadas de após-guerra, quando procuraram estabelecer doutrina e firmar princípios, face a crescente importância que tem assumido esta forma de guerra com o decisivo desempenho dos guerrilheiros de Mau Tzé sobre as tropas nacionalistas da China, a espetacular derrota da França na Indochina e a sua incapacidade para dominar a insurreição argelina que há quase uma década vem dessanguando o exército francês.

Tolhidos, ainda, estes escalões, pelo grupo compacto do "Tudo ou Nada" (Guerra total), defensora do pensamento de que com o advento das armas nucleares e seu constante desenvolvimento se tornaram obsoletas e superadas quaisquer outras formas de guerra, preciosos anos perderam as nações democráticas do ocidente. E, por isso, agora confrontadas com ações de guerra, inspiradas pelas nações comunistas do leste, para as quais absolutamente não se achavam preparadas, pela ausência de um corpo de doutrina que, por fim, começa a ser estabelecido e ao qual não se poupam esforços, principalmente na América do Norte, para comprová-lo, testar e desenvolver. Através de "Escolas de Preparação" e "Centros de Aplicação" buscam aperfeiçoar o nascente corpo de doutrina e efetivamente preparar as forças militares norte-americanas para as guerras insurrecionais, que são, sem a menor dúvida, as guerras de nosso tempo.

### III — DOCTRINA

Tanto quanto se pode depreender, do que a respeito tem sido ventilado, estas "Escolas" e "Centros" foram organizados tendo por base os seguintes conceitos e princípios:

A — *Definição* — "A Guerrilha é um processo de guerra empregado por aqueles (homens e mulheres) que vivem numa área ocupada ou



cercada pelo inimigo. O Guerrilheiro pode combater dentro de seu próprio país temporariamente sob o domínio do inimigo, ou num país estrangeiro que lhe seja favorável, mas, no momento, sob o jugo de um inimigo superior”.

B — *Razões Estratégicas* — No passado, a Guerrilha foi organizada por 3 razões estratégicas:

- 1 — Um povo conquistado tentando libertar-se de um opressor.
- 2 — Um exército derrotado deixando para trás grupos de guerrilheiros para inquietar o inimigo, enquanto o exército principal se reorganiza.
- 3 — Ações ofensivas planejadas e executadas em áreas de retaguarda inimiga, antes de um grande ataque, para confundir e ameaçar suas defesas.

C — O “calcanhar de Achilles” — O grande perigo das Guerrilhas, quando do tipo político, exemplificadas pelos Exércitos de Libertação, é que uma guerra insurrecional, uma vez iniciada, pode fugir ao controle ou passar para mãos indevidas.

D — *Problema do Controle* — Como controlar as Guerrilhas, quando do tipo insurrecional ou de libertação, é um problema militar em si.

Para conjurar este perigo, elas devem ser organizadas legalmente, desde os tempos de paz, com um propósito militar definido e com um estado-maior habilitado à sua direção e controle.

E — *Características* — 1) A Guerrilha apresenta-se ao adversário como um inimigo eminentemente “fluido e fugaz”, nunca oferecendo um objetivo militar compensador. 2) Está em toda parte e não está em parte alguma. 3) Incansável, permanente, agindo de preferência na calada da noite, infunde constante expectativa e desassossego. 4) Vigilante, nunca perde uma oportunidade, um “cochilo” do adversário para acutillar de surpresa e sumir na penumbra. 5) Incendeia, destrói pontes, mina estradas, interrompe ferrovias, dinamita oleodutos, tudo sem aparecer, sem se deixar apanhar, como se fôra um fantasma onipresente e invisível. 6) Assalta estacionamentos, depósitos, postos de suprimentos e ataca colunas em movimento com diabólico senso de oportunidade e sempre em momentânea superioridade seja em força, mobilidade ou de posição. 7) Sua atuação embarraça, quando não desorganiza, os melhores planos e impõe um estado de tensão que cansa e esgota os nervos mais rígidos. 8) Sua tática deve estar sempre adaptada às realidades do meio físico (montanhas, caatingas, deserto, selva, etc.); igualmente, deve estar em condições de explorar as deficiências, fraquezas, inexperiência, negligência, e imprudências do adversário (extraído da experiência francesa na atual guerra argelina). 9) Os fatores geográficos assumem relevante importância nas operações de Guerrilha. As regiões de montanhas, florestas e pântanos favorecem sobremodo suas operações. As regiões de planície, com boas estradas, sobretudo, são



desfavoráveis às suas operações, pois nelas o adversário pode, com mais facilidade, empregar todo o poder do moderno armamento. 10) Três são as áreas das operações de Guerrilha:

- 1 — Áreas efetivamente controladas pelos guerrilheiros.
- 2 — Áreas efetivamente controladas pelo adversário.
- 3 — Áreas não controladas efetivamente por nenhum dos dois.

A Guerrilha, nas áreas controladas pelo inimigo, necessariamente é subterrânea. 11) A Guerrilha é o meio de ação principal da Guerra Insurrecional, Revolucionária, ou que nome o condicionamento político a venha chamar.

F — *Normas Gerais de ação:*



- 1 — Se o inimigo avança, nos retiramos;
- 2 — Se o inimigo se entrincheira, o inquietamos;
- 3 — Se o inimigo se esgota, o atacamos;
- 4 — Se o inimigo se retira, o perseguimos;
- 5 — Se o inimigo "entrega os pontos", o destruimos;
- 6 — Neste método de guerra não se deve pensar em receber ou ... dar quartel.

(Síntese da doutrina de guerrilha de Mao Tze Tung).

G — *Princípios táticos:*

- 1 — Não entrar em batalhas perdidas e recusar o combate que não puder vencer;
- 2 — Agir sempre de surpresa;
- 3 — Evitar os combates estáticos, se o inimigo estiver com vantagem;
- 4 — Como a maior capacidade de manobra é vital para a guerrilha, não entrar em combate sem um pormenorizado plano de ataque e, particularmente, sem que o retraimento esteja cuidadosamente planejado;
- 5 — As forças defensivas locais devem ser vencidas politicamente ou derrotadas militarmente;
- 6 — Ser sempre superior em número num combate regular. Grupos já bem experimentados podem atacar unidades maiores quando em marcha, em repouso ou com segurança deficiente;
- 7 — Caso o efetivo do inimigo tenha sido subestimado, ou haja qualquer outro erro, ser capaz de se desaferrar do inimigo tão rapidamente quanto o atacaram; é de capital importância jamais se deixar fixar pelo adversário;



- 8 — Todos os chefes devem ter substitutos de confiança;
- 9 — Simular atacar a leste enquanto ataca a oeste;
- 10 — Evitar o combate com o grosso do inimigo, concentrando-se contra o seu elo mais fraco ou mais importante;
- 11 — Evitar que o inimigo localize o grosso das forças de guerrilha;
- 12 — Não se concentrar se o inimigo avançar e mudar de posições duas ou três vezes por dia, pouco antes de um ataque; o segredo dos movimentos é vital;
- 13 — Os planos de dispersão depois de um ataque devem merecer o mesmo cuidado que o plano de concentração para o ataque;
- 14 — A coleta de informações é de extrema importância para assegurar a imprescindível mobilidade e superioridade no ponto decisivo;
- 15 — A guerra psicológica é parte inseparável desse método de luta e o apoio da população é absolutamente necessário — ela é a base do exército de guerrilha.

#### H — Condições de Chefia:

- 1 — Coragem, audácia e astúcia;
- 2 — Vivacidade mental e resistência física;
- 3 — Persistência e firmeza de propósitos;
- 4 — Presença de espírito e senso de oportunidade;
- 5 — Em suma, excepcional espírito de liderança;
- 6 — A condição de chefia nasce das qualidades pessoais evidenciadas através das próprias ações.  
Um "chefe guerrilheiro" não surge de uma hierarquia pré-estabelecida nem em atenção a outras considerações que não a da própria condução da guerrilha.

I — *Desenvolvimento e Contrôlo de Comando* — As Forças de Guerrilha se desenvolvem, das frações elementares (grupos) até subunidades, através de fases distintas de *arregimentação*, *organização* e *incorporação*, em consequência da ação pessoal de líderes natos que surgem à medida que o espírito de resistência se expande.

Estes Chefes naturais se mantêm, e apenas, quando da incorporação em unidades maiores são confrontados com chefes previamente preparados pelo "Comando Geral" e que até então agiam como elementos de ligação do mesmo.

Muito bem instruídos e selecionados, possuidores de conhecimentos militares indispensáveis, ao trabalho de comando e estado-maior de organizações militares regulares, por sua capacidade nata de guerrilheiros assumem sem contestação o comando da unidade, surgida da aglutinação



dos diferentes grupos aos quais já assistiam como elementos de ligação e conselheiros.

J — *Guerra Limitada* — O crescimento dos estoques nucleares e o desenvolvimento dos meios de lançamento dos engenhos dessa natureza, produziram uma situação tal, que o desencadeamento deliberado de hostilidades não limitadas se tornou uma linha de ação inaceitável, para ambas as partes, no atual conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente.

O desencadeamento da guerra total, agora, seria a destruição mútua, o que evidentemente não interessa a qualquer dos principais contendores.

Como alternativa surgiu o conceito da "guerra limitada", com desencadeamento previsto, se possível, para fora do território nacional das partes contendoras e que, de um modo geral, assim pode ser resumido:

- a) a guerra total é inconcebível;
- b) a guerra limitada é a alternativa;
- c) a condição prévia essencial, para a guerra limitada, é a manutenção de um poder de dissuasão estratégico com tremenda capacidade de reação, em rapidez e eficácia;
- d) o adversário não deve ameaçar a soberania de seu inimigo, nem exigir rendição incondicional. As operações se restringem às ações contra forças militares da área de operações, respeitados os fundamentos do poder do inimigo;
- e) os objetivos políticos da guerra limitada devem ser suscetíveis de acomodação.

Desnecessário dizer que a Guerra Limitada, como vem de ser conceituada, faz sistema com a Guerra Insurrecional e o motivo porque está na consciência de todos e na boca dos teóricos militares — que a Guerra Insurrecional e as Guerrilhas são as guerras de nosso tempo. Basta que se considere, de um lado, o aspecto complementar de ambas no ataque e, de outro, que o único recurso que a História oferece a uma nação derrotada, afora a submissão, é um movimento de resistência à base da Guerrilha.

Os americanos se deram ao luxo, durante certo tempo, de ter uma doutrina de guerra de tudo ou nada, e que vitoriosos ou vencidos, saberiam o resultado poucas horas depois da deflagração da guerra.

De que assim não mais pensam abundam os indícios no noticiário da imprensa internacional e em perfeita acórdância com a doutrina militar que nos últimos anos vinha lutando para se impor a corrente dominante do tudo ou nada.

Pelo que pode fornecer, como subsídio, para a formação de uma mentalidade em nosso meio, adequada a importância da Guerra Insurrecional, e pelo que tem de comum com as atuais condições de nossas forças armadas vamos apresentar, textualmente, o pensamento de um



teorista militar que muito se bateu pelos princípios agora incorporados à política militar americana:

"Enquanto aperfeiçoamos a teoria e a tática da Guerrilha, não devemos ficar ociosos. Os Estados Unidos devem desenvolver seu potencial de guerrilha o mais cedo possível, com base nas melhores informações e experiências disponíveis. Vimos como movimentos de "partisans" improvisados proporcionaram a defesa em profundidade e outras nações. Ao mesmo tempo, vimos que isso ocorreu já demasiadamente tarde. Assim, como a inação pode ser fatal devemos desenvolver AGORA a nossa capacidade para a Guerrilha.

"O primeiro passo deve ser, naturalmente, um exaustivo estudo da matéria. Os nossos objetivos, e os meios para alcançá-los, devem ser claramente estabelecidos em nossas mentes. Devemos criar uma teoria firme do movimento de resistência, e determinar quais as organizações e a tática mais adequada para concretizá-lo.

"Naturalmente, qualquer nação derrotada militarmente deveria possuir meios de manter a sua cultura em face de uma transformação social organizada, o que só pode ocorrer através um movimento de resistência. Sem dúvida, a concepção da Guerrilha como instrumento de cultura e como força militar simultaneamente é muito elevada, não obstante, há precedentes históricos a indicar essa linha de ação. Todos os países que fizeram a guerrilha organizaram escolas para o treinamento de "partisans". Eram escolas predominantemente técnicas, mas o mesmo tipo de atividade poderia ter fins políticos e culturais, como o fez Mau Tzê na China Comunista.

"Assim, consideradas as condições políticas e militares que apontam a necessidade de uma teoria global da Guerrilha, podemos concluir que o aumento da mobilidade na guerra e a tentativa de se impor ao vencido a estrutura política e social do vencedor exigem que organizemos a defesa em profundidade. A experiência mostra que a única defesa em profundidade eficaz foram os movimentos de resistência. A lenta evolução desses movimentos e a sua diversidade indicam que urge uma teoria bem fundamentada que permita uma resistência planejada antecipadamente.

"Outra tendência negligenciada é a dos guerrilheiros criarem um exército nos moldes do regular. Não se ganha a guerra só com a resistência, daí a necessidade de iniciar, tão logo o possam fazer, a transição para um novo exército nacional, de modo a poderem eventualmente assumir a ofensiva e expulsar o inimigo da sua terra.

"Em qualquer país onde se procure a sobrevivência nacional, esta ampliação da guerrilha deve merecer a maior atenção.

"Com uma sólida teoria a ampará-la, muitos óbices podem ser eliminados. Estabelecendo uma cadeia de comando, os conflitos de autoridade se reduzirão ao mínimo, nos maus tempos. Treinando os guerrilheiros durante a paz, prepararíamos o seu potencial de guerra. Reunindo armas e suprimentos, usaríamos efetivamente o material que está se tornando obsoleto para o exército regular, mas válido, ainda, para os guerrilheiros.



"A luz dos nossos atuais conhecimentos sobre a guerrilha, essas coisas deviam ser feitas já.

"Não há porque não incorporar uma doutrinação sobre guerrilha a todas as fases da nossa atual instrução militar. Não seria preciso aumentar o período de instrução, apenas se abriria novo horizonte no treinamento, mostrando como ele pode ser empregado na guerrilha.

"Dêse modo prepararíamos as nossas forças armadas, com o seu selecionado pessoal dedicando-se a tarefas adicionais como cidadãos-soldados. Os militares profissionais estariam preparados para o dia em que suas unidades fossem destruídas ou dispersadas.

"Uma das maiores fontes para as unidades de guerrilheiros estaria no vasto depósito do pessoal da Reserva. Com sua experiência militar, esses homens representam o melhor potencial humano para as operações de guerrilhas.

"A nossa capacidade para a Guerrilha deve ser desenvolvida agora através de um estudo completo dos seus métodos e introdução do treinamento correlato nos atuais programas de instrução militar".

(EDWARD F. DOWNEY JR.)

De que esta Doutrina está em ação nos dá conta o Noticiário Internacional:

P. N. De 20 Mar 61. Dão os E. U. finalmente indicações precisas a respeito da tão anunciada mudança na política militar do país. Os primeiros dias de março foram particularmente agitados por esse problema, devido não apenas à expectativa por ele criado em todo o mundo, como também pelo conjunto de sugestões enviadas pelo Secretário de Estado, Sr. Dean Rusk, ao Secretário da Defesa. A grande preocupação da atual administração norte-americana parece ser a de preparar as forças militares norte-americanas para as guerras revolucionárias.

Além da projetada reforma militar, já estão sendo tomadas algumas medidas concretas, segundo as exigências dessa nova visão do conflito mundial. Em Fort Bragg, Carolina do Norte, acaba de ser inaugurado o primeiro "Curso de Guerra Contra Guerrilhas", do Exército Norte-Americano.

("Diário de Belo Horizonte" de 7-IV — transcrição).

O Departamento do Exército americano anunciou que seria aberta uma "Escola de Treinamento" para militares dos países da América Latina nas táticas de guerrilha no próximo verão, em "Fort Guillocki", Zona do Canal do Panamá. As aulas serão ministradas em espanhol.

—:O:—

#### FONTE DE CONSULTA

- MENSARIO DE CULTURA MILITAR (ANO DE 1960).
- MILITARY REVIEW (MAIO 1958, NOV 1959).
- POLIGRAFIS ES A O (1959).
- C 31-20 (1959).
- RED STAR OVER CHINA (SNOW).
- RED CHINA'S FIGHTING HORDES (RIGG).



Livros publicados pela BIBLIOTECA MILITAR e que se relacionam com DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA :

- 1 — HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL (2 Volumes) — Cel Genserico de Vasconcellos.
- 2 — A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO — Gen Tasso Fragoso.
- 3 — CAMINHOS HISTÓRICOS DE INVASÃO — Ten-Cel Antonio de Souza Júnior.
- 4 — A REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Gen Tasso Fragoso.
- 5 — LUTAS AO SUL DO BRASIL — Gen F. de Paula Cidade.
- 6 — NOÇÕES MILITARES FUNDAMENTAIS — Cel J. B. Magalhães.
- 7 — DO RECONCAVO AOS GUARARAPES — Maj Antonio de Souza Júnior.
- 8 — HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A T. ALIANÇA E O PARAGUAI — Gen Tasso Fragoso.
- 9 — COMPREENSÃO DA UNIDADE DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 10 — EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 11 — OS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO — Gen Tasso Fragoso.
- 12 — REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI — Dionísio Cerqueira.
- 13 — OS SERTÕES COMO HISTÓRIA MILITAR — Ten-Cel Umberto Peregrino.
- 14 — RICARDO FRANCO — Gen Silveira de Melo.
- 15 — ANTONIO JOÃO — Gen V. Benício da Silva.
- 16 — NOTAS DE GEOGRAFIA MILITAR SUL-AMERICANA — Cel F. Paula Cidade.
- 17 — CAXIAS E NOSSA DOCTRINA MILITAR — Maj Amerino Raposo Filho.
- 18 — A MANOBRA NA GUERRA — Maj Amerino Raposo Filho.



## II — RANGER MOSBY — HERÓI DA GUERRA DE SECESSÃO (\*)

VIRGIL C. JONES

Trad. e Comentários de:

Cel A. J. VON TROMPOWSKY

Maj AMERINO RAPOSO FILHO

### NOTA DOS TRADUTORES

O que se vai ler revela o valor extraordinário da audácia e da liderança de homens que, sem constituírem um grupamento de forças regulares, atuavam contra as tropas federais durante a Guerra de Secessão dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Em que pèse o sabor próprio das ações emocionantes de MOSBY e seus homens, há um outro aspecto interessante e que exponta da meditação dessas lutas. É que a primeira “guerra total” da história militar, êsse conflito gigantesco de forças verdadeiramente ciclópicas no interior da comunidade americana, que foi, em última análise, a Guerra de Secessão, aí está como celeiro para as pesquisas que se intentarem relativamente às Guerrilhas, à Guerra Irregular. Pois aí se contém as ações de grupamentos nas retaguardas adversárias, destruindo comboios de suprimento de toda ordem; fazendo saltar trens que atendiam aos Exércitos e aos Corpos de Exército em operações. Incursões contra acampamentos e colinas em marchas. Enfim, sistemática preocupação no sentido de reduzir a capacidade combativa do inimigo atuando, se possível, em toda a profundidade da área ocupada pelas forças adversárias. Embora a 1ª Grande Guerra apresente muitas ações de guerrilhas, no Oriente Médio, contudo só durante a última “guerra total” é que vamos encontrar a guerrilha, com tamanha importância.

E desde que começou a Campanha, aparecem os guerrilheiros em ação. Mesmo Chefes como GRANT, que de início não atribuía muita importância aos guerrilheiros, dizendo em 1862 que “as unidades partisans não prejudicavam a causa da União”, dois anos depois mudava de pensar e determinava a SHERIDAN para “destruir e apossar-se das colheitas, animais, negros e todos os homens de menos de 50 anos de idade capazes de pegar em armas; dêsse modo, você prenderá muitos

---

(\*) Capítulo de um livro de operações de guerrilhas a ser oportunamente publicado.



homens de MOSBY". E completava, pouco depois: "Não há dúvida sobre a necessidade de limpar a área de modo que a mesma não apóie o bando de MOSBY".

Depois da Guerra, diria, aliás, SHERIDAN, em seu relatório oficial ao Chefe do Estado-Maior do Exército (26-IV-1866), relativamente aos guerrilheiros e a MOSBY:

"Durante esta campanha fui às vezes inquietado pelos bandos de guerrilheiros, dos quais o mais ameaçador estava sob o comando de um chefe guerrilheiro chamado MOSBY..."

Portanto, a ação dos guerrilheiros esteve presente em todas as fases da Guerra Civil e um nome que se afirma, desde logo, com extraordinário realce, é o de MOSBY. Por isso, resolvemos mostrar uma das ações desse líder realmente notável, mas antes aproveitemos alguns dados de sua vida como guerrilheiro.

RANGER JOHN S. MOSBY, que se tornaria durante a Guerra perfeito conhecedor dos verdadeiros fundamentos e conceitos das guerrilhas, organizou sua unidade de Cavalaria de Guerrilheiros e tinha seu emprêgo orientado pelo General Confederado JEB STUART. Era natural da VIRGÍNIA e formado em Direito, exercendo a profissão de advogado quando irrompeu a luta entre nortistas e sulistas. Durante mais de 2 anos, conduziu seus guerrilheiros em seu próprio Estado, desenvolvendo uma campanha que muito concorreu para o desgaste e a desmoralização do Exército adversário. Ora atacava comboios isolados, ora saqueava depósitos de suprimentos e surpreendia os acampamentos pela madrugada. Muita vez a ação era diretamente contra as ferrovias, fazendo saltar composições pelo arrebitamento dos trilhos; ou, então, dirigia incursões isoladas aos Postos de Comando, para raptar Generais. Muitas decisões de Comandantes de Corpo de Exército sofreram a ponderável influência das informações trazidas pelos guerrilheiros de MOSBY.

Já vimos como pensavam GRANT e SHERIDAN a respeito de MOSBY. Eis um outro depoimento de GRANT, depois da guerra: "Muito poucos chefes sulistas se destacaram como MOSBY no comando de destacamento isolado, tanto na retaguarda do Exército adversário, como nas proximidades da zona de combate, por um longo período e sem deixar de exercer sua completa liderança". Afirmava o General LEE, revelando um profundo respeito por esse herói: "Eu desejava ter mais 100 homens como ele..."

Na verdade, o que o Coronel MOSBY considerava como fundamental, era realizar tudo aquilo que o inimigo julgasse impossível de ser feito. Eis em que bases assentava a segurança de suas ações. E assim entendendo, preparou-se o pequeno e esguio guerrilheiro para começar a luta, instalando seu Quartel-General nas proximidades de WASHINGTON, daí partindo para reunir-se a seus companheiros de aventura, perto de UPPERVILLE, na VIRGÍNIA, num sábado muito frio, de 9 de janeiro de 1864. A própria escolha do período para iniciar as operações — in-



tenso inverno e muita neve — fôra intencional, pois entendia MOSBY que seria fácil surpreender as forças inimigas, se atuasse nessa época.

É precisamente o relato de parte desta façanha, que um dos biógrafos de MOSBY, VIRGIL CARRINGTON JONES, relata e que adiante vai transcrita.

Conforme o leitor terá oportunidade de ver, o raide conduzido por MOSBY às alturas de LOUNDOUN, logo no início de sua longa jornada de guerrilheiro, foi de certa forma um fracasso. Mas, convenhamos, os "rangers", como eram conhecidos seus valorosos homens, tiveram de bater em retirada, mas quantos soldados federados não foram mortos ou feridos? De qualquer forma, foi êsse um dos poucos fracassos que teve o grupamento de MOSBY. E a continuação das atividades dos "rangers" foi tão desmoralizante para as forças nortistas, que o General GRANT colocou a prêmio sua cabeça.

Com o findar da guerra e o assassinio de LINCOLN, voltou o nome do Coronel MOSBY a ser focalizado, e isso porque, juntamente com o atentado de BOOT a LINCOLN, outro indivíduo, de nome LEWIS POWELL e que tinha sido um "ranger" durante a Guerra Civil, tentou matar o secretário SEWARD. Apenas por estar um "ranger" envolvido nesse caso, pretendeu-se responsabilizar MOSBY, sendo julgado, inclusive, um fora da lei. Posteriormente, apurou-se que POWELL, que foi enforcado, há mais de ano que não integrava os "rangers", pois havia desertado dêsse grupamento.

Acabado êsse drama, cujas raízes ainda mergulhavam no verdadeiro pânico de que eram tomados os nortistas quando informados dos feitos de MOSBY e seus "rangers", foi o herói guerrilheiro reconhecido como oficial sulista, voltando às suas atividades civis como advogado. Muitos anos depois, precisamente no período de 1878-1885, serviu MOSBY no consulado de HONG-KONG, a convite do presidente HAYES. E lá no Oriente teve oportunidade, se o quisesse, de comandar uma força chinesa contra os franceses, que para isso foi convidado. Contudo, não aceitou e isso porque entendia não dever atuar contra um país, que muito auxiliara à sua Pátria.

Regressando aos ESTADOS UNIDOS, aí viveu até o ano de 1916. Nesse período, "viveu como um pobre, intolerante e velho irascível, discutindo constantemente em defesa do seu herói JEB STUART. Parecia que êle próprio sentia que estava vivendo além do período de glória". Tanto que, pouco antes de morrer, teve oportunidade de dizer: "Eu desejava que a morte tivesse chegado, quando eu ainda me encontrava em meio aos amigos e diante das paisagens que amei".

\* \* \*

Eles surgiram no horizonte, vindo de tôdas as direções, e se aproximaram cautelosamente, isolados ou em pequenos grupos, seguindo suas próprias picadas através das vastidões inexploradas. Pelo aspecto apresentado, percebia-se que alguns tinham enfrentado grandes tempestades de neve, cujos vestígios ainda se viam na neve agarrada ao pêlo delicado dos cavalos. Ainda agora, o céu cinzento pressagiava nova chuva de neve



antes do cair da noite, segundo afirmavam os homens mais jovens, enquanto os mais idosos acreditavam apenas na queda brusca da temperatura.

Ao meio-dia, chegaram 106 homens originários, em igual proporção, das três Companhias. MOSBY parecia satisfeito com o valor da força e assumiu a liderança, quando a coluna se deslocou para o Norte. A noite vinha caindo, quando a cavalgada parou na residência de HENRY HEATON, bem acima do distrito de LOUNDOUN, sem nenhum aspecto de tropa militar, todos com pesados capotes, capas e botas. Este "Ranger" viera na frente para avisar sua família da aproximação da horda de guerreiros famintos e, assim que eles chegaram, em todos os quartos da espaçosa mansão brilharam fogos, ao mesmo tempo em que no rés-do-chão, no grande salão de jantar, fôra colocada a comida do agrado da cavalgada. Uma, duas, três horas se passaram rapidamente. Foi quando chegou um correio de STRINGFELLOW, informando que um outro reconhecimento se fizera em toda a área e tudo era favorável ao ataque. E que ele ficara com 10 homens perto de HARPER'S FERRY.

MOSBY ordenou, então, que seus comandados montassem a cavalo, exatamente às 2100 horas. A noite apresentava uma quietude tranquilizante e o céu estava apinhado de estrelas, sem as nuvens que havia durante o dia.

Os "Rangers" cavalgaram durante horas seguidas em meio a essa tremenda friagem, mas todos em silêncio, curtindo suas próprias amarguras. Muitos prendiam as rédeas nos dentes e escondiam as mãos debaixo da manta, para aproveitar diretamente o calor da pele de suas montarias. Outros faziam um buraco no centro dos cobertores e por aí passavam a cabeça, usando o agasalho sobre os ombros, à guisa de barraca. Havia também os que, de vez em quando, saltavam da sala e corriam no terreno, seguindo o tapete de neve feito pelas patas dos animais, e visando a manter o sangue aquecido. A situação já ia muito difícil de madrugada, quando MOSBY fez alto com a coluna e mandou acender fogueiras, saindo JOHN UNDERWOOD e outros companheiros conhecedores da floresta, a se espalharem por entre as árvores, procurando galhos e gravetos. Em poucos segundos, estalava e queimava a madeira, revezando-se os guerrilheiros em volta da fogueira. SMITH e WILLIAM CHAPMAN estavam juntos; este, mostrava ao seu amigo o bonito relógio de ouro que lhe fôra dado pela esposa como presente de aniversário.

Após uma outra cavalgada que parecia não mais terminar, o mensageiro que viera à casa de HEATON conduziu-os a um local abrigado no rio POTOMAC, situado a 1,5 milha abaixo de HARPER'S FERRY, onde encontraram STRINGFELLOW e seu grupo que os aguardavam. Assim reforçados, dirigiram-se os guerrilheiros para NO ao longo da margem e no sentido da corrente, na direção de FERRY. Aproximava-se a hora crítica da manhã e o frio atingia o máximo de intensidade, congelando inteiramente o rio, que aparecia com uma cor esbranquiçada. Viam-se na outra margem do rio, ao longo do caminho, sentinelas que



caminhavam em volta de fogueiras. Como o Chefe MOSBY não tivesse anunciado seu plano, alguns guerrilheiros pensaram que esse acampamento do outro lado do rio fôsse o objetivo da expedição; porém, evoluíram para outro, quando ouviram o silvo de uma locomotiva, bem ao longe.

HARPER'S FERRY teve um destino inglório durante a guerra, pois ficou sob controle de vários Exércitos, não possuindo mais nada, que seu arsenal fôra destruído. Últimamente, estava em mãos dos federais, muito fortificada e mantida por tropas de Cavalaria e Infantaria. Destacando-se no horizonte, ao Norte, viam-se as alturas de MARYLAND, com suas escarpas cobertas de árvores e vegetação rasteira, que se destacavam como "torres". Foi para essas montanhas, a se projetarem contra as estrélas no firmamento, que STRINGFELLOW conduziu os "rangers". Nas proximidades da ponte existente sobre um pequeno arroio, onde se sabia que piquêtes aí estacionavam, desbordou pela esquerda, orientando a coluna por um denso bosque de pinheiros de uns 200 metros, alcançando sobre o rio SHENANDOAH. Nesse local, esclareceu STRINGFELLOW, apontando para uma casa grande e bem construída, do lado esquerdo da estrada, estava o Quartel-General de COLE e, por trás dele, ficava o acampamento.

Vencido o bosque, prosseguiu o grupo, avançando mais pela esquerda e parando na base da encosta cheia de mato, que tinha de ser escalada para alcançar o acampamento. Depois que os homens foram, um a um, cerrando com seus cavalos, começou a escalada. Era comum escorregar-se na neve e a solução para procurar o equilíbrio, estava em agarrar desesperadamente nos galhos das árvores ou em outra qualquer coisa que proporcionasse apoio. O único barulho que se ouvia era o bufar dos animais e a respiração ofegante dos homens.

MOSBY foi dos primeiros a empreender a escalada e, quando chegou à crista, apenas encontrou espaço para os guerrilheiros se introduzirem entre a primeira fileira de barracas e a escarpa. Deixando a SMITH o encargo de apressar o restante da força pelo caminho precário, lançou-se rapidamente a reconhecer o acampamento, com discrição e silêncio, regressando poucos minutos depois. Só encontra no acampamento homens dormindo. Tirante o ronco dos federais, que estavam muito bem agasalhados, todo o restante acampamento estava num silêncio tumular.

A essa altura, já os guerrilheiros estavam na crista, prontos para a ação, e parecia a MOSBY que a captura de todo o acampamento era coisa certa. STRINGFELLOW estimou até o anoitecer, de 175 a 200 o número de homens de serviço. Daí o extraordinário sentido que teria para esses homens uma vitória, que iria compensar tudo o que haviam sofrido.

O vento soprava ao longo da encosta, vindo da retaguarda, produzindo um grave ruído e removendo flocos de neve, que ziguezagueavam como "camondongos" do campo ao longo das filas de barracas. Soltou-se um pedaço de lona perto do local onde estavam os homens, drapejando por algum tempo, para depois voltar à imobilidade primitiva.



Mais uma vez, o líder esguio lançou seu olhar profundo pelo acampamento, que se destacava na escuridão da noite pelo branco da neve, voltando-se depois para seus Tenentes que, um a um, saíam para executar as ordens recebidas. STRINGFELLOW e 10 homens se incumbiram de cercar a casa no promontório e capturar o Major COLE e seu Estado-Maior. O Capitão SMITH e seu grupo tinham a missão de apoderar-se dos cavalos e das mulas. MONJOY, juntamente com 6 homens, para capturar o piquete que eles tinham evitado na ponte, quando chegavam, enquanto o líder ficava com a tarefa de atacar o acampamento com os homens que restassem.

Tiraram-se os cobertores, com buraco no centro, dos ombros dos homens, colocando-os na parte posterior das selas; afrouxaram-se capas e casacos. Exercitavam-se os dedos, quase que completamente endurecidos pelo frio, tirando-se as luvas e comprimindo os revólveres contra as mãos. Mas tudo isso parecia menos torturante do que, na verdade, acontecia, dado o estado de excitação dos "Rangers". Enquanto aguardava que todos os grupos atingissem seus pontos de destino, MOSBY separou um certo número de homens dos que tinham ficado com ele, espalhando-os pelo acampamento e prontos a agarrar os "yankees" de surpresa, quando eles saíssem sonolentos de seus abrigos. Em poucos minutos, toda a força estava pronta para agir, de revólveres nas mãos e olhos fixos nas fileiras de barracas, ocasião em que os demais grupos já deviam estar quase todos nos pontos de destino.

Subitamente, soou um tiro como um trovão no silêncio do acampamento, produzindo som forte, áspero e cortante, vindo da direção tomada por STRINGFELLOW. Não se conseguiu jamais precisar a causa dessa detonação. Como na frente do estábulo onde se abrigavam os cavalos dos oficiais, estivessem várias carretas, nas quais se amarraram muitas mulas, é provável que os "rangers" tenham falado em voz alta, quando se aproximaram para apresá-las, e algum homem do PC estivesse acordado, ou fôsse abandonado pelo grupo de STRINGFELLOW, que entrou no PC de COLE. Quem sabe, a tensão de nervos de algum "ranger" não tenha feito acionar o gatilho ou o tiro possa ter partido do próprio acampamento? Ninguém sabe, ao certo, a resposta verdadeira, mas o fato é que a luta que se seguiu foi furiosa e muitos homens perderam a vida, em consequência.

Com a detonação, MOSBY e seus homens pararam, surpresos, quase sem saber o que fazer. Foi quando surgiram na crista da montanha cavaleiros que vinham da direção do PC, numa carga selvagem. Eram do grupo de STRINGFELLOW, porém não se pôde identificá-los na escuridão da noite, o que fez que os "rangers" desencadeassem um fogo mortífero contra eles, ferindo ou matando 6, antes que o equívoco fôsse percebido. O acampamento entrou em ação, como verdadeira labareda que se projeta no espaço. Carros de armas surgiam nas aberturas das barracas e atiravam suas cargas mortíferas no escuro, em meio à confusão reinante. Ao longo das fileiras de barracas cada vez mais aumentava a fúria do tiroteio.

"Atire em todo homem montado!"



"Companheiros, não corram para seus cavalos!"

"Incendiai as barracas e atirai nos homens que nela estiverem, logo ao amanhecer!", eram algumas das frases que se ouviam, em meio à gritaria ensurdecedora.

Os federados, acordando com esse pandemônio, procuravam, atemorizados, explicação para a súbita interrupção do sono, e saíam para a neve, completamente atordoados; alguns sendo logo baleados, outros conseguindo reunir-se aos demais companheiros para resistir com suas carabinas atrás de algum obstáculo, respondendo ao fogo dos atacantes, que eles não conseguiam identificar. Alguns correram para as moitas existentes nas encostas da montanha e de lá desencadeavam um fogo mortífero contra o acampamento.

Em toda aquela confusão, destacavam-se as vozes de MOSBY, SMITH, TURNER, CHAPMAN e outros, gritando para que seus homens carregassem. Cada vez mais se tornava cerrado o tiroteio. Arrebetavam-se barracas a bala. Viam-se, espalhados pelo chão, muitos homens fardados de cinza e azul; uns ao lado de poças de sangue; outros rastejando em busca de abrigo, como era o caso de TURNER, que foi auxiliado por um dos nossos, sendo arrastado para fora do acampamento.

Agora, o fogo dos federais vinha principalmente da casa onde estava o Pôsto de Comando e das estrebarias ao lado. O Capitão VERNON, integrante do grupamento de COLE, reuniu a Cavalaria "Yankee" ao lado do acampamento, e resistia de modo tenaz e obstinado. Esse perigo muito sério foi prontamente percebido por MOSBY que, além do mais, notava que muitos de seus homens atiravam, uns nos outros, no meio daquela confusão. A coisa se agravou muito, quando foi dado um tiro de sinalização na parte elevada dos reforços, em poucos minutos, vindos dos milhares de infantes de HARPER'S FERRY. Daí ter compreendido MOSBY que não teria nenhuma finalidade útil qualquer prosseguimento da resistência que seus homens vinham opondo. Daí ter ordenado, aos gritos, a retirada em direção a HILLSBORO. Contudo, seus gritos não foram ouvidos por todos os "rangers". Alguns, ao contrário, o que ouviram eram gemidos de seus companheiros feridos. FOUNT BEATTIE, por exemplo, se arrastava pelo chão, com o segundo ferimento em sua carreira de guerrilheiro. O mesmo acontecia a CHARLES PAXON e WILLIAM E. COLTAN, ambos ainda convalescentes e agora mortalmente feridos. JOHN ROBINSON, escocês e ex-Capitão do Exército inglês, estava morto e, próximo, morria JOSEPH W. OWENS.

Quanto a CHAPMAN, voltou apressadamente ao acampamento, pensando ali encontrar MOSBY, que julgava ferido; tanto que, vendo o Capitão SMITH carregar HENRY EDMUNDS na garupa, gritou-lhe: "Venha, que MOSBY está lá. Vamos apanhá-lo". Foi aí que o Capitão SMITH deixou EDMUNDS com outro "ranger" e os dois cavalgaram de volta. De passagem, reconheceram o Tenente GRAY e mais 3 companheiros, inclusive JOHN TYLER GRAYSON, num canto do acampamento, o qual a eles se juntou. O fogo já se deslocara para a parte de trás do acampamento, perto da montanha, na qual resistiam os federais nas moitas e onde o Capitão VERNON, da Cavalaria de COLE, estava caído com



sério ferimento na cabeça e sem nenhuma ajuda. Nessa altura, gritou CHARLIE PAXSON, que divisara a aproximação dos 3 guerrilheiros:

"Vocês não vão me deixar aqui!"

Então, GRAYSON voltou para apanhar mais um cavalo, quando partiu um tiro de uma barraca próxima. SMITH e CHAPMAN imediatamente responderam ao fogo de carabina do Sargento "Yankee", que ajoelhou-se e levantou sua arma, continuando a atirar a êsmo, depois de retirar a proteção da barraca. SMITH jogou-se da sela, caindo para o lado direito, mas seus pés ficaram presos nos estribos, o que provocou a batida da cabeça na neve, formando-se uma poça de sangue, em seguida.

Quando CHAPMAN, que também saltará do cavalo, chamou por seu companheiro e não obteve resposta, voltou e forcejou para levantar SMITH e colocá-lo na sela. Mas o fardo era muito pesado e o que fez então, foi apenas soltar os pés de SMITH dos estribos e levar o cavalo para fora do acampamento. De passagem, encontrou GRÁY e a ele pediu auxílio para apanhar o corpo de SMITH e, também, procurar MOSBY. Foi quando GRAY informou que MOSBY já havia ordenado a retirada e eles eram os únicos homens que ainda restavam para trás. Ao que os dois empreenderam desenfreada galopada, no encalço dos "rangers" que se retiraram.

Em pouco tempo, organizaram os federais a perseguição e, quando rompeu a aurora, foi fácil encontrar os rastros deixados pelos cavalos dos guerrilheiros, por aí se lançando para acutilá-los, seguindo pela neve o curso do rio SHENANDOAH, até próximo a uma região, que se situava algumas milhas acima do local onde êle desemboca no POTOMAC, em HARPER'S FERRY. Nessa altura, terminou a perseguição, pois desapareciam as marcas dos cascos de cavalos, que o itinerário seguido pelos guerrilheiros cruzava o rio e seguia diretamente para um alto píncaro. Foi em vão a exaustiva procura do rastro, do outro lado do rio, e assim os homens que atacaram as alturas de LOUNDOUN, prosseguiram sem ser molestados pelas tropas federais.

*Os conceitos emitidos nos artigos assinados em a SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR, são da exclusiva responsabilidade dos autores, não traduzindo, portanto, orientação da Diretoria da Revista.*

*Os originais publicados poderão ser transcritos, salvo quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e o autor.*

*A correspondência para SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR deverá ser endereçada a:*

*Maj Amerino Raposo Filho*

*"A Defesa Nacional"*

*Ministério da Guerra — Rio de Janeiro — Brasil.*



# ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

## HOMENAGEM AO SESQUICENTENÁRIO

### O CURSO DE ENGENHARIA

Com a vinda de D. João VI, em 1808, para o Brasil, e graças à iniciativa do Conde de Linhares, em 4 de dezembro de 1810, era fundada a Real Academia Militar com programas semelhantes aos adotados em Portugal. Funcionou inicialmente na Casa do Trem, mais tarde sendo transferida para o Edifício da Escola Politécnica.

Após a constituição do Império, teve a Academia seu nome mudado para Imperial Academia Militar.

Por decreto de 22 de outubro de 1833 foi atribuído ao ensino militar um plano muito desenvolvido, compreendendo os cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia. O Curso da Academia era feito em seis anos, sendo que somente os engenheiros cursavam-no em seu todo.

Novo decreto, em 3 de fevereiro de 1834, veio modificar o currículo da Academia. O curso passaria a ser feito em oito anos, sendo que somente os engenheiros e artilheiros eram obrigados, para as suas formações, a cursar todos os anos.

Já podemos notar, desde esses primeiros anos de funcionamento da Academia, a idéia de formação dos oficiais engenheiros. Tomar rumos que os levava para o lado técnico, adaptando quase "in totum", a arte da engenharia civil às fortificações permanentes e fortes de Artilharia de Costa, atividades essas nas quais se resumiam os tipos de guerra usados naquela época: a de Sítio.

Em 1 de março de 1845, com a notável reforma do Regulamento da Escola Militar, denominada "Reforma Bacharelesca", na qual o ensino no curso dava ao militar o grau de **Doutor** e Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, várias obras foram escritas para serem



adotadas como livros didáticos na Escola, notando-se a destacada atuação de um oficial pertencente ao Corpo de Engenheiros, o Coronel Pedro de Alcântara Bellegarde, lente da Escola Militar e diretor da Escola de Arquitetos Medidores.

Por Provisão de 28 de setembro de 1846, o Real Corpo de Engenheiros, criado por decreto em 1812, passou a ficar subordinado ao Comandante das Armas da Corte, no Rio de Janeiro. Em 1856, dez anos depois, pelos Decretos 862, de 30 de julho e de 1.848, de 19 de novembro, seus quadros foram ampliados e o Batalhão de Engenheiros, criado em 1855, começou a reunir oficiais técnicos das demais Armas, iniciando a formação propriamente dita dos oficiais que seriam os de Engenharia.

Na forma do art. 20 do plano de sua organização, os oficiais do batalhão seriam recrutados de qualquer das Armas científicas.

Podemos ver com clareza que os oficiais de Engenharia, nessa época e até um pouco mais além, eram escolhidos dentre os oficiais das outras Armas existentes. O curso da Escola Militar formava engenheiros mas não oficiais de Engenharia de Combate.

Em 21 de abril de 1860, o Decreto n. 2.582 aprovou novo regulamento para o funcionamento das Escolas Militares do Império, modificando o de 1858. Nesse mesmo Regulamento eram estabelecidas normas para o funcionamento da Escola Central e da Escola Militar; o aluno, na primeira cursava quatro anos, findos os quais estavam capacitados a desempenhar as funções de engenheiros geógrafos e, em geral, habilitados a qualquer função científica. Nela estudava-se assuntos relacionados com Matemática, Desenho, Geologia e Física.

Após a conclusão desse curso, eram os alunos matriculados na Escola Militar da Corte, onde recebiam instrução peculiar às Armas e ao Corpo de Engenheiros. O militar, para pertencer ao Corpo de Engenheiros, seria obrigado a completar com aproveitamento os quatro anos da Escola Central e mais os dois da Escola Militar.

Com o início da Guerra do Paraguai, seguiu-se um período de confusão no ensino militar causando quase que o fechamento das Escolas Militares, devido às árduas contingências dessa mesma guerra. Os oficiais eram promovidos por atos de bravura, sendo que alguns vinham ainda de praças de Pret e ascendiam ao posto de capitão.

Não podíamos deixar passar despercebidos os fatos desenrolados durante essa guerra com relação à Engenharia. Sobre esse assunto existem críticas severas no que se refere principalmente à formação dos oficiais da Arma, como combatentes.

O Corpo de Engenheiros não tinha, até então, grandes tradições militares, no Brasil; em consequência do próprio quadro de suas atividades normais, os oficiais eram muito mais técnicos do que combatentes, decorrente da própria orientação da cultura militar que padecia nessa época, da preocupação de fazer intelectuais, em vez de chefes.



Porém, nessa mesma campanha, surgiram feitos heróicos por parte de seus oficiais, como seja, a tomada da Ilha da Redenção, a travessia do Rio Paraná e a travessia do Chaco.

Também nessa guerra aparece o patrono da Arma: o Ten-Cel João Carlos de Vilagran Cabrita tombado heróicamente na citada Ilha da Redenção. Talvez, devido aos ensinamentos colhidos dessa campanha do Paraguai e da Guerra da Tríplice Aliança, ao se reiniciar o período de franco desenvolvimento do ensino militar, em 1874 e 1890 deu-se maior atenção à formação dos oficiais combatentes. Desaparece a Escola Central e todo o ensino passa a ser feito na Escola Militar, já a essa época instalada na Praia Vermelha. O curso era de quatro anos, para oficial de qualquer das três Armas existentes na época, tornando-os aptos para os quadros de Estado-Maior e Engenheiros.

Mais uma vez nota-se os oficiais de Engenharia sendo escolhidos entre os das outras Armas.

Após as modificações introduzidas por essa época, estabeleceu-se no ensino militar um novo período de confusão que chegou a ser caótico, caracterizado pela luta entre os que se batiam pelo ensino científico, e os que desejavam uma oficialidade culta, mas devotada aos problemas mais profissionais.

Assim é que entramos em 1905 e vemos, em seguida, surgir as Escolas de Aplicação de Engenharia e Artilharia em Curato de Santa Cruz, onde oficiais das Armas existentes, após a conclusão do curso regular da Escola Militar, estudavam mais um ano, ficando habilitados a desempenhar funções de oficiais de Engenharia.

Quicá, sob a influência dos preparativos para o que seria a 1ª Guerra Mundial (14-18), é o Regulamento da Escola Militar modificado em 1913, pelo Decreto n. 10.198, de 30 de abril, passando, a formação do Oficial de Engenharia, a ser feita em cinco anos, assim distribuídos:

- 2 anos de Curso Fundamental, comum às Armas, básico, visando mais a instrução de Infantaria.
- 2 anos de Curso Peculiar à arma, onde o aluno era especializado em assuntos referentes ao ensino teórico e profissional.
- 1 ano, passado na Escola Prática do Exército, também criada por esse regulamento, onde o aluno de Engenharia, bem como os demais das outras armas, praticava não só assuntos peculiares à sua Arma, como todo e qualquer assunto concernente às demais. Seria o que hoje denominamos Exercício de Cooperação das Armas, onde todas trabalham em conjunto, umas combatendo como básicas e outras de apoio, porém com muito mais desenvolvimento.
- O currículo do Curso de Engenharia, estabelecido por esse Regulamento, aproxima-se muito do que ainda hoje é adotado, principalmente com respeito às matérias profissionais, claro, com os necessários aperfeiçoamentos.



Nota-se já regulados os cursos de Pontes, Topografia, Resistência dos Materiais, Fortificações e o estudo da Organização da Engenharia Militar nos Exércitos em geral, principalmente nos Sul-americanos.

Passados cinco anos, eis novamente alterado o regulamento da Escola Militar pelo Decreto-lei n. 12.977, de 24 de abril de 1918, sendo também extinta a Escola Prática do Exército. Com a extinção dessa Escola, os alunos-de Artilharia e Engenharia, ao concluírem o curso da Escola Militar, eram promovidos ao posto de 2º Tenente, uma vez que lá passariam a cursar mais um ano além daqueles cursados pelos de Infantaria e Cavalaria. Além disso, teriam direito ao diploma de **Engenheiro** conforme a disposição do art. 72 da Lei 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

Em 1919, novas mudanças, dessa vez radicais, foram feitas no currículo de Ensino da Escola Militar, talvez por influência da guerra de 1914-1918 e pela vinda da Missão Militar Francesa ao Brasil.

Os alunos de Artilharia e Engenharia, por esse Regulamento, passam a cursar apenas um ano de ensino peculiar à Arma, como já o vinham fazendo seus colegas de Infantaria e Cavalaria, mantendo-se em dois anos o Curso Fundamental.

Das dezoito cadeiras ministradas pelo Regulamento de 1918, algumas foram suprimidas, surgindo outras, sendo, finalmente, reagrupadas em treze grupos distintos.

No entanto, firmam-se definitivamente as cadeiras que compõem o ensino peculiar da Arma de Engenharia. Pode-se notar a maior atenção dada às Pontes, permanentes e de circunstância, às Estradas, às Minas e Destruições, às Comunicações e à Resistência dos Materiais aplicada à Arte da Guerra.

Sob esse Regulamento, o Curso foi orientado até 1924, quando o Decreto 16.394, de fevereiro desse ano, aprova novas alterações. Foram poucas, no entanto visavam não tornar exaustiva a iniciação do jovem na carreira militar, uma vez que o curso da Escola prepararia oficiais aptos a exercerem funções até a de Capitão, pois previa o aperfeiçoamento dos oficiais de Engenharia, nos Cursos Técnicos dessa Arma, Curso de Aperfeiçoamento, Centros de Instrução, etc. Nota-se também que todo o ensino, tanto teórico como prático-profissional para os alunos de Engenharia, era orientado exclusivamente para a instrução peculiar à Arma, salvo duas matérias, História Militar e Noções sobre a aplicação da Física, Mecânica e Química à Técnica Militar, que tinham caráter geral.

Em 1929, o Decreto n. 18.713, de 25 de abril desse ano, alterou novamente o Regulamento da Escola Militar, passando o Curso de Engenharia a ser realizado em dois anos, nos quais aos alunos, após a conclusão de um 1º ano de curso fundamental, eram ministradas matérias que visavam especialmente a formação do oficial subalterno da Arma. Nota-se que a finalidade desse Regulamento visava com-



binar os conhecimentos técnicos com os profissionais e dava ao instruendo capacidade indiscutível para exercer com desembaraço as funções de chefia.

Pela comparação desse regulamento com os posteriores, podemos chegar à conclusão que foi o que mais se aproximou das suas finalidades, na época, servindo de base para as modificações futuras.

O Curso de Engenharia passou a funcionar com a característica de uma Companhia, de efetivo variável e fixado anualmente pelo Ministro da Guerra.

Os alunos de Engenharia estudavam, em dois anos, matérias do Ensino Fundamental, em paralelo com os das demais armas e mais a Resistência dos Materiais. No Ensino Profissional, além dos Regulamentos de Infantaria e Cavalaria, aprendiam a execução da instrução especializada da Arma.

Após a conclusão de cada ano de instrução, era o aluno submetido a exames, tanto oral como prático. Os exames orais eram realizados somente para as matérias do Curso teórico-prático e consistiam em arguições sobre os regulamentos existentes, correspondentes a: Sapadores Mineiros, Pontoneiros, Telegrafistas e Ferroviários.

Em 29 de janeiro de 1931, em cumprimento ao disposto no Aviso n. 3, de 21 do mesmo mês, o Curso de Engenharia passou a funcionar com uma Companhia Mista, com uma Secção correspondente a cada especialidade.

Houve, em 1934, uma nova mudança do Regulamento caracterizada devido ao aumento de mais um ano no Curso da Escola. No entanto, logo a 20 de junho de 1935, essa alteração deixava de vigorar e voltava a regular o Ensino da Escola o Regulamento anterior, isto é, o de 1929, com pequenas modificações. Ficando estabelecida essa modificação, somente em 1940 tivemos novas alterações.

No período entre 35 e 40 temos a ressaltar os seguintes acontecimentos:

A inauguração da Biblioteca do Curso, juntamente com as das demais armas, com o intuito de proporcionar aos cadetes os hábitos da boa leitura e facilitar-lhes os meios de consulta, isso em fevereiro de 1936.

Em 31 de agosto desse ano, ganhou o Curso de Engenharia dois pavilhões de alvenaria, passando a funcionar com instalações mais adequadas. Esses pavilhões, embora um pouco modificados, ainda hoje servem à secção 7 — Engenharia da Escola de Instrução Especializada.

Em 1939, tivemos a motorização do Curso, com a chegada de viaturas que serviam à Equipagem de pontes das quais, ainda hoje, usamos uma, e outra viatura comando para transporte pessoal.



Temos ainda a participação do Curso em diversas manobras, enquadrado pela Escola, nas regiões de São Paulo, Resende, Belo Horizonte e campo de Gericinó.

Em 2 de fevereiro de 1940, pelo Aviso n. 414, o Ministro da Guerra aprovou as "Instruções Provisórias" para o funcionamento da Escola Militar, a partir dessa data, até que fosse aprovado o novo regulamento, visando à adaptação dos novos tipos de guerra usados na Campanha da 2ª Grande Guerra. Segundo tais instruções, o curso da Escola seria realizado em quatro anos, dos quais dois, visando à instrução comum da formação do graduado das Armas Básicas e, os outros, visando à formação do oficial subalterno das diversas Armas.

O Curso de Engenharia teria por missão a preparação das seguintes especialidades: Sapador, Pontoneiro e Transmissões em suas diversas modalidades; Topografia, no que interessa à especialidade da Arma; Escola de Condutores, isso tudo no terceiro ano. No quarto ano, além das matérias do Curso comum a todas as armas, tinha o cadete de Engenharia, como instrução peculiar à arma, o correspondente à formação do Cmt de Secção e atribuições práticas do oficial subalterno nas Especialidades de engenharia.

No dia 14 de outubro desse mesmo ano, acampou, o Curso de Engenharia, novamente enquadrado com os demais cursos da Escola, com a finalidade de realizar as manobras escolares, no campo de Gericinó. Em 1941, agosto, fê-lo novamente.

Em 1942, a 4 de março, pelo Decreto 8.918, é aprovado o novo Regulamento da Escola Militar, voltando o seu Curso a ser realizado em três anos, sendo um deles destinado ao Ensino Básico, e os outros dois ao Ensino Peculiar a cada uma das Armas. Mesmo no curso das Armas era feito o estudo do Ensino Fundamental, comum a todas elas.

O Curso de Engenharia continuou a ter a mesma missão de preparação das Especialidades características da Arma e nota-se a introdução do estudo da descrição, manutenção e condução das viaturas motorizadas.

Sob esse Regulamento, seria extinta a Escola Militar do Realengo, passando a funcionar na sua nova sede, em Agulhas Negras, no Vale do Paraíba, com o nome de Escola Militar de Resende. Devido a esse acontecimento, para lá se deslocou o Curso de Engenharia.

Em 3 de janeiro de 1945 foi publicada a nomeação do primeiro oficial superior que viria exercer as funções de Instrutor-Chefe do Curso, na nova Escola Militar: o Major Carlos dos Santos Jacinto. Foi o primeiro dos oficiais instrutores-chefe a se apresentar, proporcionando com isso, ao Curso de Engenharia, a honra de ter sido o primeiro dos Cursos das Armas a se instalar, em 9 de janeiro do mesmo ano.

O Decreto n. 17.738, de 2 de fevereiro de 1945, aprovou o novo regulamento para a Escola Militar de Resende trazendo poucas modi-



ficações no anterior, apenas adaptando-se e atualizando-o de acôrdo com as evoluções naturais da Arte da Guerra, ocorridos durante a 2ª Conflagração Mundial. Além das matérias básicas comuns às diversas Armas, deu-se maior atenção ao Estudo, por parte dos cadetes do Curso de Engenharia, às Pontes, Comunicações, Estradas (devido à criação e emprêgo de batalhões rodo e ferroviários na construção do Tronco Principal Sul), Minas, Explosivos e Destruições, Suprimento d'água, Reconhecimento de Engenharia e Estudo dos Agentes Químicos. Durante o Curso no seu terceiro ano, estudava, ainda, o cadete de Engenharia, a Resistência dos Materiais.

O ano de 1945 transcorreu, normalmente, sem novidades, tendo ainda, no entanto, que ressaltar, no dia 11 de agôsto, a Declaração da primeira turma de aspirantes da nova Escola Militar, na qual, dentre 264 de tôdas as Armas, saíram 26 de Engenharia.

O Estandarte do Corpo de Cadetes, que se achava em poder do ex-cadete e agora aspirante de Engenharia José Maia Couto de Oliveira, desde 23 de abril, continuava em poder de um cadete de Engenharia, tendo sido passado, simbolicamente, ao dito José Pinto dos Reis, que, na época, se achava baixado ao Hospital Central do Exército.

No dia 25 de janeiro de 1946, embarcavam no transporte de guerra "Duque de Caxias", 40 cadetes, em missão de Instrução, rumo à Itália, dentre os quais cinco de Engenharia. Dessa época até 1948, nada encontramos para ressaltar no histórico do Curso.

Já em 1948, em seu início, tivemos a matrícula, na Engenharia, dos cadetes bolivianos: Yves Alarcon, Luiz Ramirez, Gottemberg Barroso e José Gutierrez. Ainda nesse ano, com grande pesar, registramos o acidente ocorrido na Instrução de Minas e Armadilhas do Curso, no qual foram feridos um oficial e 33 cadetes, tendo dois dêsses últimos falecido logo após. Em outubro, o Curso realizou, juntamente com os demais, as manobras referentes ao ano letivo que ora findava, na Região de Campo Belo — Resende.

Em fins de 1951, participou, novamente, o Curso de Engenharia, das manobras escolares, com a realização de Exercícios de Cooperação das Armas, apresentando-se como se fôsse uma Companhia em apoio a uma (1) DI. Os trabalhos do Curso, durante essa manobra, foram os de apoio a essa DI, no que se referia a Estradas, Transposição de um curso d'água com o auxílio de meios descontínuos de transposição e a montagem e exploração de uma Rêde Rádio de Comunicações.

Em 14 de dezembro dêsse mesmo ano, foram declarados aspirantes, na presença do Exmo. Sr. Presidente da República, 54 cadetes de Engenharia.

No ano de 1952, tivemos a visita, com a finalidade de inspecionar o material de Engenharia distribuindo à Academia e ao Curso, do Exmo. Sr. Gen Bda Juarez do Nascimento Fernandes Távora. O Curso recebeu ainda a visita dos cadetes americanos de West Point.



Durante a Semana Olímpica desse ano, de 21 a 26 de maio, as competições foram vencidas pelos cadetes do Curso de Engenharia, trazendo para si o troféu "Duque de Caxias".

Em 14 de agosto, também de 1952, doloroso dia vive a Engenharia: vítima de um acidente, quando na instrução de Educação Física, vem a falecer o cadete Vergílio Teixeira de Almeida.

O ano de 1952 foi coroado com uma manobra na região de Quatis — Pôrto Real, realizando o Curso de Engenharia os mesmos trabalhos de apoio à DI dos anos anteriores. Na turma de aspirantes desse ano, contava a Engenharia com 55. Nessa declaração, por ter sido o cadete mais distinto de sua turma, no Curso da Academia, e ter sido classificado em primeiro lugar na sua turma de aspirantes, o dito Roberval Roche Moreira Filho, da Arma de Engenharia, recebeu a Medalha Caxias, o prêmio Exército Uruguaio, a Medalha Bernardo O'Higgins, o prêmio Henrique Lage e uma Espada de Oficial, das mãos do Presidente da República.

Em 1953, pela Portaria n. 1, de 3 de janeiro, foi criado na AMAN o Curso Inicial de Formação de Oficiais Técnicos. Nesse curso seriam reajustadas e estudadas as matérias que constituem o atual Curso de Formação da Escola Técnica e mais uma parte Teórico-Prática análoga da Arma de Engenharia, onde seriam ministrados os conhecimentos de Prática Profissional, concernente a futura aplicação dos técnicos.

No dia 14 de março, dia em que se comemora mais um natalício de Henrique Lage, patriota e ilustre amigo da Escola Militar, a Academia, representada por uma comissão de cadetes de todas as Armas, faz colocar em seu túmulo uma coroa de flores. No mesmo dia, é estabelecido o cerimonial da Revista do Recolher, instituída a dez anos na Escola Militar do Realengo e que vinha se repetindo cada ano. Assim, é incluído no estado efetivo da Academia, Corpo de Cadetes e Curso de Engenharia, o cadete n. 1 Henrique Lage, devendo por ele responder o Porta-Estandarte da Academia.

No dia 13 de agosto desse ano, são declarados aspirantes 91 cadetes de Engenharia, sendo ainda que concluíram o mesmo curso quatro cadetes equatorianos e um nicaraguense. Foi considerado o cadete mais distinto dessa turma de Aspirantes o de Engenharia João Luiz Pascal Roehl.

No dia 27 de janeiro de 1954, seguiu com destino a Piquê e a Itajubá o 3º ano do Curso de Engenharia. Essa viagem tinha por objetivo a realização de estudos e visita às Fábricas Presidente Vargas (Piquê), Fábrica de Itajubá (Armamento), instalações da Rede Elétrica Piquê-Itajubá e apreciar os trechos de melhoramentos e pavimentação da Rodovia Piquê-Itajubá.

Em 5 de abril, em nova viagem de instrução, segue para o Rio o mesmo 3º ano, onde estagiou no Batalhão-Escola de Engenharia e na Companhia-Escola de Comunicações.



Em 8 de maio, são declarados Aspirantes os cadetes da Turma Santos Dumont, saindo cêrca de 47 de Engenharia, brasileiros, e dois do Exército da Nicarágua, também do Curso de Engenharia.

Por Portaria n. 361, de 29 de maio do mesmo ano, o Exmo. Sr. Ministro da Guerra resolveu incluir na Arma de Engenharia os cadetes que cursavam o Curso Inicial de Formação de Oficiais Técnicos.

Em 15 de fevereiro de 1955, foram declarados aspirantes 57 cadetes de Engenharia e 34 Técnicos.

Em 6 de janeiro de 1956, nova turma de Aspirantes foi declarada, saindo dessa feita 66 cadetes de Engenharia e 28 técnicos; e são ainda declarados Aspirantes de Engenharia três cadetes do Exército da Nicarágua.

A 30 de outubro, foram realizadas as manobras escolares, na qual o Curso de Engenharia tomou parte, apoiando os demais Cursos, nos serviços de sua especialidade, como seja: estradas, pontes, suprimimento d'água e transposição de cursos d'água com a utilização de meios descontinuos de transposição.

Com a presença do Exmo. Sr. Presidente da República foi realizada a Declaração de Aspirantes da Turma de 1956, no dia 20 de dezembro, na qual foram declarados 39 cadetes de Engenharia, do Exército da Nicarágua. Foi considerado o aspirante mais distinto de sua turma o de Engenharia Almir Paz de Lima.

No dia 10 de maio de 1957, durante a execução de um quarto de ronda, no acampamento do Curso de Engenharia, na região da ponte de concreto da Rodovia Presidente Dutra, sobre o Rio Paraíba, desapareceu o cadete Carlos Martins, do terceiro ano. Iniciadas as buscas, o único indício encontrado foi o de um capacete flutuando ao sabor da correnteza, nas águas daquele mesmo rio. As buscas prosseguiram, não tendo sido encontrado mais nenhum indício.

No dia 19 de dezembro, foram declarados 72 Aspirantes de Engenharia, brasileiros, e mais quatro do Exército da Nicarágua.

Atualmente, temos, desde 1958, em funcionamento na Academia, oriundos da Arma de Engenharia, os Cursos de Comunicações e Material Bélico.

A formação do oficial de Engenharia passou, desde 1956, a ser feita em sete anos, assim distribuídos:

- 1 ano de Curso Básico — na AMAN;
- 2 anos de Curso de especialização em assuntos necessários à formação dos Oficiais Subalternos da Arma;
- 2 anos de estágio nos corpos de tropa da Arma (Batalhão de Engenharia de Combate ou Rodo Ferroviário);



— 3 anos, no Instituto Militar de Engenharia, antiga Escola Técnica do Exército, de onde saem com o Curso de Engenharia de Construção, aptos a desempenharem as funções de Engenheiros Militares e Civis;

— Finalmente, a fim de completar o resumo histórico acima apresentado, temos a citar a cerimônia típica realizada no Curso, introduzida em 1952 e dominada "Batismo do Pontoneiro", na qual os cadetes do 3º ano homenageiam os seus novos colegas do 2º. Consta, essa cerimônia, de um batismo, nas águas do Rio Paraíba, com a presença do "Rei Netuno", seguido de discursos alegres e folclóricos, que marcam a integração definitiva dos novos cadetes na Arma, culminando com uma mesa de doces e refrigerantes.

---

### FRASES FAMOSAS

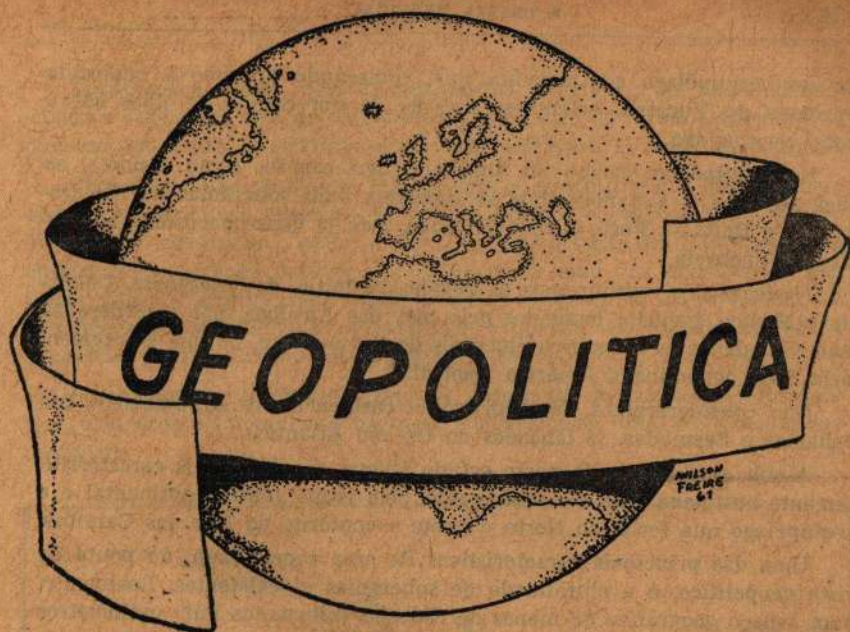
- Se a natureza se opõe, lutaremos contra ela e havemos de fazer com que nos obedeça (Bolivar).
- Se avanço, sigam-me; se retrocedo, matem-me; se morro, vinguem-me (Rochejakelin).

---

### REFLEXÕES

- Os livros são para a humanidade o que a memória é para o indivíduo. Eles contêm a história de nossa raça, as descobertas que fizemos, o conhecimento acumulado e a experiência das cidades, retratam para nós as maravilhas e belezas da Natureza, auxiliam-nos em nossas dificuldades, confortam-nos em nossas aflições e sofrimentos, transformam as horas de tédio em momentos agradáveis, abastecem de idéias nossas mentes, enchem-na de bons e felizes pensamentos e os libera acima de nós mesmos — Sir John Lubbeck.





## CARIBE — O "PUNCTUM DOLENS" DA POLÍTICA CONTINENTAL

Ten-Cel CARLOS DE MEIRA MATTOS

A região do mar das Caraíbas sempre foi o "caldeirão fervente" do Continente Americano: centro de intrigas internacionais, foco de rivalidades entre pequenos ditadores e grandes países, área de intromissão dos poderes europeus aí instalados e ponto de convergência dos interesses estratégicos dos "grandes".

Não é apenas a corrente marítima equatorial do "Gulf Stream" que nas águas do Caribe ganha a sua maior quentura; os nossos irmãos do Continente que habitam essa bacia também são os de cabeça mais quente da América.

Dentro do critério de análise científica que vimos adotando em nossos trabalhos, procuraremos, em seguida, analisar o fenômeno caribeano à luz da geopolítica.

Do ponto de vista de sua morfologia geográfica, a região das Caraíbas se divide em duas partes: uma *continental*, um verdadeiro istmo de ligação entre as massas Norte e Sul do Novo Mundo, e outra *insular*, formada



por um arquipélago em meia-lua que, começando próximo à península mexicana de Yucatan, estende-se através de um cordão de ilhas até a costa venezuelana.

Do arquipélago caribe ou antilhano destacam-se, como maiores, as ilhas de Cuba, a Española onde se repartem duas soberanias — São Domingos e Haiti —, Porto Rico e Trinidad, esta já quase encostada ao litoral da Venezuela.

Neste estudo, excluiríamos as regiões costeiras da Venezuela, Colômbia e México, também banhadas pelo mar das Antilhas, por considerá-las mais vinculadas às massas continentais do Sul e Norte, do que à fragmentária área denominada América Central.

Não consideraremos, também, como caribeanos, os arquipélagos das Bahamas e Bermudas, já lançados no Oceano Atlântico.

Assim, será objeto de nosso estudo apenas a região mais caracteristicamente antilhana, que é a constituída pelo istmo centro continental e o arquipélago que fecha ao Norte e Leste o contorno do Mar das Caraíbas.

Uma das principais características da área considerada, do ponto de vista geopolítico, é a pluralidade de soberanias aí existentes. Realmente, num espaço geográfico de menos de 800.000 (oitocentos mil) quilômetros quadrados, concorrem 9 soberanias locais — Cuba, República Dominicana, Haiti, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e Salvador, e 4 soberanias foraneas — França (ilhas de Guadalupe, Martinica, S. Pedro, Michielon e outras menores), Inglaterra, (Honduras, Barbados, Barlavento, Jamaica, Trinidad, Tobago e outras), Holanda (Aruba, Bonaire, Curaçau e outras menores) e Estados Unidos (Porto Rico e Zona do Canal do Panamá.

Vemos aí um impressionante exemplo de extremo fracionamento do poder político em espaço geográfico exíguo para conter e harmonizar os interesses de 13 Estados diferentes.

Os geopolíticos alemães, da escola de Ratzel, Kjellen e Renner, classificariam o espaço terrestre antilhano em dois diferentes tipos: o istmo central enquadrariam no tipo de *forma alongada* e o arquipélago chamariam de *forma fragmentária*.

Segundo o critério geopolítico desses pensadores alemães, as formas geográficas consideradas emanam certas tendências políticas que passaremos a estudar.

A *forma alongada* no sentido dos meridianos é, forçosamente, provocadora de diferenciações antropogeográficas. Essas diferenciações, no ponto de vista econômico, apresentam certas vantagens, pois encaminham a auto-suficiência porque geram variedade de produção. Criam, entretanto, diversidades culturais e sociais que podem levar a antagonismos políticos.

A *forma fragmentária*, mostra-se, sem dúvida, desvantajosa, quanto à coesão interna. Quando se agravam os fatores de descontinuidade territorial — caso dos arquipélagos — os inconvenientes tornam-se seguramente mais poderosos, principalmente se o poder político da área não estiver em mãos de um estado potência naval.



Constatamos, assim, que as duas partes integrantes de nossa centro-américa caribeana, uma de *forma alongada* e outra de *forma fragmentária*, possuem uma base geográfica considerada desfavorável pelos geopolíticos.

Considerando-se qualquer das doutrinas geopolíticas, a determinista alemã, a possibilista francesa ou a "do desafio e resposta" de Arnold Toynbee —, mesmo se o poder político de toda a bacia antilhana estivesse enfeixado por um só governo, ou se em cada uma das duas partes distintas, istmo e arquipélago, houvesse uma só soberania, assim mesmo, os inconvenientes morfológicos do território exigiriam um grande esforço de superação político-administrativa para neutralizá-los.

Extremamente fracionada como se apresenta, do ponto de vista político, essa área relativamente pequena transforma-se num problema quase insolúvel.



Como vimos, a fragmentação aí é uma tendência geográfica. A estrutura espacial antilhana é dispersiva, centrífuga. A Espanha, enquanto teve força política, superou essa tendência evitando a pluralidade administrativa — toda essa área ficou inicialmente sob a jurisdição do Vice Reinado do México e depois da Capitania Geral da Guatemala.

Com o enfraquecimento do poder espanhol, deu-se a independência das colônias americanas, ao mesmo tempo em que outros governos europeus tiveram a sua oportunidade, por tantas vezes tentada, de vir a se estabelecer em terras castelhanas.



Não vingou o esforço da Guatemala de transformar-se na matriz de poder de uma soberania centro-americana, impedindo, assim, o fracionamento político da antiga capitania geral. A república federativa aí proclamada cedo se retalhou em várias pequenas nações.

O Libertador Simon Bolivar, de destacada atuação no processo emancipador das repúblicas latino-americanas, sempre teve a sua atenção despertada para esse inconveniente da pluralidade de Estado, com base territorial insuficiente para o pleno desenvolvimento de sua soberania.

Em carta que escreveu ao Marechal Sucre, disse textualmente Bolivar, com aquela sua visão predestinada dos acontecimentos continentais: "devem ser criados grandes organismos sociais que contenham os elementos suficientes de organização e estabilidade política, e não pequenos núcleos, onde forçosamente, por falta de ambiente, não haverão de arraigar as instituições livres e serão ricas mas em floração de caudilhos personalistas e baixamente ambiciosos".

Não viu o Libertador realizada a sua inspiração política no processo de formação da América Espanhola — a sua Grã-Colômbia não vingou, também se fragmentou. Mas, em nenhuma outra parte da América essa fragmentação atingiu a porções territoriais tão mínimas como na América Central.

Os critérios geopolíticos e a profecia de Bolivar se combinaram criando no Caribe uma área crítica — pela concorrência de tantas soberanias e pela gestação de ambiente próprio ao arraigamento "de caudilhos personalistas e baixamente ambiciosos".

A emancipação política não trouxe aos povos antilhanos sua libertação da opressão e da miséria. Na ignorância e na miséria popular se estribaram os tiranetes que ali pulularam e pululam, apresentando-se sempre como Messias providenciais e salvadores da Pátria. Enriqueceram-se escandalosamente como os Somozas, Trujillos, Osórios, Baptistas, explorando sempre esta ignorância e esta miséria popular que não deixam acabar porque senão acabará também com eles.

Outros tiranos, de outra escola, começam a surgir nesse mesmo palco agitado, — os Arbenz e Castros — mensageiros do comunismo de Moscou e de Pequim. A permanente instabilidade política reinante no Caribe, que é pequeno para tantos e tão ambiciosos donos, continua criando o "clima" propício ao êxito de líderes gananciosos e inidôneos.

Com o assassinato de Trujillo, parece ter terminado a era dos tiranos militares. Mas, ao invés de uma aurora de liberdade e progresso, desponta agora a ameaça de uma nova classe de ditadores, tão ou mais cruéis que os primeiros, tão ou mais sangüinários do que os anteriores, e muito mais perigosos do que os seus antecessores, porque trazem a mistificação de uma filosofia social sob cuja atração pretendem arrastar os povos americanos a uma posição antiocidental e anticristã, filiada aos interesses estratégicos do comunismo soviético e às correntes de pensamento do materialismo histórico.



É um dever imperioso das nações mais esclarecidas da América tomar uma atitude corajosa ante este novo foco infeccioso irrompido em Cuba e que ameaça alargar-se a outros países do Continente.

A região antilhana é da mais alta importância estratégica, quer para a defesa do Ocidente, quer para a segurança Continental.

Esse "cordão de ilhas em meia-lua", entre as quais se destaca Cuba por sua superfície e população, ocupa uma posição estratégica de verdadeira encruzilhada de comunicações entre partes vitais do Continente americano e a enorme massa euro-afro-asiática.

Essa posição estratégica traz as seguintes implicações: no sistema defensivo continental, as ilhas antilhanas desempenham o papel de cordão de segurança protegendo as áreas vitais da Flórida, México, Canal do Panamá e Venezuela; no dispositivo de agressão de potências externas, através do Atlântico, apresenta-se esse arquipélago como o "Calcanhar de Aquiles" do Continente, cuja conquista fácil serviria de trampolim para o salto sobre as áreas vitais acima apontadas.

Aceitar de braços cruzados a instalação aí de uma poderosa agência de Moscou e de Pequim, representa renunciar, a priori, os propósitos de autodefesa. O controle do Canal de Panamá por uma potência antidemocrática representará uma derrota militar de conseqüências imprevisíveis para a sorte do Mundo Livre.

O Brasil tem imensas responsabilidades na presente conjuntura político-estratégica do Caribe. Deve influir, com o peso de sua expressão continental, fiel às convicções democráticas de seu povo, no sentido de que as nações americanas, como um todo, tomem consciência do perigo que se avizinha e, agindo em conjunto, dentro dos ideais e dos princípios da OEA, imponham a paz e a segurança nas Antilhas.

Deve a diplomacia brasileira ter bem presente, também, as causas remotas e atuais, geopolíticas e sociais, que atuam no sentido de fazer do Caribe o "punctum dolens" da política continental.

Se algumas dessas causas não podem ser eliminadas, muitas, porém, como a ignorância e a miséria, devem ser dali erradicadas. Um verdadeiro pan-americanismo, de profunda sensibilidade social e econômica, será o mais eficaz remédio para os males da instabilidade política antilhana. Sem a ajuda da ignorância e da miséria, não teriam triunfado os Trujillo, Somoza e Baptista. Sem a ignorância e a miséria, não triunfarão os Fidel, Guevara e Arbens.

As nações maiores e mais prósperas da América cabe enorme e transcendental missão nesta hora. Devem entender-se com sinceridade e revelar coragem para enfrentar com realismo e firmeza os problemas do Continente. Devem dar exemplo de crença nos ideais de fraternidade americana. Este exemplo, límpido e cristalino, deve partir principalmente dos Estados Unidos, do Brasil, do México, da Argentina; se os nossos "grandes" souberem apontar o caminho com nitidez e lealdade, todos encontrarão o rumo certo.



## "A DEFESA NACIONAL"

### CORPO DE REDATORES PARA 1961

REDATOR-CHEFE — Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas

COORDENADORES :

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas ...	<b>Assuntos Militares</b>
Cel-Av Délio Jardim de Matos .....	<b>Aeronáutica</b>
Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu ..	<b>Exército</b>
Cmt J. A. Carneiro de Mendonça ...	<b>Marinha</b>
Ten-Cel Carlos de Meira Mattos ...	<b>Guerra Revolucionária</b>
Ten-Cel Waldyr da Costa Godolphim	<b>Geografia</b>
Ten-Cel J. R. Miranda Carvalho ...	<b>História</b>
Ten-Cel Celso dos Santos Meyer ...	<b>Caso de Espionagem</b>
Ten-Cel Octavio Tosta .....	<b>Geopolítica</b>
Ten-Cel Mário de Assis Nogueira ..	<b>Psicologia e Liderança</b>
Ten-Cel Ézio de Melo Alvim .....	<b>Ciência e Técnica</b>
Ten-Cel Danilo da Cunha e Mello ..	<b>Candidatos à EsAO</b>
Maj Adyr Fiuza de Castro .....	<b>Engenhos-Foguetes e Satélites</b>
Maj Amerino Raposo Filho .....	<b>Doutrina Militar Brasileira</b>
Maj Leopoldo Freire .....	<b>Assuntos Diversos</b>
Maj Germano Seidl Vidal .....	<b>Candidatos à ECEME</b>
Maj Confúcio Pamplona .....	<b>Guerra Atômica</b>
Maj Dario Ribeiro Machado .....	<b>Nossas Guarnições Militares</b>
Cap-Ten Ayrton Brandão de Freitas	<b>Ed. Física e Desportos</b>
Cap Diógenes Vieira Silva .....	<b>Guerra Química</b>



# HISTÓRIA

## O estudo da história militar pelo candidato a oficial e oficiais dos diferentes postos

(Observações da Subdireção do Ensino da EME a uma Conferência do então Maj Humberto Castello Branco).

NOTA — Em 1940, como Subdiretor do Ensino da então EEMEx, fui levado a fazer estas observações.

Hoje, tomando conhecimento da orientação prescrita pelo EME para o ensino da História Militar na AMAN, achei oportuno republicar as observações de 1940, ainda cabíveis na meditação de problema de tão grande magnitude.

É sempre conveniente reafirmar que o ensino do futuro oficial deve ser limitado aos fundamentos essenciais de uma cultura que se desenvolverá passo a passo e que só atingirá o seu "climax" nos postos elevados.

GEN TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE

### OBSERVAÇÕES DA SUBDIREÇÃO DO ENSINO DA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR

A circunstância de terem as conferências do Major Castello Branco aproveitado aos oficiais alunos do Curso de Estado-Maior sugeriu a esta Subdireção a conveniência de despertar a atenção daqueles oficiais para algumas observações que, de há muito, devem ter ocorrido ao espírito dos estudiosos da História Militar.

A benevolência do Exmo. Sr. General Chadebec de Lavalade, Chefe da Missão Militar Francesa, desejou que essas observações aqui figurassem, em aditamento ao quadro que, em pinceladas nítidas, o conferencista nos deu da atuação de Caxias — Comandante-em-Chefe na Guerra da Tríplice Aliança.



Elas põem em evidência três ordens de questões que ainda não foram encaradas de maneira completa pelos nossos historiadores militares e que estão a exigir delas se cuide, sem tardança.

### IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA HISTÓRIA MILITAR E SUA SERIAÇÃO

Ninguém desconhece a importância dos estudos de História Militar na formação do Chefe e conseqüentemente o valor do método histórico na solução dos problemas militares.

Nos depoimentos dos grandes capitães encontra-se, quase sempre, a homenagem rendida à história das guerras passadas. As Escolas e os cursos militares dão a êsses estudos grande parte dos seus esforços.

Nesta Escola, é de monta o que se tem realizado de 1920 para cá. Do acêrvo de nossa biblioteca, podemos salientar: a Conferência inicial do General Gamelin sobre a estratégia de Napoleão; a campanha de 1851-1852 do então cap Genserico de Vasconcelos; as conferências — sínteses do General Tasso Fragoso sobre a Batalha do Passo do Rosário e a Guerra da Triplíce Aliança; essa verdadeira biblioteca que é o Cours de Strategie et d'Historie Militaire, legada pelo inolvidável mestre Coronel Derougemont; as brilhantes exposições do General Noel e de seus auxiliares sobre as campanhas napoleônicas e a guerra 1914-1918.

Essa vasta documentação compensa, de algum modo, a limitação que a escassez do tempo impõe aos estudos especiais de História em cada ano do curso. O seu manuseio pelos oficiais de Estado-Maior é uma necessidade, como obrigação e também como recreação.

Contudo, já é tempo de dar maior esforço aos estudos da História Militar, ampliando o desenvolvimento dos trabalhos anteriores.

Sabem os senhores que se estuda a História Militar desde os bancos da Escola ou Academia Militar até o Curso de Alto Comando.

Porém claro é que nos diversos escalões de estudo não se deve pretender a mesma finalidade.

No nosso entender e ampliando uma idéia de J. Colin em "Transformations de la Guerre", podem-se admitir quatro estágios para o estudo da História Militar:

Primeiro estágio — Elementar — destinado a dar apenas uma idéia geral:

- Dos fatos militares do passado;
- Da evolução da tática e do armamento;
- Da fisionomia dos combates modernos;
- Da natureza dos problemas magnos da organização do país para a guerra;
- Dos fundamentos dos atuais processos de combate.



Por outro lado, no estudo da História Militar Nacional há um aspecto de capital importância e que não deve ser esquecido neste estágio. É a educação patriótica do futuro oficial, pondo em relêvo o valor da raça, as virtudes do soldado brasileiro, isto é, visando a formação da tradição militar.

É o estágio da Escola ou Academia Militar. Estamos habituados a ver lamentável distorção nos programas da Academia, isto desde a época em que fui Diretor do Ensino Militar, no Realengo. Perde-se tempo com a História antiga e relega-se para plano secundário as campanhas nacionais. Chega-se até a querer fazer do cadete um historiógrafo, sem que tenha desenvolvimento cultural para fazer crítica. Daí os meus receios de que ao invés de despertar o gosto pelos estudos históricos provoque-se a ojeriza aos mesmo. É problema a ponderar.

Segundo estágio — O médio — destinado principalmente à análise dos meios e dos processos de combate nas guerras mais recentes e naquelas em que as condições particulares mais se assemelham aos casos de luta na América do Sul.

Corresponde ao estudo pormenorizado da Tática nos escalões inferiores ao da Divisão sempre à luz dos casos reais ou vividos.

É o que se processa no aperfeiçoamento da instrução dos oficiais e eventualmente em sua preparação para a matrícula na Escola de Estado-Maior.

Terceiro estágio — O superior — preocupando-se principalmente com a análise da ação do comando, o seu trabalho intelectual, os planos de operações, as idéias de manobra, as circunstâncias em que essa ação se desenrola, os resultados alcançados e, ao lado dos ensinamentos diretos colhidos do estudo de cada operação, apreendem-se os princípios e os processos adotados, a doutrina e o método.

É a esfera das cogitações do Curso de Alto Comando e do Curso de Estado-Maior; finalmente.

Quarto estágio — O do historiador propriamente dito — Este segue através das épocas as transformações de um elemento qualquer — o armamento, os processos, a doutrina, etc.; estabelece conclusões de ordem geral e prática; e fixa o sentido da evolução.

É certo que, nessa seriação, não há separações estanques absolutas. Os programas de cada estágio se interpenetram, têm pontos de contacto muito estreitos.

Decompondo o problema como o fizemos tivemos o escopo de acentuar em cada estágio a linha do maior esforço, de maneira a que sempre se distingua o principal, o essencial, do secundário.

Cremos que se deve ter muito tento nessa seriação, pois, o seu desenhamento por parte dos professores e a sua inobservância nos programas de ensino, são causas de fracassos e até de certo desprestígio do ensino da História Militar entre nós. Como seria, por exemplo, desa-



certado impingir-se aos cadetes da Escola Militar a análise pormenorizada dos planos de operações, dos planos de manobra das campanhas napoleônicas e da atuação do grande corso em tôdas as suas principais batalhas! Far-se-ia o cadete viver em ambiente de alta estratégia, quando no domínio da ciência militar mal engatinhava. Pôsto o estudo nesse plano elevado só haveria prejuízo para o ensino do essencial, do que interessa imediatamente ao futuro comandante de pelotão ou seção, o conhecimento dos meios de combate moderno e os fundamentos históricos dos atuais processos de combate, como procuramos definir para o 1º estágio dos estudos.

Se considerarmos o caso dos candidatos à matrícula no Curso de Estado-Maior, a mesma advertência se impõe. Muitos dêles terão se entusiasmado por estas conferências do Major Castelo.

É porém de convir que os aspectos considerados, muito à altura dos cursos de Estado-Maior e de Alto Comando, não estão na esfera do seu interesse imediato e conhecimentos atuais.

Para êles os estudos deveriam seguir um plano bem diverso destas conferências.

Conhecendo o desenrolar cronológico das operações, o ambiente moral, todo o acervo de exemplos de virtudes militares e os demais conhecimentos focalizados para o 1º estágio, o candidato fará maior esforço visando o conhecimento da fisionomia dos combates, do emprêgo das armas à luz dos regulamentos da época e comparados com as idéias modernas, do valor tático do terreno e de tôdas as circunstâncias que poderiam ter influído na batalha, etc.

Dêsse modo, respeitar-se-ia a regra da economia do esforço e se garantiria em cada curso o estímulo da novidade, fator do interesse e do bom êxito.

### A FORMAÇÃO MILITAR DE CAXIAS

Qual teria sido a influência da História Militar na formação militar do grande Chefe? Qual teria sido a formação militar de Caxias?

Para nós que nos preparamos pelo estudo e pela meditação, há o que aprender nessa indagação que ainda está por fazer-se.

Quanto ensino não brota da leitura de *Education Militaire* de Napoléon de J. Collin, de que o Exmo. Sr. General Noel nos fez aqui, há tempo, ótima síntese?

Pouco sabemos da formação de Caxias. Genseric de Vasconcelos nos dá notícia do programa da Academia Real Militar do Rio, fundada em 1819 e de que Caxias possuía os cinco primeiros anos. Vale a pena dizer-se que o 5º ano compreendia Tática e Estratégia, castramentação e fortificação de campanha e química e que os primeiros anos forneciam uma base científica.



Diz o autor citado: Caxias possuía, desde que se examine o programa que lhe guiou os estudos, a base de uma vasta cultura científica e profissional, alimentada em sua longa vida, pelo estudo e pelo trabalho.

Outro juízo imparcial e por isso valioso é o da Monografia da Campanha de 1851-1852, do Estado-Maior Argentino:

"Dotado de sólida instrução geral e profissional, respectivamente adquiridas no Liceu Imperial e na Academia Militar do Rio, fortaleceu e alargou essa preparação com a leitura meditada de boas obras profissionais."

Seria interessante que se indagasse da influência da doutrina napoleônica na formação militar de Caxias e se, em sua época, já eram conhecidas as "Correspondências de Bonaparte", as obras dos seus comentadores, principalmente de Clausewitz e o que se fazia no Exército alemão para a preparação do Estado-Maior e do Comando sob a direção de Scharnhorst, Willesen e Clausewitz.

Na obra do Sr. General Tasso Fragoso, encontramos indícios de que Caxias estava a par do que se escrevia no domínio da arte militar.

Em carta a Mitre, respondendo à Memória deste a respeito das operações em torno de Humaitá, Caxias comenta acontecimentos da Guerra da Secessão, utilizando-se da obra de Roussillon-Puissance Maritime des Etats Unis.

Uma busca nos arquivos e nas bibliotecas da época nos darão o fio dessa formação e uma das razões porque tanto acatamento merecia a opinião do grande chefe, toda vez que um conselho ou uma atuação devessem salvar uma situação difícil.

## O ESTADO-MAIOR DE CAXIAS

Aos oficiais de Estado-Maior deve ser grato saber qual teria sido a cooperação do Estado-Maior nas decisões e atuações de Caxias.

Que era o Estado-Maior na época e qual o seu valor?

O corpo de Estado-Maior já existia há muito tempo, mediante uma formação científica aprofundada (Regulamento da Escola Militar de 1845). Porém não tínhamos organizado o Estado-Maior propriamente dito para a paz e para guerra.

Ensina-nos sempre Genserico de Vasconcelos, que uma lei de 1851 criou repartições do ajudante general, quartel mestre general e secretário militar para o Exército do Rio Grande do Sul, cujas atribuições correspondem às atuais dos nossos Estados-Maiores em campanha.



Cabe ao primeiro Ministério Caxias lançar as bases, o embrião do atual Estado-Maior do Exército, criando em 1857 a Repartição de Ajudante-Geral do Exército, como lhe coube em 1851 instituir pela primeira vez o cargo de Chefe de Estado-Maior em campanha.

É curioso anotar os nomes dos oficiais que serviram no Estado-Maior de Caxias, tanto em 1851/52 como em 1866/68: Miguel de Frias, José Mariano de Matos, Albino de Carvalho, Lassance Cunha, Gama Lobo D'Eça, Fonseca Costa, José Carlos de Carvalho, Rufino Enéas Galvão, Madureira, etc. E sobretudo convém destacar João de Souza da Fonseca Costa, que, ajudante-de-ordens de pessoa na guerra 1851/52, será o Chefe do Estado-Maior de Caxias e continuará sendo o do Conde d'Eu.

Quanto valor não terá tido a colaboração do Tenente, do Coronel e do Brigadeiro Fonseca Costa — o homem de confiança de Caxias — na atuação do Comandante-em-Chefe?

Diz ainda Genseric de Vasconcelos: "Se o nosso Estado-Maior não foi o que nós pensamos atualmente de um tal órgão, êle era coevamente tão bom quanto os melhores e possuia superioridade incontestável, no ponto de vista da organização e da capacidade pessoal, sobre os dos Exércitos aliados e dos que iam combater".

---

## COLABORADORES DA REVISTA

Como nossos leitores facilmente compreenderão, uma Revista não pode alcançar um sólido prestígio somente com os bons propósitos de seus Diretores. O pessoal da Direção de A DEFESA NACIONAL, limitado a seus próprios esforços, não pode fazer uma revista de primeira qualidade.

Sem colaboradores, sangue e seiva de uma Revista, nenhuma publicação pode subsistir. Se em alguma oportunidade, leitor amigo, realizou algum trabalho que julga de importância ou útil aos companheiros, faça-o conhecer. Não o guarde somente para si. Reveja-o, dê-lhe um título apropriado e nos remeta. Tenha certeza que apreciaremos devidamente seu esforço e o faremos publicar, se estiver de acôrdo com os princípios que norteiam nossa Revista. Terá, assim, prezado companheiro, a satisfação moral de haver contribuído com seu esforço para engrandecimento de A DEFESA NACIONAL.

Pede-se endereçar ao Diretor-Secretário de A DEFESA NACIONAL (Ministério da Guerra — Ala Visconde da Gávea — Rio — Estado da Guanabara) quaisquer sugestões sobre esta Revista, assim como trabalhos que forem julgados adequados à publicação neste mensário.





## ASPECTOS GEOGRÁFICOS E MILITARES DA FRONTEIRA MARÍTIMA DA 10ª RM

Ten-Cel JOÃO PERBOYRE DE VASCONCELOS FERREIRA

(Diplomado pela ECEME)

### INTRODUÇÃO

A guisa de abertura para a compreensão do problema proposto — o litoral do território da 10ª RM — achamos plausível apresentar em resumo uma conceituação sobre o litoral, que há de servir de “background” sobre o qual debuxaremos o quadro principal.

Em termos singelos, o litoral é a linha hipsométrica básica, à qual é dado o valor convencional de 0m ou altitude de 0 metro.

Seria melhor dizer uma zona que compreende a costa, a praia, o terraço submarino, que precede o planalto continental, como uma plataforma de abraço mais ou menos extensa, segundo a idade da costa.

Richthofen admitiu que a faixa costeira fôsse não somente o resultado da interação do mar sobre a terra e da terra sobre o mar nas suas lutas diárias como também a consequência da estrutura do “hinterland”.

Por esta razão, êle não seria considerado um capítulo de geografia independente do relêvo e passava a ser uma modalidade dêste relêvo, isto é, o ponto em que o relêvo é cortado pelo nível do mar.

É em função do relêvo que deve ser estudado o litoral.

A fisionomia do litoral é determinada por fenômenos de ordem destrutiva, como a erosão e de ordem construtiva, como os aluviões.



Embora os agentes dinâmicos que determinam a erosão e os aluviões sejam mais impressionantes à primeira vista, são condicionados pela plástica continental que serve de campo de ação a esses agentes e aos próprios movimentos negativos e positivos do mar. Onde o destaque dos fenômenos de ordem tetônica responsáveis pelo relêvo.

Interpretação — A forma chata e regular de nossa orla litorânea prova uma elevação resultante dos agentes dinâmicos externos e recuo do mar, porque, se assim não fôsse, ofereceria recortes mais pronunciados, amoldando-se à estrutura geo-tetônica.

A influência do relêvo, portanto, é pouco pronunciada, e nosso litoral se aproxima do tipo "atlântico de Suess".

É uma base arqueana com sedimentos horizontais formando planícies baixas, povoadas de mangues, ou com dunas e barreiras, não representando esses acidentes o relêvo continental e, sim, longo processo de retificação resultante dos agentes dinâmicos; erosão, abrasão e aluvião.

Pertence como um todo ao tipo que Richthofen denominou de *Ausgleichsküste* — costa de conformação e de retificação, — em que o trabalho aluvionar e erosivo é de entulhar aberturas, atacar as saliências e estabelecer a igualdade sob a forma de linha reta.

Assim, dos cerca de 1.300 km do litoral regional, apenas o golfo maranhense, com seus 237 km de contôrno, oferece um hiato à monotonia retilínea da costa, bordada, ao norte, com mangues, estuários de rios e riachos que se lançam ao mar.

Segundo a classificação de Delgado de Carvalho, adotando o critério geológico, temos:

- Costa quaternária do Norte terrigênea, de arrastamento em regressão — Do Gurupí ao golfo Maranhense;
- Costa terciária com intrusões graníticas caracterizada por barreiras, dunas e recifes, no restante do nosso litoral regional.

Diga-se de passagem que as barreiras, embora sejam uma ocorrência do litoral desde Espírito Santo ao Pará e do rio Amazonas adentro até Iquitos, são acidentes de vulto apenas entre Paraíba e Espírito Santo, fora, portanto, do campo de nosso estudo.

Paralelometria — A área do território da 10ª RM faz face ao Atlântico numa frente de 1.300 km, aproximadamente, o que para uma área de 740.000 km<sup>2</sup>, à razão de 1 km de costa para 560 km<sup>2</sup> de território. Esta relação é inferior à do Brasil que é de 1/923. Embora seja ponto pacífico que a relação entre a extensão costeira e a superfície seja por demais vaga para o capítulo das conclusões, pode-se afirmar que é um litoral medianamente articulado. A Europa, para se ter um índice comparativo, tem 1 km de costa para 289 km<sup>2</sup>, — um litoral fortemente articulado.







A corrente de Bengala, que é originária do Oceano Glacial Antártico, lança, por sua vez, a Equatorial Sul, quando se esbate na plataforma continental do Brasil, na altura do cabo São Roque, lançando a corrente Brasil para o sul e para o norte uma onda maré oceânica que Alfredo Lisboa calcula em 62 km de velocidade por hora. Esta corrente penetra nas baías e interior entre Maranhão e Guianas, já amortecidas, determinando, por exemplo, as altas preamares do Maranhão, por impacto oriundo da mudança de sentido das correntes naquela região.

**Estudo por faixa** — Para nosso estudo, estabelecemos 11 trechos ou faixas de litoral.

No 1º trecho a costa é coalhada de ilhas e bancos de areia com canais que conduzem aos ancoradouros dos estuários, dos rios. Os acidentes de destaque são a foz do Gurupi, as ilhas de São João, a Baía de Turinana e a Ponta de Itacolomi.

Juízo conclusivo sobre a faixa Gurupi-Itacolomi:

- Feições: Ilhas e estuários,
- Praias: Cobertas de vegetação
- Emprêgo: Bons ancoradouros
- Acesso difícil
- Zero articulação
- Zero objetivo

2º trecho — Segue-se o golfo Maranhense, com 237 km de contorno, dentro do qual se destaca a Ilha de São Luís, com 1.200 km<sup>2</sup>. O golfo é um desaguadouro de rios da chamada Mesopotâmia Maranhense.

A Ilha de São Luís é uma ilha marginal engastada, resultado do isolamento de uma área continental pelo canal do Mosquito.

O porto de São Luís fica situado a NW da ilha. É um porto que possui um ancoradouro de 6 metros nas águas mínimas e um canal de acesso nas mesmas condições de 4.30 e 5.00.

— Amplitude máxima da maré: 7.80.

Possui um cais acostável para barcas, proporcionando na preamar 2m,5 de profundidade, isto é, calado para pequenos navios.

Hoje, se está construindo o porto de Itaqui, a 48 km de São Luís.

Já possui um cais acostável da ordem de cem metros. Sua profundidade nas marés baixas é de 22 metros. Está em cogitação a construção de uma ponte ligando a região do porto à ilha. Com essa construção, o porto novo ficará a 8 km de São Luís.

Juízo conclusivo sobre o trecho: Golfo Maranhense:

- Feições: Golfo
- Praias: Boas
- Emprêgo: Ótimo ancoradouro
- Ótimo acesso
- Ótima articulação
- Objetivo: São Luís



**3º trecho** — Ilha de Santana — Mangues Verdes.

Da Ilha de Santana a Mangues Verdes é baixo e coberto de mangues.

Juízo conclusivo sobre o trecho:

- Feições: Mangues
- Praias: Cobertas de mangues
- Emprêgo: Zero ancoradouro  
Acesso franco  
Zero articulação  
Objetivo: BR 22?

**4º trecho** — Mangues Verdes — Rio das Preguiças.

De Mangues Verdes em diante surgem as dunas.

É a chamada região de "lençóis".

Juízo conclusivo sobre o trecho:

- Feições: "Lençóis" — Dunas
- Praias: Boas
- Emprêgo: Bom ancoradouro  
Bom acesso  
Articulação fraca  
Objetivo: BR 22 e Caxias?

**5º trecho** — Rio das Preguiças — Parnaíba — Destacam-se:

- a barra do Rio das Preguiças com fundeadoiro externo de 7 metros e interno de 5 metros, sendo o canal de acesso, na preamar, de 4 metros;
- a barra de Tutóia profundidade de 9 metros e um canal de acesso de 5 a 12 metros, tudo em águas mínimas.

Existe, entre o pôrto fluvial de Parnaíba e o pôrto de Tutóia, um serviço de alvarengagem mantido por 3 emprêsas.

- O delta do Parnaíba, com 6 barras.
- O ancoradouro de Luís Correia, sobre o braço mais de Este do Parnaíba — o Iguaçu, permite um calado até 4 metros.

No entanto o canal tem a profundidade, em água mínima, de 1 metro a menos. A amplitude máxima da maré é de 4m,36.

Juízo conclusivo sobre o trecho:

- Feições: Dunas e delta
- Praias: Boas
- Emprêgo: Bom ancoradouro  
Bom acesso  
Boa articulação  
Objetivo: Teresina ou desbordamento pelo Sul.

**6º trecho** — Parnaíba — Camocim.

A costa que se segue é baixa, retilínea, dunosa. O mar é pouco profundo, com baixios extensos.



No litoral cearense, o primeiro acidente de importância é o ancoradouro de Chaval, na barra do Timonha, com 4 metros de canal na preamar e um ancoradouro de 5 a 7 metros na baixa mar.

Prosseguindo o mesmo tipo de costa, vamos encontrar, na barra do Coreau, o porto de Camocim. O ancoradouro externo com 10 metros de profundidade em águas mínimas e um canal de 7 metros nas mesmas condições. O ancoradouro interno, em frente à cidade, com 5 metros, e o canal de acesso de 2 metros. Não tem cais acostável. Mas há dois trapiches para atracação dos navios.

Juízo conclusivo sobre o trecho:

- Feições: Dunas
- Praias: Boas
- Emprêgo: Bom ancoradouro
- Acesso razoável
- Articulação regular
- Objetivo: Sobral

**7º trecho** — Camocim — Aracati Mirim.

Contornando para leste, vamos encontrar a ponta de Jericoacoara e, além desta, o porto de Acaraú com um ancoradouro externo de 6 metros e acesso franco e interno de 1 metro, com 0,70 para o canal de acesso.

Juízo conclusivo sobre o trecho:

- Feições: Dunas
- Praias: Boas
- Emprêgo: Bons ancoradouros
- Acesso razoável
- Articulação regular
- Objetivo: BR 22

**8º trecho** — Aracati Mirim-Mundaú.

Entre os rios Aracati Mirim e Aracati Assu e da ponta de Patos a Mundaú, a linha de costa é bordada de recifes, a meia milha do litoral.

Juízo conclusivo sobre o trecho:

- Feições: Recifes — dunas
- Praias: Boas
- Emprêgo: Zero ancoradouro
- Acesso impedido
- Articulação regular
- Objetivo: BR 22

**9º trecho** — Mundaú — Fortaleza.

Para o leste, encontramos Fortaleza e o Porto de Mucuripe.



O acesso é franco. O ancoradouro é 7 ½ metros na baixa mar e a amplitude da maré 3m,30. É dotado de cais acostável de 410 metros, sendo 170 para 6m,60 de calado, 150 metros para 5m,30 de calado e 90 metros para 2m,30. É dotado de 4 guindastes a vapor.

Possui armazém com capacidade para 20.000 m3.

Juízo conclusivo sôbre o trecho:

- Feições: Dunas
- Praias: Boas
- Emprêgo: Bom ancoradouro
- Acesso franco
- Articulação ótima
- Objetivo: Fortaleza

**10º trecho — Fortaleza-Jaguaribe.**

A partir de Fortaleza, a costa se conserva com o mesmo aspecto, sem ancoradouros de nota.

Juízo conclusivo sôbre o trecho:

- Feições: Dunas
- Praias: Boas
- Emprêgo: Ancoradouros inexpressivos
- Acesso franco
- Articulação franca
- Objetivo: BR 13

**11º trecho — Jaguaribe — Tibau.**

A barra do Jaguaribe, que materializa o pôrto de Aracati, é quase totalmente obstruída por bancos de areia; o ancoradouro externo tem 7 a 10 metros de profundidade.

O canal, para o interior do rio, tem a profundidade mínima de 0m,60, para uma amplitude de maré de 2m,40.

O ancoradouro interno do rio tem cêrca de 5 metros.

Segue-se o mesmo aspecto, apresentando a ponta de Jaburona a de Cajuás. A presença das barreiras neste trecho é evidente, inclusive o morro de Tibau avermelhado, que serve de limite entre os dois Estados.

A costa é elevada. O recife borda a pequena distância e, por fora dêste, o banco de Cajuás, entre Cajuás e Tibau.

Conclusivamente temos:

— um litoral acessível em quase tôda a extensão, exceto pequenos trechos de mangues ou com bordadura de recifes;

— Os ancoradouros e os portos são os acidentes mais importantes para o estudo militar.



Juízo conclusivo sôbre o trecho:

- Feições: Dunas — Barreiras
- Praias: Boas
- Emprêgo: Ancoradouro bom  
Acesso bom  
Articulação ótima  
Objetivo: Aracati e Rodovia Aracati-Mossoró (federal).

### ESTUDO PANORÂMICO DA REGIÃO

O invasor do mar, se tal lhe permitisse a visão, descortinará assim o território da 10ª RM:

Entre a foz do Gurupi à ponte de Itacolomi:

Matas densas, tipo Amazônico, sem estradas para o "hinterland". Divisará muito ao longe os chapadões divisores de água dos rios Gurupi e Pindaré que toma os nomes locais de serra de Piracabu e Gurupi e as elevações que dividem as águas entre Pindaré e Grajaú e seus formadores.

Ficaria desencantado pela ausência de qualquer objetivo militar ou político.

Na Mesopotâmia Maranhense, descortinaria os campos e cocais por entre os quais correm as estradas dos rios Pindaré, Grajaú, Mearim e Itapecuru e o traço forte da BR 21 e BR 22 e da E F São Luís-Teresina.

Saberia por certo da possibilidade de navegar: no Pindaré até Pindaré-Mirim; no Grajaú, no período de chuvas, até Grajaú; no Mearim, até Pedreiras (871); no Itapicuru, até Caxias (826).

Nada o convidaria a adentrar-se pelo território, quando só mesmo São Luís é objetivo político-militar e que controla toda a zona.

As BR 21 e BR 22 e a E F São Luís-Teresina seriam um convite para um prosseguimento para o leste.

E lá no fundo a Serra Negra e a chapada de Mangabeiras apareceriam como marcos sem vida e desligadas da zona ecumênica do Estado.

Mais a leste, o litoral inóspito de mangues não o ajudaria na escolha. Na região de "lençóis", a oeste do Rio das Preguiças, inicia-se o espetáculo das dunas. Há alguma possibilidade para o interior por trilhas primitivas que quebram, através de campos e cocais, o isolamento primitivo.

Desembarcar para avançar para o sul? Por onde? Por quê? BR 22 e Caxias?

Haveria linhas de acesso mais expeditas.



Veria Tutóia, um pôrto do Maranhão, e um ponto de suprimento para a sua marinha. Parnaíba o tentaria se não fôsssem as limitações de Luís Correia, ou, talvez, associasse Parnaíba a Tutóia.

Deparárá com o Rio Parnaíba.

Admiraria o rio. Poderia navegar nêle até Uruçuí no sul do Estado, mas o sistema BR 8, BR 22 e BR 52 pareceria uma escolha mais acertada. Falam mal do rio cheio de bancos e de difícil navegação. Mas isto é um problema contornável com a 5ª coluna. Eles conheceriam bem o rio.

Veria os campos e os cocais e os agrestes numa fisionomia de transição, plantados no plano inclinado que a Serra Grande arranhou para jogar água no Parnaíba.

E para que desembarcar aqui? Alcançar a BR 22 e seguir para leste?

Com a barreira da Serra Grande com quatro portas (Chaval-Tianguá-Poty e Campos Sales) das quais só Tianguá seria praticável, através da BR 22. Melhor desembarcar mais à leste, se êle quer mesmo é apossar-se do Promontório Nordeste.

Se êle quiser Teresina, está certo. Para que Teresina? Objetivo político modesto e uma linha de comunicações com o mar, complicada. É verdade que fecharia Maranhão e estaria no centro ecumênico do Piauí — 350 km de Parnaíba e 350 km de Oeiras.

Mas parece que não é esta a solução boa. Só se pretende rolar pela BR 52 abaixo e desbordar o promontório pelo sul.

Do litoral cearense êle sentiria a compartimentação da terra em duas faixas nítidas:

— entre a Ibiapaba e o espinhaço de granito de Baturité que continua com ligeiras interrupções pela serra do Machado, Santa Rita e Pedra Branca, etc.

Do outro lado, a planície jaguaribana.

No primeiro compartimento, a grande ilha de pedra da Serra de Uruburetama, enquanto a Meruoca apareceria como um bastião, face a Sobral.

Sentiria o traçado da BR 22 com o destino ligado ao litoral; a transversal ferroviária Fortaleza-Sobral e a penetrante a Crateús.

A caatinga garranchenta completaria o quadro paisagístico.

Sobral lhe salta os olhos com um nó rodo-ferroviário e para êle isso quer dizer também Camocim na sua mão, para não sentir-se sem apoio de além-mar.

Prosseguir para o sul?

O sistema rodoviário não o ajudaria, a não ser que o compensasse objetivo militar e político adequado.

O jeito é seguir para leste.



Correria a vista de olhos em Fortaleza que irradia estradas irrigando todo o interior. A BR 13 chama-lhe a atenção como um acesso ao Promontório ou, se quisesse, uma diversão sobre Pernambuco.

Poderia ser indeciso, isto é, fazer hipóteses.

Tantos caminhos — BR 13, trecho estadual ligando BR 13-Aracati, trecho federal ligando Aracati-Mossoró, BR 53 e BR 23.

Esta indecisão, como sempre, é um sinal de sobra, de riqueza.

Ele examina a situação da cidade e pensa que os seus defensores, para continuar na missão de flanquear o Promontório, têm que retrair sobre a BR 13. Porque a missão natural da região é ser flanco do Promontório. Retrair para o interior que não tem roçadas condignas (exceto a BR 23) é refugiar-se não é retrair no sentido militar.

Pensa longemente que poderão os defensores ir para o Cariri, fundo de palco, para um 2º ato quando não houver mais intenção de defender o Promontório ou pensa no Cariri como uma área de suprimento, talvez.

Descortina a rota natural do Jaguaribe, estradas abertas no flanco do rio, caminho de penetração para o sul e leste.

E associa a idéia, a Aracati, como ponto de desembarque, para pisar dentro do terreno já ligado ao Promontório, permitindo cobrir-se face a oeste, no Jaguaribe.

Sente muito bem que Aracati é a melhor maneira de realizar a sua manobra face ao objetivo Promontório e admite Fortaleza, com seu aeroporto e importância política, um alvo diversional interessante. E o inimigo pensa muito em silêncio como fazer tudo isto.

### CONCLUSÃO PARCIAL

Desta visão panorâmica do Promontório, com o exame perfunctório feito pelo invasor, fica ressaltada a existência de três regiões geomilitares na 10ª RM, compartimentadas: "pela chapada de Ibiapaba, Cariris Novos, Piauí, Tabatinga e Mangabeira" e "pelo Rio Jaguaribe".

— A região Maranhão-Piauí, geopoliticamente mais ligada à Amazônia do que ao Nordeste e funcionando militarmente como um bastião recuado do Canal do Panamá.

— A região do Ceará, ligada geopoliticamente ao Nordeste Oriental e funcionando como um flanco de proteção ao Promontório nordestino.

— A região do Aracati ligada por missão e geografia à 7ª RM, que tem no Jaguaribe a barreira natural contra quem investisse de oeste.



## CONCLUSÕES FINAIS

Definidos êsses pontos, resta-nos, à guisa de conclusões, estabelecer:

a) Quanto à natureza:

— O litoral do território da Região é francamente acessível;

b) Considerando as articulações com o interior, tendo em vista o desembarque e prosseguimento para o interior, ressaltamos de importância os portos de São Luís, Camocim, Fortaleza e Aracati;

c) Quanto à posição geográfica, face à missão natural do Nordeste — “flanquear o promontório” — Fortaleza e Aracati ganham destaque;

d) Que para um inimigo, com domínio sobre o mar, as ações sobre Maranhão e Piauí devem estar mais intimamente ligadas às operações na zona do Canal, do que aquelas em torno do Promontório, mesmo que êle se restrinja a simples estabelecimento de bases aéreas e navais ou de suprimento, sem ações em profundidade;

e) Que, para um inimigo com domínio sobre o mar, as ações sobre o Ceará devem estar mais intimamente ligadas às operações em torno do Promontório, embora possam ser apresentadas como simples estabelecimento de bases aéreas, navais ou de suprimento, sem repercussão em profundidade;

f) Que, para um inimigo sem domínio sobre o mar, portanto capaz de realizar “Comandos e ações secundárias”, qualquer ponto do litoral poderia ser objeto de desembarque, dependendo da finalidade dessas ações:

Poderiam ser essas finalidades:

— Coleta de informações;

— Destruir objetivos importantes (por exemplo aeroportos);

— E de inquietação.

De qualquer forma, elas não poderiam durar e, portanto, adentrar-se no território.

É provável, contudo, que os objetivos que encerrem aeroportos, organizações portuárias ou localidades com alto índice de quinta coluna tenham a sua preferência.

Para o caso de aeroportos e portos, teríamos:

— São Luís;

— Fortaleza.

Para o 2º caso (quinta coluna), por ser assunto restrito, deixamos em aberto.



Em resumo:

— Ações de envergadura

Devem recair sobre São Luís, Fortaleza e Aracati, dependendo do objetivo a que se proponha o inimigo.

— Ações secundárias:

São Luís — Fortaleza.

— Esporadicamente:

Qualquer localidade do litoral, para inquietar, dar apoio moral à quinta coluna, sem intenção de durar.

---

Tôda correspondência, destinada à publicação em A DEFESA NACIONAL deverá ser remetida para: Diretor-Secretário de A DEFESA NACIONAL — Ministério da Guerra — Ala Visconde da Gávea — Rio de Janeiro — Estado da Guanabara.

Os originais deverão estar datilografados, espaços duplos, de um só lado do papel e acompanhados de gráficos necessários. Estes deverão ser a tinta nanquim e conter as indicações indispensáveis à identificação com o texto do artigo que ilustram.

Todo artigo que, por sua extensão, deva ser publicado em vários números solicita-se que seja remetido completo a fim de que se possa iniciar sua publicação.



# LAOS

Este artigo localiza apenas a importância estratégica do Laos, sem considerar os aspectos políticos, internos ou externos do país. Alinha, de forma sumária, alguns dados geográficos julgados de interesse para aqueles que acompanham os acontecimentos que ali se vêm desenvolvendo há alguns meses.

(Condensado da Revista "Infantry", pelo Ten-Cel Celso dos Santos Meyer.)

## GENERALIDADES

O Laos é um pequeno país asiático sem comunicação direta com o mar; seu território é aproximadamente igual ao do Estado de S. Paulo e sua população é de cerca de 1 milhão e 700 mil habitantes. Esses habitantes, em sua quase totalidade, ignoram ou são completamente indiferentes à situação internacional do país.

A exploração de recursos naturais é praticamente inexistente e, até bem pouco tempo, a projeção do país nos assuntos de caráter internacional era insignificante. Atualmente, entretanto, o Laos adquiriu considerável importância estratégica em consequência de sua localização geográfica, uma vez que tem fronteiras com a China, a Tailândia, Burma, Cambódia e com os dois Vietnam, do norte e do sul.

## RELEVO

O território do Laos é, em sua maior parte, constituído de montanhas; a principal cadeia de montanhas cobre quase dois terços do país. São montanhas irregulares e escarpadas e seus picos atingem a 2.500 m, no norte, e a 1.500 m, no sul. Existe, ainda, duas regiões mais ou menos planas e de extensão considerável, os planaltos de Boloven e de Tran Nink, além dos vales dos dois principais rios. O rio Mekong é o único grande rio do país; numa extensão de 800 km, serve de fronteira com Burma e a Tailândia. Na estação seca, esse rio tem apenas 50 cm de profundidade, enquanto na época das chuvas suas águas atingem a 6 m. O Mekong tem inúmeros tributários que correm de oeste e do sul; o maior deles é o Hau que atravessa o centro da parte norte do Laos. As terras baixas, ao longo desses rios e seus afluentes, são as mais densamente povoadas e, também, as mais cultivadas de todo o país. As regiões montanhosas são cobertas por densas florestas, das quais é extraído o principal produto de exportação do Laos, a teca. Nas partes baixas, a selva tropical e densa é virtualmente intransponível, a não ser pelo homem a pé.



## CLIMA

No Laos há apenas duas estações, uma seca (de novembro a março) e outra chuvosa (de maio a setembro). Durante esta última, a média pluviométrica mensal é de 280 mm, enquanto na estação seca não vai além de 10 mm. A humidade é grande e constante. As mais altas temperaturas verificam-se em março, com variações desde 20 até 35 graus centígrados. O mês mais frio é janeiro, quando as temperaturas variam de 10 até 25 graus centígrados. Em algumas partes dos altos planaltos, a temperatura é bem mais fria durante todo o ano e, nas montanhas mais altas, tem ocorrido até neve.

## TRANSPORTE

Não existe ferrovias no Laos. Há, entretanto, uma terminal ferroviária na Tailândia, do outro lado da fronteira e justamente em frente à capital laosiana, Vientiane. Essa ferrovia é muito utilizada para o transporte de carga até Bangkok.

Não existe, também, estradas de rodagem pavimentadas. O total de quilômetros de estradas não está determinado com precisão e varia, conforme a fonte de informações, de 1.500 a 3.500 km. O único trecho contínuo de estrada é o que liga as duas capitais, isto é, a capital oficial, Vientiane, e a capital dos reis, Luanga-Prabanga.

As estradas são abertas dentro da selva e nas montanhas, o que as torna bastante precárias e sujeitas a constantes interrupções, além de serem estreitas e tortuosas. Durante a estação chuvosa, a maioria das estradas fica impraticável e, mesmo na estação seca, apenas algumas suportam o tráfego de viaturas de 2,5 toneladas nos dois sentidos.

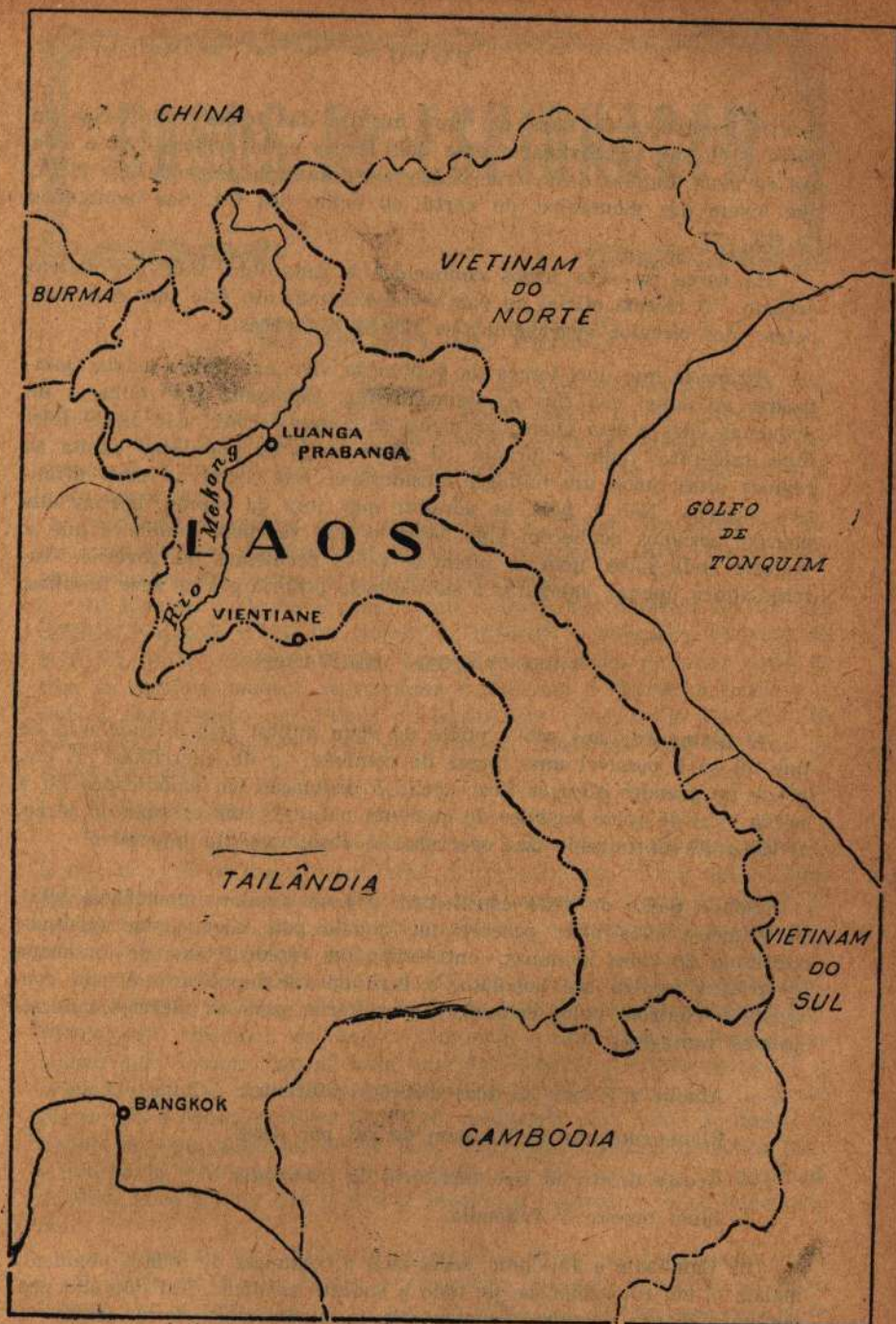
Existe várias pistas de pouso que, em geral, nada mais são do que simples clareiras. Apesar disso, o melhor meio de transporte do país ainda é o avião. Uma pequena companhia de aviação faz a ligação da capital com os países vizinhos, utilizando aviões do tipo DC 3 (bimotores) e DC 4 (quadrimotores).

O rio Mekong é navegável, mas a existência de corredeiras e quedas de água obriga a inúmeros transbordos durante o seu percurso. Seus afluentes permitem, na estação chuvosa, a navegação em pequenas canoas nativas. Todos os rios, nessa época, estão sujeitos a inundações rápidas, o que limita, ainda mais, a sua utilização. Todas as pontes, com exceção das que existem sobre o rio Mekong, não suportam o tráfego de veículos pesados.

## CIDADES

As duas principais cidades do Laos são Vientiane, onde se encontra a sede do governo, e Luanga-Prabanga, a capital dos reis. Essas duas cidades possuem energia elétrica e são apenas "as maiores" quando comparadas com as demais existentes no país, havendo ainda uma outra que também possui energia elétrica. Vientiane tem uma população de 60 mil habitantes e constitui o maior agrupamento humano do país.







## POVO

Os habitantes do Laos são uma mistura das tribos migratórias do norte e do sul. Aproximadamente dois terços é de origem TAI e fala um ou mais dialetos dessa tribo. A grande minoria descende dos MEA, que vivem nas montanhas do norte, ou então dos CA, das montanhas do sul.

Há cerca de sete tribos conhecidas e cada uma fala um dialeto próprio. O idioma oficial do país é o LAO, mas até este tem dois alfabetos; nos círculos governamentais fala-se o francês.

Estima-se que dois terços da população vive nas terras baixas, localizadas ao longo dos rios e, assim mesmo, espalhada por milhares de pequenas vilas e sem quaisquer meios de comunicações; não existe telefone, telégrafo, rádio e jornais. O outro terço da população habita as regiões altas, onde um número considerável vive ainda na mais primitiva miséria. Não é, pois, de admirar que, fora da capital, apenas uns poucos laosianos conhecem algo sobre o que vai pelo mundo e que a maioria nada saiba, nem se interesse pelos problemas do governo. Interessa-lhes, apenas, assegurar a subsistência própria e a de suas famílias.

## OBSERVAÇÕES MILITARES

O exame do Laos sob o ponto de vista militar leva à conclusão de que ali só é possível uma forma de combate: o de guerrilhas. E emprego de grandes efetivos fica sujeito à dizimação em emboscadas ou à perda total de apoio logístico de qualquer natureza com exceção do aéreo. O controle centralizado das operações é absolutamente impossível.

Sob o ponto de vista estratégico, o Laos assume importância vital. A primeira vista pode parecer que aquele país não merece qualquer sacrifício de vidas humanas; entretanto, um rápido exame de um mapa geográfico mostra, de imediato, o erro de tal suposição. A sua conquista e controle pelos comunistas resultaria, para os mesmos, nas seguintes vantagens:

- Ataque a Burma de duas direções diferentes: China e Laos.
- Flanqueamento do Vietnam do sul por oeste.
- Acesso direto ao rico território da Cambódia.
- Idem quanto à Tailândia.

Da Cambódia e Tailândia, seria fácil a conquista de toda a península malaia e, em consequência, de todo o sudeste asiático. Tal domínio proporcionaria-lhes recursos inumeráveis e, ainda mais, livre acesso ao oceano através de várias e excelentes regiões portuárias.



# CASOS DE ESPIONAGEM

## OS ESPIÕES DE MOISÉS

... E o Senhor disse a Moisés: "Envie seus homens para que eles reconheçam a terra do CANAÃ..." Moisés assim o fez, dizendo-lhes:

— Subam à montanha e vejam a terra que tal é; examinem sua natureza, se é rica ou pobre; se possui bosques ou não; e tragam-nos o fruto dessa terra.

Verifiquem, também, se os homens que a habitam são fortes ou fracos e em pequena ou grande quantidade; e informem, ainda, como vivem os habitantes, em tendas ou cidades fortificadas."

Os homens partiram e percorreram a terra, dos desertos de ZIN até REHOB e depois HAMATH; foram a HEBRON e chegaram ao vale de ESHCOL, onde colheram romãs, figos e alguns cachos de uvas. Após 40 dias de reconhecimentos, regressaram e disseram a Moisés, a Aarão e a toda a congregação dos Filhos de Israel, dos desertos de PARAN até KADESH, o que haviam visto em CANAÃ, mostrando-lhes, também, os frutos da terra.

A Moisés disseram:

— "Fomos à terra que mandaste e é certo que lá abunda o leite e o mel; aí estão os frutos dessa terra. Entretanto, seu povo é forte e suas cidades são grandes e protegidas por altas muralhas. Vimos os filhos de ANAK; são gigantes descendentes de gigantes e sentimos, na sua presença, como se fôssemos gafanhotos."

A história dos doze espiões de Moisés é mencionada no Velho Testamento (XIII): Moisés, em seu êxodo do EGITO, após atravessar o Mar VERMELHO, acampou no deserto. Seguindo a orientação do Senhor, escolheu doze homens, um de cada uma das tribos dos Filhos de Israel, ordenou-lhes que reconhecessem CANAÃ, a terra prometida. O grupo partiu sob a chefia de Osee Ben Nun, conhecido pelo nome de Josué, e, depois de uma ausência de 40 dias, regressou, informando sobre tudo o que havia visto na terra "onde abundava o leite e o mel" e recomendando-a como a terra que o Senhor destinara a Abraão e seus descendentes.

A localização do moderno e progressista Estado de Israel seria outra e a história do Oriente Médio se escreveria de modo diferente, se outro tivesse sido o resultado da missão atribuída por Moisés aos seus doze espiões.

(Traduzido do livro SPIES WHO CHANGED HISTORY — Kurt Singer pelo Ten-Cel Celso dos Santos Meyer).



**A DEFESA NACIONAL**

(Fundada em 10 de outubro de 1913)

- 1 — Reestruturando sua Seção de Anúncios, "A DEFESA NACIONAL" espera a colaboração de todos aquêles que tenham interesse em tornar conhecidos seus empreendimentos, particularmente no seio das Forças Armadas.
- 2 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
  - a) ela circula em todos os Estados do Brasil e Países da América do Sul;
  - b) seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes;
  - c) depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica, é colecionada por todos, o que não acontece com a maioria das revistas;
  - d) vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 3 — Se sua existência, de quase meio século, não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A DEFESA NACIONAL" ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

**AVISO N. 99**

Tendo em vista que "A DEFESA NACIONAL" vem cooperando, ininterruptamente, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, apraz-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(a) Gen Canrobert P. da Costa



# ASSUNTOS DIVERSOS

## I — O LIVRO DIDÁTICO PARA O INSTRUENDO MILITAR

Major TAUNAY DRUMOND COELHO REIS

Todo cidadão tem capacidade autodidata, maior ou menor, variável com o temperamento, treinamento e antecedentes. Há muita gente que aprende mais a sós, lendo, relendo, meditando, que numa sala de aula ou sessão de instrução, onde às vezes se exige atenção contínua, para que se não perca a concatenação do assunto, a qual, uma vez perdida, torna o instruendo incapaz de restabelecer o contato com o instrutor. Quando o homem possui uma documentação adequada, pode regular a cadência da instrução autodidata de acôrdo com a sua capacidade pessoal e o ritmo no qual consegue assimilar.

Esse contato entre o instrutor e o instruendo não se desfaz só pela perda momentânea da atenção. Ele também pode ser rompido por uma diferença entre a cadência de apreensão do instruendo e a de exposição do instrutor.

Para se avaliar a importância que tem sido dada à questão, nos meios educacionais, basta observar-se o fato de *tôdas as escolas* (do nível primário ao superior, nacionais e estrangeiras), reconhecerem a *contribuição que o livro, nas mãos do aluno, presta ao aprendizado*. Nenhuma organização com responsabilidade de ensino dispensa voluntariamente a colaboração desse meio auxiliar. A instrução militar no Brasil não deve ser privada das vantagens didáticas de uma experiência cujo êxito vem sendo amplamente comprovado em tantos países e há tanto tempo. Negar a cooperação do aluno no aprendizado, seria negar, em grande parte, o valor de alfabetização. Com notas bem organizadas e concatenadas os homens poderão aproveitar até as horas de folga em benefício de sua formação militar.

Julgando-se da utilidade de trabalhos dessa natureza, deve-se ponderar também o auxílio que traria a solução do problema da *uniformização da instrução*.



Para preencher essa lacuna no complexo da instrução militar, aproveitar a capacidade autodidata do homem e incorporar efetivamente, à cultura militar brasileira, esse processo já consagrado, o Exército poderia compilar e criar diversos trabalhos. Esses trabalhos teriam por objetivo auxiliar o cumprimento eficaz dos Programas-Padrão (PPs), baixados pelo EME, capitalizando, em proveito da instrução, o esforço individual do instruendo militar.

## O LIVRO DO SOLDADO

Como primeiro passo de um programa pelo qual se deseja proporcionar ao aluno militar o livro didático, sugerimos a elaboração do Livro do Soldado (composto dos assuntos previstos nos PP 21-1, 2ª e 3ª partes) que, pela amplitude de aplicação, credencia-se, a nosso ver, com prioridade mais forte.

De caráter oficial, fruto de trabalho de equipe, periodicamente atualizado e aperfeiçoado, com um cunho de continuidade no tempo, como todos os demais trabalhos aqui preconizados, seria uma ferramenta de grande utilidade na tarefa de instruir o soldado.

Com a existência do Livro, nós, os profissionais, poderíamos ser agradavelmente surpreendidos com a apresentação nos quartéis de recrutas que soubessem parte, ou mesmo grande parte, de seu texto. Isso traria, em consequência, economia de tempo e material, em benefício do cidadão, do Exército e dos cofres públicos.

Uma vez cumprido seu tempo de serviço, o reservista seria encorajado a levar para casa seu Livro, atualizá-lo à medida que os anos fôsem passando e substituí-lo por novas edições, cultivando-se, assim, estreito contato entre o cidadão e o Exército.

A percentagem de alfabetizados incorporados, que será cada vez maior, já nos autoriza a pedir para o recruta um instrumento através do qual possa prestar sua colaboração pessoal ao problema da instrução.

Atualmente, o tempo empregado pelos instrutores na elaboração de uma nota de instrução, acrescido do tempo gasto para datilografá-la, além da dependência permanente do material de expediente para "rodar" o trabalho em mimeógrafo, tudo multiplicado pelo número de assuntos e pelo número de subunidades espalhadas pelo território brasileiro, isso feito cada ano, acarreta repetir-se milhares de vezes o trabalho e dobrar meios que podem e devem ser centralizados.

Esse Livro, para render o que pode, deverá ser adequado, isto é, deverá ter uma série de características aconselhadas pela pedagogia e experiência da instrução militar.



## II — ASPECTOS DA DESERÇÃO (\*)

Cap GERALDO SAMPAIO VAZ DE MELLO

No estudo propriamente dito do julgamento do crime de deserção, deparamos com alguns aspectos merecedores de maior consideração, e que timbram a necessidade de mais aprimorado estudo da parte adjetiva. O Decreto-lei n. 7.611, de 5 de junho de 1945, manda arquivar o processo do desertor que, ao ser inspecionado de saúde para fins de reinclusão, é julgado incapaz em caráter definitivo para o serviço do Exército e, retroagindo, torna nulo o termo de deserção para isentá-lo do processo. A dinâmica deste arquivamento está regulada pelo "Formulário", mandado observar por decreto presidencial, e rotula como "Decisão" o pronunciamento do Conselho de Justiça ao apreciar a precitada hipótese. Sem maiores detalhes de ordem técnico-jurídica, impõe-se, já que o processo está submetido ao julgamento do CJ, a lavratura de uma sentença que não é absolutória mas terminativa do feito, com a anulação do termo de deserção e conseqüente arquivamento. Trata-se, obviamente, de formalística mas nem por isso desmerecedora de atento estudo.

O Colendo STM examinou, de certa feita, recurso do Ministério Público que levantava o problema da terminologia adotada (a do Formulário, como já referimos) e decidiu pela validade do arquivamento, mandando porém substituir pelo título "Sentença" o que figurava como "Decisão". Apesar de esta manifestação do mais alto tribunal militar ter sido publicada em o "Diário da Justiça", que é o seu costumeiro veículo, cremos que a denominação impugnada ainda é seguida por inúmeros Conselhos. Providência de benéficos resultados seria a divulgação, em separata, da íntegra dessas recomendações, com a necessária ênfase a fim de dirimir enganos e equívocos, e que figurassem obrigatoriamente exemplares dessas divulgações nos arquivos dos CJ.

Vimos acima, como ilação, que a punibilidade do delito passou a depender da prestabilidade do réu para o Serviço Militar, ou melhor de suas condições físicas, indagando-se de sua aptidão para reincorporar-se às fileiras. Citemos para elucidar nossa apreciação, o pronunciamento do STM ao julgar o recurso de um ex-isento do serviço militar por incapacidade definitiva, e cujo processo de deserção fôra arquivado, anos antes, em face de laudo médico que, ao julgá-lo incapaz, isentou-o da reincor-

(\*) Esta série se compõe de cinco artigos. O primeiro dêles foi publicado no número Junho/Julho desta Revista. Os interessados poderão solicitá-lo à Direção de "A DEFESA NACIONAL" — Nota da Direção.



poração, mas que em nova inspeção de saúde, concedida a requerimento próprio, (na vigência da Lei n. 1.059, de 3 Jan 50, que permitia aos isentos e reformados se submeterem a nova inspeção de saúde a fim de que, se julgados aptos, pudessem, conforme o caso, reverter à atividade ou conseguir o certificado de reservista), foi julgado apto, reincluído nas fileiras para cumprir o tempo que lhe faltava e, "ipso facto", após o desarquivamento do processo foi julgado e condenado. O Pretório Militar manteve os termos da sentença.

Certamente, respeitáveis razões seriam alinhadas em endosso do Dec-lei 7.611/45; traduziu um avanço, sendo bem recebido pela medida que corporificava. Convém realçar, todavia, a desigualdade que êle gerou, subtraindo peremptoriamente à ação penal os incapazes que nem sempre eram portadores de caracteres mórbidos que justificassem o pleno alcance pela medida legal. Desumano seria pretender, ao revés, que um doente fôsse confinado em um xadrez comum, mas que nos casos compatíveis, aguardassem julgamento e cumprissem a pena em estabelecimento penal hospitalar e que fôsem dispensados, sem dúvida, do restante de seu tempo de serviço. Acreditamos que o critério proposto seja vivamente recomendado em face da avultada incidência dos processos arquivados por motivo de isenção. A discriminação atual, bem analisada e sopesada, apresenta certos laivos de injustiça. Uma vez que nos detivemos no julgamento do delito, o errôneo entendimento do art. 24 do CPM, pleiteado como arrimo da defesa de inúmeros desertores, motivou vários pronunciamentos do Egrégio Tribunal Militar, através da lavratura de acórdãos, onde ficou consignado não se aplicar a disposição referida da parte geral do Código aos delitos formais, onde se enquadra a deserção. O art. 24 estatui que só pode existir a figura típica do crime culposo quando a lei expressamente consignar sua forma culposa. Fora disso, não havendo dolo, inexistente o crime.

Para perfeita fixação de tôdas estas noções, rematemos com a definição do delito formal, da autoria de Carrara, citado pelo douto Esmeraldino Bandeira. "É o que consiste na simples violação do direito subjetivo, ou da norma contida no artigo da Lei".

Não há distinguir se a consumação do crime de deserção foi devida a dolo ou culpa do agente, porquanto a lei não faz esta distinção que guardaria, para alguns, um certo traço de fidelidade à dupla figura dos romanos. Oportunos se tornam alguns breves comentários sobre o cumprimento da pena. É sabido que as penas de reclusão, até 2 anos, em face do art. 42 do CPM, são transformadas em prisão e cumpridas em estabelecimento militar. Ora, quartéis que não tenham a exclusiva finalidade de abrigar presos — nossa organização militar não cogita de tais unidades especializadas — não podem proporcionar as condições de trabalho, reeducação e regime de vida, curiais à situação do detento. É preciso não olvidar, na contemplação do problema, que a pena tem necessariamente um papel de reeducação e recuperação. É desaconselhável que presos de guerra — como os crisma o nosso RISG — cumpram suas penas em quartéis, em face dos poliformes inconvenientes, com os transtornos e



mazelas que todos bem conhecemos. Melhor seria a criação, no âmbito das Regiões Militares, de presídios para atender, entre outros, os casos de deserção e insubmissão, sem que se desvirtuassem para o acolhimento de presos disciplinares. A tônica de um novo sistema deve ser bem meditado processo recuperatório, condizente com os mais expressivos valores do moderno aparelhamento penal. É mister que se acabe de vez com a existência de sentenciados nos xadrezes dos corpos de tropa, fato que só apresenta inconveniências.

Pudemos ver, no estudo da figura penal, que a deserção admite três modalidades: Em tempo de paz, de guerra, ou para o inimigo.

No atual Código, a primeira delas é capitulada nos arts. 163 e 170 e, em tempo de guerra, nos arts. 298 a 300. Diferenciam-se sensivelmente, pelo encurtamento de prazos, acrescendo-se as penas de metade. A respeito desses artigos, cabem aqui algumas observações para melhor caracterizá-los. Ventilemos o caso típico do art. 165 — “Deixar o militar de apresentar-se no momento da partida ou deslocamento da força ou unidade em que serve”; trata-se do aspecto mais rigoroso com que se reveste a impontualidade, desde que se tenha realizado, efetivamente, a partida ou deslocamento de que a lei cogita. Não há ausência ou prazo de graça para consumação, e apenas motivo inarredável de força maior, amplamente comprovado e justificado, afasta a criminalidade.

Cabe observar que a ausência, nos demais casos configurativos, atesta o ânimo do agente em se afastar do cumprimento dos deveres militares, intuito que se reputa perfeitamente caracterizado ao faltar o militar por ocasião do embarque ou deslocamento de sua unidade. Há especial condescendência quando o agente se apresenta dentro de cinco dias após a consumação, sendo a pena reduzida de metade. Existindo guerra, o prazo de graça é abreviado para quatro dias e a punição aumentada de metade. O fato verificado em presença do inimigo, é apenado com a morte, no seu grau máximo, e com 20 anos de reclusão, no mínimo.

Ao ser decretada a mobilização, o convocado que deixar de apresentar-se no prazo e local marcado, incide no crime de deserção.

Reparemos nas circunstâncias que, de forma particular, agravam e atenuam a pena. Como atenuante especial, está a apresentação voluntária, dentro de 60 dias, contados a partir da ausência. Quando só existem atenuantes, esta circunstância se torna anódina, uma vez que a pena não pode ser rebaixada além da mínima, salvo os casos em que a lei estatui expressamente a sua redução.

Dentre as agravantes especiais, deparamos com a incorporação voluntária do desertor a outra unidade, e pertencer a unidade de fronteira ou estacionada em país estrangeiro. Outra, dentre as citadas, é levar o agente arma de serviço ou utilizar-se de qualquer meio de transporte militar, se insitivamente não constituir outro crime.

Recomenda-se maior brevidade na inspeção de saúde — a que seria submetido o réu após sua reapresentação ou captura — cujo resultado



seria urgentemente remetido, propiciando que o desertor tivesse seu processo entregue, no prazo máximo de dez dias, ao Conselho que o fôsse julgar. Tôda esta celeridade nada mais seria que o categórico cumprimento do art. 392 do CJM quando diz: "O Serviço judicial pretere a qualquer outro, salvo o disposto no art. 25".

Quanto à feitura do processo, a parte acusatória e o termo de deserção, coadjuvados pelo inventário de bens (que decidirá da existência de uma das agravantes especiais), sabemos que correspondem à formação de culpa.

Há relativa demora decorrente da tramitação do processo, já julgado pelo CJ que tem competência originária, e que dependerá do oferecimento ou não de apelação por parte do representante do Ministério Público na Auditoria (o Promotor), havendo, em caso afirmativo, a subida dos autos (em caráter devolutivo) para apreciação do STM.

Seria salutar — para evitar o acúmulo de processos que são encamiñados à decisão superior — a atribuição aos Conselhos Permanentes das Auditorias (desde que tenham funcionamento quotidiano) do papel de tribunais de segunda instância, em caráter exclusivo para os crimes de deserção e insubmissão. Queremos crer que decorreria de tal medida uma sensível economia de tempo e dinheiro, vindo a descongestionar o STM que, como se sabe, entra anualmente em férias coletivas, com a duração de sessenta dias.

Perfilando os Conselhos de Justiça dos Corpos de tropa e organizações militares (cuja jurisdição é unicamente sobre os delitos previstos nos arts. 159 e 163 e seguintes, do CPM) observamos que se ressentem da temporariedade e inicial desambientação de seus membros, renováveis cada trimestre. A parte prática de seu funcionamento deveria ser refundida para mais perfeita aclimação dos oficiais-juizes, coadjuvada por cursos práticos e intensivos de justiça, dos quais é preconizador o insigne Ministro Gen Alencar Araripe, atual Presidente do STM.

Acreditamos, também, que a atenuante especial, decorrente da apresentação voluntária do réu, dentro dos sessenta dias imediatos à data da ausência, desde que primário, melhor situada ficaria se contemplada com força para reduzir a pena, ainda que aplicada em grau mínimo, de 1/3 ou 1/4.

E, para finalizar este singelo estudo sobre a deserção, apresentado em rápidos e despretenciosos bosquejos, lancemos uma vista d'olhos sobre o mencionado delito e o crime político, quando o primeiro é decorrência do último. Como ambos têm fôro próprio, o entendimento doutrinário sobre a absorção ou não do delito militar pelo político, fixará a competência para o julgamento. Como o assunto está submetido à douda apreciação de nossas mais altas Côrtes de Justiça, excusamo-nos de apresentar o ponto de vista de insignes tratadistas sobre a matéria em foco.



### III — SUGESTÃO AOS LEITORES

#### "LEITOR ASSÍDUO"

##### 1 — INTRODUÇÃO

Visando à orientação dos demais leitores da nossa Revista no seu completo aproveitamento, como órgão divulgador dos assuntos militares e de cultura geral, tornando-a uma auxiliar prestimosa, e eficiente, lembremo-nos de transmitir-lhes qual o destino dado, por nós, à mesma. Colecionar os exemplares seguidamente e colocá-los numa estante, resultará para nós, militares sujeitos às transferências, em aumento cada vez maior da carga a transportar, sem nenhuma vantagem conseqüente, pois que, caso desejemos consultar algum artigo, teremos que ler todos os índices de todos exemplares existentes até achar o artigo procurado.

O que sugerimos virá beneficiar às consultas, pois resultará numa catalogação dos artigos, com a conseqüente redução do peso em papel guardado.

Outro fato digno de realce é que, às vezes, algum artigo, que na ocasião da publicação da revista, não chama a nossa atenção; somente com o manuseio, que faremos ao desmanchar a revista, conseguiremos uma conveniente memorização, que facilitará posteriores consultas.

Aconselhamos, também, para qualquer leitura de pequenos artigos, para os quais não se disponha de tempo, na dúvida sobre se o seu valor compensará a perda do tempo gasto em lê-lo, dar uma leitura no título e nos primeiros parágrafos. Depois percorrer com os olhos, sem ler, as linhas abaixo, procurando alguma palavra, alguma idéia, que desperte o nosso interesse. Se este for despertado por alguma idéia, ler este trecho com mais algumas linhas. Continuar percorrendo o artigo com o olhar e ler uma parte no meio e depois passar os olhos do mesmo modo até à parte final, que deverá ser lida. Finda esta leitura, que chamamos "leitura pela rama" ficaremos em condições de discernir o valor do artigo em questão. Há casos, em que, após fazer isto, a curiosidade é despertada e lemos todo o artigo.

##### 2 — PROCEDIMENTO ADOTADO

2.1 — Ler o índice do exemplar da Revista e na contracapa os nomes dos autores dos artigos, procurando algum nome conhecido. Depois folhear, cuidadosamente, a revista vendo as gravuras e a disposição dos artigos, com seus subtítulos. Se houver algum assunto de interesse, lê-lo na ocasião.

2.2 — Desmanchar a revista, retirando os granpos, que prendem as páginas e descolando a capa.

2.3 — Com um perfurador de papéis e um grampeador a mão, separar os artigos, grampeando-os para evitar que suas folhas se separem, grupando-os nas seguintes categorias:

2.3.1 — Assuntos de interesse, que convêm ser guardados para posterior leitura ou consulta.



- 2.3.2 — Assuntos a ler na ocasião e dignos de serem arquivados, pelo seu valor como fonte de consulta.
- 2.3.3 — Assuntos a serem lidos e depois jogados fora.
- 2.3.4 — Assuntos que não devem ser lidos, aos quais devemos dar um destino: "cesta".
- 2.4 — Após isto, aproveitando as próprias capas da revista, nas quais se colocará um título geral, em cada uma, de modo a catalogar os assuntos, guardar nas mesmas os artigos selecionados de acôrdo com o determinado nos 2.3.1 e 2.3.2.

Os leitores mais caprichosos e que queiram gastar mais dinheiro, poderão adquirir pastas de cartolina, no tamanho da revista, furar os artigos respectivos e arquivá-los segundo os assuntos das pastas.

- 2.5 — Executadas estas operações acima teremos em pouco tempo, obtido o máximo rendimento da Revista e catalogado os artigos por assunto, facilitando consultas posteriores e resolvendo o problema do pêso e da falta de espaço em nossas estantes.

### 3 — OUTRA SUGESTÃO

Os artigos continuados, que saírem em vários números da Revista, serão colecionados seguidamente e grampeados em um só conjunto.

Os assuntos das Seções atuais, tais como Candidato à ECEME, Candidato à EsAO, Geopolítica, Doutrina Militar Brasileira, exigirão pastas separadas.

Aqui deixamos outra sugestão, esta dedicada à Redação de "A Defesa Nacional", no sentido de, dentro dos assuntos das diversas Seções acima mencionadas, no momento de paginar a revista, não colocar o fim de um artigo num lado de uma página e no verso o começo de outro artigo. Para nós, que desmanchamos a revista, isto dificultará a separação dos artigos de vários autores, ainda mais quando eles saírem em outros números em continuação. Será interessante manter o que vinha sendo feito anteriormente, isto é, ao alto de cada página constar o nome da Revista, o mês, ano e número do exemplar.

Qualquer companheiro ao ler as linhas anteriores, pensará que somos dotados de espírito de organização, o que não é verdadeiro, pois os que nos conhecem sabem da verdade por inteiro. Se assim procedemos e assim aconselhamos, foi por necessidade. Guardávamos as revistas atabalhoadamente e quando começamos a nos preparar para o Concurso de admissão à ECEME, começamos a achar dificuldades em consultar rapidamente determinado artigo, publicado em Revista de meses anteriores e o resultado era uma busca exaustiva e desanimadora. Começou, depois a surgir o problema da falta de espaço e assim forçados pelas circunstâncias chegamos ao procedimento atual. Isto nos tem poupado muito tempo e facilitado na reunião das fontes de consultas necessárias à elaboração de certos trabalhos, dos quais temos sido incumbidos.



## IV — A MAIOR REALIZAÇÃO DOS ÚLTIMOS ANOS NO CAMPO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Produziremos 4.297 mil toneladas de lingotes de aço em 1965, liderando a América Latina nesse setor — Usinas em construção e expansão — Necessidades de aço para suprir a indústria — Papel desempenhado pela Companhia Siderúrgica Nacional.

O economista Heitor Ferreira Lima, da Assessoria Econômica da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, elaborou interessante estudo em que aborda a "Produção e Necessidade de Aço na Indústria". O trabalho faz, em primeiro lugar, uma breve exposição do desenvolvimento da produção mundial de aço, a partir da segunda guerra mundial, salientando o papel desempenhado nesse sentido pelos países denominados subdesenvolvidos, em consequência dos processos de industrialização pelos quais estão passando. A seguir, apresenta um resumo panorâmico das atividades dos países da América Latina, destacando-se entre estes o Brasil, Argentina e Chile, vindo depois Colômbia, Peru e Equador, sem falar nos de menor importância.

Ressalta, continuando, que as previsões da produção de lingotes de aço para 1965, na América Latina são de 9.475 mil toneladas, ou seja, cerca de três vezes mais do que em 1957. Os maiores produtores serão o Brasil, com 4.297 mil toneladas; México, com 2.000 mil toneladas; Argentina com 1.027 toneladas, distribuindo-se o restante (mais de 2 milhões de toneladas) pelo Chile, Colômbia, Peru, Venezuela e outras nações menores. Espera-se que nessa ocasião a produção de laminados seja também aumentada, elevando-se a produção de artigos planos.

### PRODUÇÃO BRASILEIRA

O trabalho ainda analisa a produção de aço no Brasil e os problemas que apresenta no momento. Salienta que somente depois de 1930 tomaram-se medidas sérias para instalar unidades produtoras siderúrgicas no País, sendo Volta-Redonda a primeira que surgiu, mais cuja construção foi demorada e requereu esforços muito grandes. De então para cá, a nossa produção de aço vem progredindo de modo extraordinário, tendo passado de 342.613 toneladas em 1946, primeiro ano da entrada em atividade de Cia Siderúrgica Nacional, subindo para 1.162.466 toneladas em 1955, atingindo a 2.186.000 toneladas em 1960.

Os principais problemas que a produção siderúrgica do Brasil apresenta são: má qualidade do carvão nacional, o que torna necessário considerável importação do similar estrangeiro para a fabricação do coque; escassez de sucata e desorganização do seu mercado, o que determina a necessidade da sua importação ou a fabricação do ferro esponja; dificuldades nos transportes, pela falta de aparelhamento de nossas estradas de ferro, se bem que ultimamente essa situação está melhorando



## NECESSIDADES DE AÇO

Reportando-se às necessidades de aço pela indústria, ressalta o trabalho referido que as produções principais de 1959 foram de chapas finas a quente, chapas finas a frio e perfilados e barras, que em englobamento representaram mais da metade do total de todo o País. As estimativas feitas para 1965 dizem que os maiores setores que absorverão os produtos siderúrgicos serão a indústria automobilística, a de construção e a de estamparia, vindo depois as outras, em menores proporções. A fabricação de aços especiais toma incremento de uns anos para cá e tende a se ampliar ainda mais com o desenvolvimento industrial que se está verificando.

Apesar de todos esses fatos, a enorme produção de aço permitiu a instalação e expansão de notáveis setores industriais completamente novos no País, como a produção automobilística, a de máquinas, a de aparelhos domésticos e outras, com repercursões benéficas sobre o conjunto da economia.

## PAPEL DA CSN

O papel preponderante nesse considerável impulso da nossa produção siderúrgica (forçoso é reconhecê-lo) cabe indiscutivelmente à Cia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, não somente pelo caráter pioneiro representado como igualmente pela primazia que vem mantendo, por meio do aumento constante de sua produção, através das ampliações continuadas de suas instalações. Em outubro passado inaugurou o seu 8º alto-forno, permitindo assim uma produção de ..... 1.300.000 toneladas.

É inegável que tudo isso não poderia ter acontecido se não tivéssemos abundantes jazidas de minérios de elevado teor. O óbice da inexistência de carvão não foi suficiente para impedir a montagem do maior parque siderúrgico da América Latina em nossa terra, apesar das opiniões em contrário, que tantos se manifestaram, de modo tão insistente e quase atrozador. Os problemas e deficiências que a nossa produção siderúrgica apresenta são quase que naturais, decorrentes de sua "juventude", mas estão sendo corrigidos rapidamente, sem causar prejuízos.

O trabalho em aprêço afirma que a expansão da indústria siderúrgica constitui a maior realização no campo da economia brasileira, porque lhe possibilitou multiplicar os vários setores de atividades nos mais diferentes ramos de produção, alguns dos quais desconhecidos, um lustro antes, dentro de um dos ritmos mais acelerados do mundo moderno.

(Transcrito do "Boletim Informativo").





A DEFESA NACIONAL mantém intercâmbio com as seguintes revistas estrangeiras :

### AMÉRICA DO SUL

#### Argentina :

- Revista Nacional de Aeronáutica
- Combustibles y Energia;
- Boletim del Centro Naval — Revista del Suboficial;
- Revista de los Servicios del Ejército — Revista del Tiro;
- Técnica e Indústria — Boletim de Combustibles;
- Boletim Mensual de Estadística
- Boletim de Informaciones Petroleras — Revista Militar — Revista de la Escuela Superior de Guerra — Revista del Servicio de Informaciones del Ejército — Revista de Publicaciones Navales — Biblioteca Nacional de Aeronáutica.

#### Bolivia :

- Revista Militar.

#### Chile :

- Memorial del Ejército de Chile
- Revista de Marina.

#### Colômbia :

- Revista de las Fuerzas Armadas
- Armada.

#### Equador :

- Revista Militar — Revista Municipal.

#### Paraguai :

- Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación — Boletim Naval.

#### Peru :

- Revista de Chorrillos — Revista Policial del Peru — Revista Militar del Peru — Revista de Marina — Revista de CIMP.

#### Uruguai :

- Revista Militar y Naval.

#### Venezuela :

- Revista de las Fuerzas Armadas
- Revista del Ejército, Marina y Aeronáutica.

### AMÉRICA DO NORTE

#### Estados Unidos :

- Armor-Army Information Digest-Army.

#### México :

- El Legionário.

### AMÉRICA CENTRAL

#### Cuba :

- Boletim del Ejército.

### EUROPA

#### Alemanha Ocidental :

- Ibero Amerikanische Bibliothek.

#### Bélgica :

- La Revue Maritime Belge

#### Espanha :

- Guion — Ejército.

#### França

- Revue des Forces Terrestres — Revue Militaire Générale — Revue Militaire D'Information — Defense Nationale — Revue des Forces Aeriennes Françaises.

#### Itália :

- Revista Militaire — Notizzario di Aviazione — Rivista Marittima — Rivista Aeronautica.

#### Portugal :

- A Defesa Nacional — Revista Militar — Revista de Cavalaria — Revista de Marinha.